

**PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO PARANÁ
FACULDADE CATÓLICA DE RONDÔNIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM TEOLOGIA
MESTRADO E DOUTORADO PPGT - PUCPR**

PAULO LÁZARO DE FREITAS

**CAMINHOS RUMO AO DECRETO UNITATIS REDINTEGRATIO
DO CONCÍLIO VATICANO II**

CURITIBA - PR

2023

PAULO LÁZARO DE FREITAS

**CAMINHOS RUMO AO DECRETO UNITATIS REDINTEGRATIO
DO CONCÍLIO VATICANO II**

Dissertação apresentada ao Programa de Mestrado Interinstitucional em Teologia, Faculdade Católica de Rondônia e Pontifícia Universidade Católica do Paraná - PUCPR, área de Concentração Teologia Sistemático-Pastoral, linha de Pesquisa Teologia, Evangelização e Diversidade Religiosa, como requisito parcial para obtenção de título de Mestre em Teologia.

Orientador: Prof. Dr. Elias Wolff

CURITIBA - PR

2023

Dados da Catalogação na Publicação
Pontifícia Universidade Católica do Paraná
Sistema Integrado de Bibliotecas – SIBI/PUCPR
Biblioteca Central
Luci Eduarda Wielganczuk – CRB 9/1118

F866c
2023 Freitas, Paulo Lázaro de
Caminhos rumo ao decreto *unitatis redintegratio* do Concílio Vaticano II /
Paulo Lázaro de Freitas; orientador: Elias Wolff. – 2023.
135 f. ; 30 cm

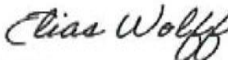
Dissertação (mestrado) – Pontifícia Universidade Católica do Paraná,
Curitiba, 2023
Bibliografia: f. 119-133

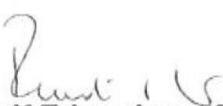
1. Movimento ecumênico. 2. Concílio Vaticano (2. : 1962-1965). I. Wolff,
Elias. II. Pontifícia Universidade Católica do Paraná. Programa de
Pós-Graduação em Teologia. III. Título.

CDD 20. ed. – 262.0011

ATA DA SESSÃO PÚBLICA DE EXAME DE DISSERTAÇÃO N.º 014.2023
DEFESA PÚBLICA DE DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

Aos dezenove dias de abril de dois mil e vinte e três, reuniu-se às catorze horas, a Banca Examinadora constituída pelos docentes: Prof. Dr. Elias Wolff, Prof. Dr. Stefano Raschietti, Prof. Dr. Marcio Luiz Fernandes, para examinar a Dissertação do mestrando **Paulo Lázaro de Freitas**, ano de ingresso 2021, aluno do Programa de Pós-Graduação em Teologia, Área de concentração: Teologia Sistemático - Pastoral - Linha de Pesquisa: "Teologia, Evangelização e Diversidade Religiosa". O mestrando apresentou a dissertação intitulada **"CAMINHOS RUMO AO DECRETO UNITATIS REDINTEGRATIO DO CONCÍLIO VATICANO II"**. O candidato fez uma exposição sumária da dissertação, em seguida procedeu-se à arguição pelos Membros da Banca e, após a defesa, foi APROVADA pela Banca Examinadora, com indicação de publicação. A sessão encerrou-se às 15hs:40min. Para constar, lavrou-se a presente Ata, que segue assinada pelo presidente da Banca Examinadora e pela coordenação do Programa. Os avaliadores participaram da banca de Defesa de Dissertação por videoconferência e estão de acordo com termos acima.

Prof. Dr. Elias Wolff - Presidente/Orientador 
Prof. Dr. Stefano Raschietti - Convidado Externo
Prof. Dr. Marcio Luiz Fernandes - Convidado Interno


Prof. Dr. Rudolf Eduard von Sinner
Coordenador do Programa de Pós-Graduação em Teologia
Stricto Sensu



Dedico esta Dissertação a Deus, a Nossa Senhora e a todos os demais que, direta ou indiretamente, possibilitaram a sua realização.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus e a Nossa Senhora Aparecida por seu amor e misericórdia para comigo. Agradeço imensamente à minha família, na pessoa de minha mãe, Maria Antônia de Freitas, por todo apoio prestado ao longo da caminhada vocacional e acadêmica que realizo. Agradeço também à minha arquidiocese pela oportunidade de realizar esses estudos, na pessoa de Dom Irineu Roman. Finalmente, agradeço ao meu orientador, Pe. Elias Wolff, pela paciência e dedicação, assim como, ao querido amigo Pe. Odirley Maia e às orações da Pia Sociedade da Santíssima Virgem Maria.

“[...] que todos sejam um, para que o mundo creia.”

(João 17, 21)

RESUMO

A presente dissertação trata-se de pesquisa referente aos caminhos percorridos ao longo da história da Igreja rumo ao Decreto *Unitatis Redintegratio* do Concílio Vaticano II, de modo a captar melhor sua profundidade textual e necessidade para o tempo presente. Para tanto realizamos investigações sobre as origens do movimento ecumênico moderno, com o objetivo de contextualizar o evento conciliar e descobrir influências epocais exercidas sobre o documento de nosso interesse. Adotamos como metodologia científica a pesquisa bibliográfica de abordagem qualitativa, onde partindo de um método histórico, procuramos explicar, a partir de variadas fontes bibliográficas, como livros e artigos científicos, o objeto de nossa investigação. A dissertação está estruturada em três capítulos. A introdução de nosso trabalho apresenta um breve estado da arte que aborda o pouco conhecimento da *Unitatis Redintegratio* entre membros das igrejas e povo em geral. O primeiro capítulo, perfaz o caminho histórico da Igreja ocidental em sua relação conflituosa com a modernidade, e demonstra como, apesar de todos os entrescoques, o ideal de unidade fazia-se perceber nos vários grupos cristãos. Na sequência, o segundo capítulo faz um resgate histórico da figura dos precursores do moderno ecumenismo até desaguar no último evento conciliar após investigar a origem etimológica do termo ecumenismo. O terceiro capítulo mergulha no texto da *Unitatis Redintegratio* após um estudo referente a sua gênese na atmosfera conciliar para, finalmente, tratar de modo geral sobre a reverberação do mesmo no período pós conciliar, sem olvidar suas repercussões na América Latina e particularmente no Brasil. Ao término algumas notas conclusivas tecem considerações finais sobre a pesquisa realizada e reafirma-se a importância do decreto conciliar e a necessária divulgação de seu conteúdo, principalmente em meio aos diversos agentes pastorais, com objetivo de favorecer o crescimento da consciência ecumênica na atualidade.

Palavras-chave: Ecumenismo; *Unitatis Redintegratio*; Concílio Vaticano II; Modernidade.

ABSTRACT

The present dissertation deals with a research regarding the travelled paths taken throughout the history of the Catholic Church until the Unitatis Redintegratio Decree of the Second Vatican Council, in order to better capture its textual depth. We adopted as scientific methodology a bibliographic research with a qualitative approach, where starting from a historical method, we try to explain, going from various bibliographical sources, as books and scientific articles, the subject of our research. This dissertation is structured within five parts. The first one introduces the subject and presents a brief state of the art that addresses the lack of knowledge of Unitatis Redintegratio of the church members and the people in general. The second, referring to the first chapter, makes up the historical path of the occidental church in its confluous relationship with the modernity, and shows how, despite of the clashes, the unity ideal shows itself in the various christian groups. In sucession, the second chapter does a historical rescue of the figure of the precursors of modern ecumenism until it flows into the last conciliar event after investigating the etymological origin of the ecumenism concept. The third chapter, in the fourth part of our dissertation, dives into the text of Unitatis Redintegratio after a review referring to its genesis in the conciliar atmosphere to, finally, deal to some degree with the reverberation of the same in the post-conciliar period, without forgetting its repercussions in Latin America and specially in Brazil. At the end, in the fifth part, some concluding notes weaves concluding remarks on the carried out review and reaffirm the importance of the conciliar decree and necessary dissemination of its content, mainly among the diverse pastoral agents, aiming to favor the growing of the ecumenical conscience in the present.

Keywords: Ecumenism; Unitatis Redintegratio; Second Vatican Council; Modernity.

LISTA DE ABREVIATURAS

AA	Carta Encíclica de Leão XIII <i>Ad Anglos</i>
a.C.	Antes de Cristo
AC	Constituição Apostólica de Bento XVI <i>Anglicanorum Coetibus</i>
AC	Bula de Leão XIII <i>Apostolicae Curae</i>
AG	Decreto do Concílio Vaticano II <i>Ad Gentes</i>
ACM	Associação Cristã de Moços
ACMJ	Associação Cristã de Mulheres Jovens
APC	Carta Encíclica de João XXIII <i>Ad Petri Cathedram</i>
AP	Encíclica de Leão XIII <i>Aeterni Patris</i>
ASEL	Associação Social Ecumênica Latino-Americana
CDC	Código de Direito Canônico
CIC	Catecismo da Igreja Católica
CDF	Congregação para a Doutrina da Fé
CF	Campanha da Fraternidade
CMI	Conselho Mundial de Igrejas
CNBB	Conferência Nacional dos Bispos do Brasil
CONIC	Conselho Nacional de Igrejas Cristãs do Brasil
CVII	Concílio Ecumênico Vaticano II
CEB's	Comunidades Eclesiais de Base
CELA	Conferência Evangélica Latino-Americana
CELAM	Conselho Episcopal Latino-Americano
CESE	Coordenadoria Ecumênica de Serviço
CLAI	Conselho Latino-americano de Igrejas
DAp	Documento de Aparecida
d.C.	Depois de Cristo
DGAE	Diretrizes Gerais da Ação Evangelizadora da Igreja no Brasil
DI	Declaração da Congregação para a Doutrina da Fé <i>Dominus Iesus</i>
DIM	Carta Encíclica de Leão XIII <i>Divinum illud Múnus</i>
DM	Documento de Medellín
DP	Documento de Puebla
DSD	Documento de Santo Domingo
ES	Carta Encíclica de Paulo VI <i>Ecclesiam Suam</i>

EC	Instrução do Santo Ofício Ecclésia Catholica
EG	Exortação Apostólica do Papa Francisco Evangelii Gaudium
EUA	Estados Unidos da América
FT	Carta Encíclica do Papa Francisco Fratelli Tutti
FTL	Fraternidade Teológica Latino-Americana
GS	Constituição Pastoral do Concílio Vaticano II <i>Gaudium et Spes</i>
HG	Carta Encíclica de Pio XII <i>Humani Generis</i>
HS	Constituição Apostólica de João XXIII <i>Humanae Salutis</i>
IDC	Carta Encíclica de Leão XIII <i>Inscrutabili Dei Consilio</i>
ISAL	Igreja e Sociedade Latino-Americana
ISEDET	Instituto Superior Evangélico de Estudos Teológicos
ISP	Carta Apostólica de Pio IX In Suprema Petri
LG	Constituição Dogmática do Concílio Vaticano II <i>Lumen Gentium</i>
LSE	Decreto de Pio X <i>Lamentabili Sane Exitu</i>
LS	Carta Encíclica do Papa Francisco <i>Laudato Si</i>
MA	Carta Encíclica de Pio XI <i>Mortalium Animus</i>
MC	Carta Encíclica de Pio XII <i>Mystici Corporis</i>
ME	Declaração da CDF <i>Mysterium Ecclesiae</i>
MV	Encíclica de Gregório XVI <i>Mirari Vos</i>
NAE	Declaração do Concílio Vaticano II <i>Nostra Aetate</i>
OD	Carta Apostólica de Leão XIII <i>Orientalium Dignitas</i>
OL	Carta Apostólica de João Paulo II <i>Orientale Lumen</i>
OT	Decreto do Concílio Vaticano II <i>Optatam Totius</i>
PB	Constituição Apostólica de João Paulo II <i>Pastor Bonus</i>
PCPUC	Pontifício Conselho para Promoção da Unidade dos Cristãos
PDG	Carta Encíclica de Pio X <i>Pascendi Dominici Gregis</i>
PDM	Carta Encíclica de Bento XV <i>Pacem Dei Munus</i>
PM	Breve Pontifício de Leão XIII <i>Provida Matris</i>
PPC	Plano de Pastoral de Conjunto
QC	Encíclica de Pio IX <i>Quanta Cura</i>
RCC	Renovação Carismática Católica
REU	Constituição Apostólica de Paulo VI <i>Regimini Ecclesiae Universae</i>
RP	Breve Pontifício de Bento XV <i>Romanorum Pontificum</i>
SDN	Motu Proprio de João XXIII <i>Superno Dei Nutu</i>

SPUC	Secretariado para a unidade dos cristãos
UC	Carta Apostólica de Leão XIII <i>Unitatis Christianae</i>
ULAJE	União Latino-Americana de Juventudes Ecumênicas
UNELAM	União Evangélica Latino-Americana
UR	Declaração do Concílio Vaticano II <i>Unitatis Redintegratio</i>
US	Bula Papal de Bonifácio VIII <i>Unam Sanctam</i>
UUS	Carta Encíclica de João Paulo II <i>Ut Unum Sint</i>
VD	Exortação Apostólica pós-sinodal de Bento XVI <i>Verbum Domini</i>
VS	Carta Encíclica de João Paulo II <i>Veritatis Splendor</i>

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	13
2 ELEMENTOS HISTÓRICOS DA DIVISÃO CRISTÃ.....	18
2.1 O GRANDE CISMA ORIENTAL	22
2.2 A REFORMA PROTESTANTE.....	24
2.3 PENTECOSTAIS E NEOPENTECOSTAIS	28
2.4 A IGREJA CATÓLICA EM CONFLITO COM A MODERNIDADE	31
2.4.1 Questão Romana e aversão papal ao mundo moderno.....	33
2.4.2 O sonho de unidade em meio às guerras e revoluções.....	37
2.4.3 Impulso à unidade em meio ao sofrimento humano	40
3 OS PRECURSORES DO ECUMENISMO MODERNO.....	45
3.1 SIGNIFICADO ETIMOLÓGICO DO TERMO ECUMENISMO	45
3.2 PESSOAS MAGNÂNIMAS, PARA ALÉM DA SUPERFÍCIE CONFLITUAL	48
3.2.1 Jean Amós Comênio, Gottfried W. Leibniz e Hugo Grócio.....	50
3.2.2 O Movimento Missionário Protestante	51
3.2.3 Iohan Adam Möhler; John Henry Newman; Ferdinand Portal; Cardeal Mercier, Max Josef Metzger.....	53
3.2.4 Paul Wattson e Paul Couturier: O ecumenismo espiritual	57
3.2.5 Cardeal Yves-Marie-Joseph Congar e a eclesiologia de comunhão	60
3.2.6 Incipientes vozes ecumênicas no Brasil	65
3.3 O CONCÍLIO VATICANO II, TERRENO FÉRTIL PARA O ECUMENISMO	67
4 O ECUMENISMO NO DECRETO UNITATIS REDINTEGRATIO.....	79
4.1 DISCUSSÕES SOBRE O ECUMENISMO NO CONCÍLIO	82
4.2 O PROGRESSO ENTRE OS ESQUEMAS PROPOSTOS	90
4.3 CONTEÚDO DO DECRETO UR.....	93
4.3.1 Doutrina Ecumênica do Concílio	94
4.3.2 A prática do ecumenismo.....	98
4.3.3 Igrejas e Comunidades eclesiais	102
4.4 A RECEPÇÃO DO DECRETO UNITATIS REDINTEGRATIO	105
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	114
REFERÊNCIAS.....	117
ANEXO	132

1 INTRODUÇÃO

A oração sacerdotal de Nosso Senhor Jesus Cristo (João 17, 20-23) ecoou ao longo dos séculos; entretanto, a julgar pelo atual estado em que se encontra a humanidade, não auscultamos devidamente seu mistério. As palavras são águas profundas (Provérbios 18, 4); é preciso avançar mar adentro (Lucas 5, 4) ainda que análises e especializações humanas jamais conseguirão encerrar o mistério em sistematizações (DE LUBAC, 1969, p. 59).

O presente trabalho é um caminho gradativo, desde os primeiros elementos históricos da divisão cristã, passando pelo conflito com a modernidade e a emergência de precursores proféticos do atual ecumenismo, cuja origem etimológica visitaremos, até o Vaticano II enquanto convergência de todo esse emaranhado tensional, para então mergulharmos no Decreto Unitatis Redintegratio e algumas das suas reverberações pós conciliares. Percurso longo, mas importante para a devida compreensão da problemática inerente ao nosso tema.

Perceber-se-á ao longo do trajeto investigativo a relevância da eclesiologia ensinada na *Lumen Gentium*, interligada à teologia trinitária, de abordagem cristológico-pneumatológica. Não por acaso o Cardeal Francisco Koenig (1905-2004), de Viena, afirmara durante o concílio que “o ecumenismo depende da eclesiologia de cada confissão religiosa.” (KLOPPENBURG, 1964, p. 325). Com efeito, a Igreja sairá de uma visão eclesial estática, piramidal e exclusivista enquanto *Societas Perfecta*¹, triunfalista, centrada em si mesma, rumo a uma perspectiva dinâmica, horizontal, inclusiva, comunal, *semper reformanda*, “serva da humanidade.” (PAULO VI, 7 de dezembro de 1965; ALBERIGO, 2000, p. 374).

Se nos idos do IV século a Igreja do Cristo foi seduzida a enquadrar-se dentro do patrimônio social e *glamouroso* que lhe era oferecido (basílicas, catedrais, cargos, títulos e honrarias); sob pena de olvidar-se enquanto “Igreja de gente”, com menos contornos, carismática, acolhedora; para tornar-se, tão somente, “Igreja de pedra”, estruturada, jurídica, regulada, prédio a ser mantido (EGG, 2011, p. 15-17); em contrapartida, no Concílio Vaticano II ela equalizou a beleza do seu “modo de ser”

¹ Segundo Lopes (2012, p.25), a partir do contexto da modernidade e de Trento, verifica-se o predomínio do modelo eclesiológico da Igreja como Sociedade Perfeita. A clássica afirmação de Roberto Belarmino (1542-1621) ilustra o seu significado: a Igreja é tão visível e palpável quanto o reino da França ou de Veneza.” (LOPES, 2012, p. 25).

enquanto subsistência (*Subsistit in*) visível na Igreja católica, sem desconsiderar a eclesialidade pulsante em seus membros dispersos (VILLAR, 2012, p. 231-236).

De fato, a partir de 313 d.C., com o fim das perseguições religiosas (edito de Milão - Constantino); passando pelo edito de Tessalônica (Teodósio - 380 d.C.), que reconhece o cristianismo como religião oficial do Império; vemos avantajá-la na Igreja, aparelhada pelo estado, o perigo do cesaropapismo, carregado de todo esplendor e comodidade que lhe é próprio dentro de quatro paredes. É o terreno espinhoso, desvelado pelo Mestre, que sufoca com as preocupações da vida e a ilusão das riquezas a semente lançada (Mateus 13, 22).

O fato é que tal sistema de coisas - mantido, inclusive, como defesa frente ao mundo bárbaro, violento e em expansão, a ser catequizado - criou raízes no seio do catolicismo, supervalorizou seu aspecto jurídico-estrutural e obnubilou aos olhos de muitos sua realidade misteriosa, invisível, comunal, profética e pneumática. A figura do Papa permaneceu ligada ao protótipo imperial. Sentado sobre o trono, encimado pelo *Triregnum*, arvorava-se defensor de territórios e privilégios, na ânsia por manter o *status quo*. Tal fixação exagerada no aspecto hierárquico-funcional motiva certa ojeriza que acentua o dualismo platônico-ecclesiológico: “visível versus espiritual”, “instituição versus carisma”, “magistério versus livre interpretação”, central na crise moderna do protestantismo (LOPES, 2012, p.16).

Presas como estava a tanto brilho e influência, Roma falava de *redditus* àqueles que dela se afastavam. A Santa Sé nada podia perder do seu poder e apego confortável à cultura imperial. Atrelada a seus direitos, prerrogativas e vantagens, cabia-lhe exigir submissão com pulso firme. Séculos tiveram que passar até que Paulo VI (1897-1978), em 1963, percebesse a incoerência de tais insígnias frente ao pobre de Nazaré. Era preciso ressignificar. No dia 13 de novembro de 1964, a Tiara papal foi colocada à disposição para ser adquirida e o dinheiro arrecadado doado aos pobres. Assim ocorreu. Era a vontade do papa Montini.

A promessa do Salvador dava sinais de veracidade: “Eis que estou convosco todos os dias, até o fim do mundo.” (Mateus 28, 20). As palavras do Cristo, eternizadas no evangelho, falando-nos de perdão, unidade, amor e comunhão, um dia surtiriam efeito especial. Em meio a conflitos, divisões, guerras religiosas e demais traições ao evangelho, a presença do Verbo estava garantida pela certeza de sua fidelidade (Números 23, 19; Romanos, 4, 21). Talvez, uma das provas mais belas dessa assertiva é que mesmo nas piores noites da história, a presença mística do Salvador

e seu amor pelos homens, fez-se sentir na correspondência à graça por parte de incontáveis almas de escol por Ele enamoradas.

Francisco fala-nos de “pessoas magnânimas” que têm a coragem de ultrapassar a superfície conflitual e consideram os outros na sua dignidade mais profunda (EG 228). O Concílio reconhecerá que muitos desses vocacionados estavam para além dos limites visíveis da Igreja Romana. A graça da unidade visível e invisível que tantos na Igreja Católica relutaram em perceber, fora acolhida *extra muros ecclesiae* por profetas do ecumenismo que entenderam o valor da unidade para além do conflito. Contudo, não só por eles: Há também no catolicismo precursores que anteciparam questões da máxima importância.

É impactado pelo movimento em prol da unidade de todos os cristãos, surgido entre os protestantes, que João XXIII (1881-1963) alimenta meios e modos de promover a unidade das Igrejas cristãs. O papa bom estava na sequência de pontífices refratários a tais movimentos. Veremos ainda no primeiro capítulo de nossa dissertação a aversão ao projeto nascido na Conferência Mundial de Missões, em Edimburgo (1910), liderada pelo Metodista John Mott (1865-1955).

A ousadia de Ângelo Roncalli fez-se sentir no início do seu pontificado: Levado por misterioso impulso interior, anuncia a realização do XXI Concílio Ecumênico da Igreja Católica. “Tamanho era o clima de busca por concórdia entre todos os cristãos que logo pensaram em um Concílio de União; todavia, o pontífice não era ingênuo e sabia que a causa da unidade só frutificará após longo tempo de maturação das consciências” (KLOPPENBURG, 1962).

Para facilitar o processo de interação com o movimento ecumênico e líderes de outras igrejas, João XXIII cria o Secretariado para a Unidade dos Cristãos². Dessa forma, adentramos um novo tempo de fraternidade após longo período de hostilidades, ofensas e dissensões. Tal realidade fez-se sentir em todo o processo conciliar, não só com a presença de observadores de outras igrejas, como também pelo tempo e energias despendidas na confecção de documentos que facultassem à Igreja Católica entrar convicta nas fileiras da moderna busca pela unidade.

² “O Secretariado para a União dos Cristãos é certamente o organismo preparatório do II Concílio Ecumênico do Vaticano que, desde o anúncio de sua instituição, despertou maior interesse e muitas esperanças dentro e fora da Igreja Católica.” (KLOPPENBURG, 1962, p. 140) Seu objetivo é, de fato, ajudar os irmãos separados a acompanharem mais de perto o Concílio; informá-lo sobre a situação dos simpatizantes quanto ao evento conciliar e atentar-se às dificuldades e exigências que surgiam de modo a sempre manter relações cordiais.

Uma vez iniciado o Concílio, o tema do ecumenismo estampou a primeira página (WOLFF, 2012). A partir de então, as discussões no tocante ao modo ideal de expor a *veritas in caritate* passaram a ser longas. A essa altura, contudo, o Espírito Santo - assim o cremos - já elevara a mente e o coração dos padres conciliares rumo a cogitações inovadoras, para além do arcaico método monológico de fazer teologia como simples conservação e transmissão de modelos curiais. Agora, buscava-se uma apresentação participada da fé, dialogal e interativa. O *telos* eram as novas formas de comunicação doutrinal (UR 10) frente a um novo mundo plural, marcado por interconexões cada vez maiores.³

É esse admirável mundo novo que se abre ante os olhos da Igreja.⁴ Uma realidade complexa e interconectada, ansiosa por solidariedade após terríveis consequências de guerras e ideologias assassinas. De acordo com Kloppenburg (1964, p. 18), “a triste situação de conflitos, hostilidades e divisões entre os seguidores de Jesus - os primeiros que deveriam dar ao mundo o testemunho do amor, do perdão e da unidade - tornou-se o drama espiritual do Concílio”.

Com efeito, era preciso encontrar uma saída, e tudo indicava não haver outra senão a decisão de reconhecer a diversidade entre os cristãos sob nova perspectiva. No Concílio, difundiu-se a ideia de que a unidade poderia realizar-se no respeito pela variedade de expressões linguísticas, rituais, históricas e locais, desde que legítimas. Entram aqui a beleza e a profundidade da eclesiologia de comunhão. Não por acaso, o primeiro capítulo da LG aborda a Igreja enquanto mistério.

A centralidade dessa atmosfera histórico-eclesial fez-nos optar por apresentar, ainda que de modo geral, a sucessão dos fatos percebidos ao longo da dissertação. Acreditamos que, assim, atentos à forma como o ideal de unidade ia mesclando-se e revirando no amplexo das situações históricas, poderemos entender a demora da Igreja oficial em decidir-se pela causa ecumênica para além da simples ideia de *redditus* à estrutura hierárquico-institucional romana.

³ [...] encontramos hoje no ponto de transição para uma nova época da história da humanidade. Trata-se de uma passagem de uma visão mais estática para uma visão mais dinâmica e histórica da realidade total, e para uma consciência crescente da interdependência global e da solidariedade de todos os homens (SCHILSON; KASPER, 1990, p. 129).

⁴ A América Latina e o Caribe vivem hoje marcadas por grandes mudanças que afetam suas vidas. Diferentemente do ocorrido em outras épocas, “[...] elas têm alcance global que, com diferentes matizes, afetam o mundo inteiro. Habitualmente são caracterizadas como o fenômeno da globalização.” (Dap. 33 - 34).

Tal perspectiva estará presente também ao longo do segundo capítulo até desembocar no Concílio Vaticano II como *locus* onde ocorrerão os entrelaçamentos de ideias que resultarão na síntese doutrinal do Decreto UR. No usufruto da nossa metodologia científica - a saber, pesquisa bibliográfica de abordagem qualitativa, método histórico, uso de variadas fontes bibliográficas, como livros e artigos científicos - buscamos em variados textos embasar o itinerário histórico apresentado, a fim de validar o esforço investigativo.

No terceiro capítulo, devidamente ambientados ao tema e iluminados pela pesquisa dos capítulos anteriores, debruçar-nos-mos sobre o texto da UR com olhar renovado, capaz de vislumbrar em cada afirmação muito mais do que veríamos sem a devida abordagem realizada em nossa investigação. Ao longo desse capítulo, percorreremos não só o processo de formulação do decreto, o qual passou por centenas de críticas, múltiplas revisões e desmembramentos; como, também, o interesse gerado em seu entorno dada a oportunidade ímpar de abrir para a Igreja horizontes nunca antes explorados. Tal clima de expectativa e frustração alcançou seu paroxismo quando das últimas emendas autoritativamente impostas ao decreto UR, as quais disponibilizaremos no anexo.

Finalmente, antes de tecermos as considerações finais, trataremos sobre a recepção do decreto UR no período pós conciliar. Nosso foco será a América Latina e o Brasil onde reinava um certo ecumenismo de retrocesso, ainda que luzeiros se acendessem em meio às trevas, todavia, como vozes solitárias, esparsas, sem correspondência geral. O que se explica também, como veremos, pelo antigo clima de revanchismo entre católicos e protestantes reinante no Brasil.

Essa atmosfera arredia ao projeto ecumênico fez-se sentir mais uma vez na V Campanha da Fraternidade Ecumênica - 2021. Infelizmente, a recepção das orientações ecumênicas do Concílio não penetrou em todos os espaços eclesiais (WOLFF, 2012, p. 41). Grupos ultraconservadores levantaram as vozes por todo o Brasil, por meio das mídias sociais, para criticar não só o texto base de autoria do CONIC e da CNBB, como também a própria sugestão ecumênica da Igreja católica. Tal situação evidencia novamente a importância de uma melhor compreensão do Decreto UR para formarmos “mais e melhores agentes de diálogo (Dap. 231).

2 ELEMENTOS HISTÓRICOS DA DIVISÃO CRISTÃ

A Igreja Católica, não obstante determinada visão teológico-providencial⁵, é fruto de processos históricos que condicionam sua cosmovisão e relações com o entorno filosófico e cultural-religioso. Com efeito, *in statu viae*, está reservado à fé cristã apreender pouco a pouco todo o seu alcance ao longo dos séculos (CIC, n. 66), a depender de condicionamentos históricos, tempos e circunstâncias (SCHILSON; KASPER, 1990, p. 13; BEA, 1964, p. 120). Assertiva patente quanto ao tema do ecumenismo.

Para compreendermos a importância do nosso objeto de pesquisa, a saber, os caminhos percorridos ao longo da história da Igreja rumo ao Decreto Unitatis Redintegratio (UR)⁶ do Concílio Vaticano II, de modo a captar sua profundidade textual, investigaremos as origens do movimento ecumênico moderno, com o objetivo de contextualizar o evento conciliar e descobrir algumas influências epocais exercidas sobre a UR. (BEATO, 2018). Portanto, surge a pertinência de descortinar os traços de certo ecumenismo nos primórdios da Igreja, haja vista o próprio Cristo mostrar-se arauto da unidade:

Para que todos sejam um, assim como tu, Pai, estás em mim e eu em ti, para que também eles estejam em nós e o mundo creia que tu me enviaste [...] para que sejam um, como nós somos um: eu neles e tu em mim, para que sejam perfeitos na unidade e o mundo reconheça que me enviaste e os amaste, como amaste a mim (João 17, 21-23).

Segundo Vernant (2009), o cristianismo não é uma ilha no tocante à heterogeneidade. Todas as grandes religiões estão marcadas pela diversidade (PIAZZA, 1991). A religião politeísta grega consistia em uma micelânea onde a crença cívica convivia ao lado do orfismo, do dionisismo e outros círculos chamados místéricos. Também o judaísmo é assaz conhecido por algumas subdivisões, a saber, Essênios, Fariseus e Saduceus. O Islamismo conta em sua tecitura Sunitas, Suítas, entre outros.

Vale ressaltar que “o cristianismo não é diferente” (SWIDLER, 1988, p. 60). Desde sua gênese foi caracterizado pela diversidade de correntes ideológicas.

⁵ Providência é o nome dado às disposições pelas quais Deus conduz a Sua criação em ordem à perfeição por Ele desejada desde a eternidade. (Catecismo da Igreja Católica, CIC 302).

⁶ Doravante, todas as vezes que nos referirmos ao Decreto em questão utilizaremos UR como meio de abreviação.

“Particularidades regionais e desavenças internas não param de questionar sua unidade [...] a era cristã é o tempo-espço de múltiplos cristianismos, cuja unidade é problemática e cuja diversidade é real” (POULAT, 1999, p. 6). Entretanto, mesmo marcados em seu discurso por contingências teológico-filosóficas e histórico-culturais, líderes cristãos manifestaram, ao longo dos tempos, o desejo pelo término das cisões na *túnica inconsútil do salvador*.⁷

Frente à divisão, a Igreja objetivou criar concordância doutrinal para salvaguardar sua identidade. Assolada pelo escândalo da traição à unidade (Gálatas 2, 3-4; Efésios 2, 14) “esforçou-se por derrocar muros de divisão” (SANTOS, 2006, p. 57). Devido à eclosão da variedade doutrinal no seio do movimento cristão, houve desde cedo por parte das lideranças apostólicas o temor pelo desfacelamento. Recordemos, nesse sentido, o “Concílio de Jerusalém”: Surpreendidos por ameaças à integralidade da fé, apóstolos e anciãos escreveram uma carta decretando normas para evitar divisões (Atos dos apóstolos 15, 28).

Pensemos nos judaizantes, adeptos do cristianismo, ligados a práticas mosaicas tidas por superadas pela evangelização liberal realizada junto aos helênicos; ou mesmo nos gnósticos, influenciados pela ótica dualista greco-romana, os quais negavam desde a Encarnação à soteriologia apostólica (BOFF, 2015). Textos neotestamentários apontam, por várias vezes, a realidade pluriforme da igreja nascente quando insistem na “unidade da fé e do conhecimento” (Efésios 4, 13-14).

Ao defrontar-se, nos primeiros séculos com inúmeros outros grupos doutrinários, *intra ou extra muros ecclesiae*, arvorando-se detentores da ortodoxia, entre eles, Simonianos (Atos 8, 9-24), Nicolaítas (Apocalipse 2, 6), Novacianos, Montanistas, Donatistas, Valentinianos, Arianos, Pelagianos, Maniqueístas *et coetera*,⁸ a Igreja não se fez indiferente (MOSCONI, 2002, p.105). Émile Poulat (1999, p.18), por sua vez, afirma frente à análise dessa multiplicidade pujante do cristianismo: “As igrejas cristãs: vistas em diacronia, uma arborescência; vistas em sincronia, um mosaico.”

A clara e ululante exigência evangélica da unidade alimentava a reflexão cristã

⁷ João 19, 23. “Os Padres da Igreja veem neste trecho a unidade da Igreja; ela funda-se como comunidade única e indivisa do amor de Cristo [...]. O amor do Salvador une o que está dividido. A Igreja é uma entre muitos. Cristo não dissolve a pluralidade dos homens, mas une-os no serem uns para os outros e com os outros [...]” (BENTO XVI, 2012)

⁸ Para uma história e descrição das heresias propomos: FRANGIOTTI, Roque. História das Heresias. Séculos I-VII. São Paulo: Paulus, 1995. CRISTIANI, Mons. Breve história das heresias. Trad. de José Aleixo Dellagnelo. São Paulo: Flamboyant, 1962. CÂMARA, Jaime de B. Apontamentos de História eclesiástica. 2ª ed. São Paulo: Vozes, 1945; p. 49-54.

nos mais diversos aspectos da realidade. *De Civitate Dei*, de Agostinho de Hipona (354-430), propunha a unidade por meio de uma *cidade terrena* em vista da eternidade. O agostinianismo possibilitou, no ambiente medieval, o sonho de cristandade, anelo de unidade universal: Um só Deus, uma só Igreja, um só Imperador; e esse submetido àquela (POULAT, 1999). Tomás de Aquino (1225-1274), em seu *De Regno Ad Regem Cypri*, segue o mesmo plano de fundo ao idealizar o governo humano à luz da unicidade divina.

Frente à pluridiversidade, ecoava, desde os primórdios, o ensino do mestre divino que convocava o mundo à emergência de um só rebanho e um só pastor (HORTAL, 1989, p. 33-38). A unidade perfeita, possível ou não para a *ecclesia militans*, é, de fato, sonho antigo, qual fermento na história humana (AG 8).

Portanto, cabe afirmar com Goyret e Blanco (2018, p. 87) que o ecumenismo, entendido como preocupação por preservar e estender a unidade visível da Igreja, “é tão arcaico quanto ela mesma”. O Cardeal Amleto Cicognani (1883-1973), secretário de Estado de Paulo VI, ao fazer a apresentação oficial do texto *De Oecumenismo* aos 18 de novembro de 1963, conclui no mesmo sentido que “sempre a Igreja promoveu e favoreceu o ecumenismo” (KLOPPENBURG, 1963, p. 303). Ademais, a realidade do corpo místico não se esgota na sua estrutura hierárquica, na sua liturgia, nos seus sacramentos, nas suas ordenações jurídicas (PAULO VI, 21 nov. 1964).

Com efeito, para além dos limites da comunidade católica, não existe um vazio eclesial. (UUS 13). João Paulo II em sua Carta Apostólica, *Orientalium Lumen* (OL 18),⁹ recorda-nos que os primeiros concílios ecumênicos testemunham esse fato. Nesse sentido, recorda-nos Wolf (2012, p. 35): “[...] a natureza da Igreja é essencialmente ecumênica, e, à medida que se aprofunda essa convicção, as tensões oriundas dos elementos divergentes nas doutrinas e práticas das diferentes tradições eclesiais são superadas [...]”. É o que será constatado à medida que avançarmos na compreensão das tecituras da unidade em seus arranjos possíveis.

Isso explica o esforço permanente, evidente desde o princípio na vida da Igreja, para tentar resolver os problemas e as diferenças de opinião e de

⁹ Carta Apostólica de João Paulo II (2 de maio de 1995) que celebra o centenário da carta apostólica *Orientalium Dignitas* (OD), de Leão XIII, cujo escopo era restaurar a unidade entre oriente e ocidente, e que levava, em 1917, à criação da *Congregação para as Igrejas Orientais* e do *Pontifício Instituto Oriental*, pelo Papa Bento XV. O Vaticano II coroará esses esforços com o Decreto *Orientalium Ecclesiarum* (OE). O papa João XXIII também criará nesse rastro, como já apontamos, o *Secretariado para a Promoção da Unidade dos Cristãos*, e o próprio João Paulo II promulgará o *Código dos Cânones das Igrejas Orientais*, para salvaguardar e promover a especificidade do patrimônio oriental (OL 20).

pontos de vista através do diálogo. Ou seja, mediante uma postura *conciliar* que abre espaços para que os que postulam posições diversas se encontrem, conversem francamente, corrijam-se mutuamente, e desse modo possam complementar-se e crescer juntos. Infelizmente nem sempre prevaleceu essa atitude, mas ela é indicativa de um modo de ser evangélico [...]. (SANTA ANA, 1987, p. 69).

Convém ressaltar que a Igreja não nasceu pronta. Hoje, principalmente, existe forte consciência dos processos históricos por que passam homens e instituições (Mysterium Ecclesiae, 24 de Junho de 1973, n. 5). As primeiras heresias prenunciavam as complexas relações pelas quais o cristianismo iria passar ao longo de sua tumultuosa peregrinação. Confiada a homens frágeis, pecadores, Cristo sabia do risco imposto à sua obra (BEA, 1964, p. 48). Não por acaso, ele próprio sofreu as consequências da escolha efetivada ao ser vendido por um de seus apóstolos, negado por outro e abandonado pelos demais. Foram vários os esforços eclesiais por manter em limites fixos o ensino cristão.

Em seu primeiro enfrentamento com o Arianismo, por exemplo, o qual negava a divindade do Cristo e convenceu boa parte dos povos germânicos sobre suas crenças, coube aos bispos definir a *consustancialidade* entre o Pai e o Filho no Concílio de Niceia (325). Mais de um século depois, no Concílio de Éfeso (431), a Igreja proclamará o dogma da Maternidade Divina (*Theotókos*) contra os nestorianos. Estes, no afã de salvaguardar a transcendência de Deus, atribuíam ao Filho duas personalidades, uma humana e outra divina. Segundo Hortal (1989, p. 23) em Éfeso, “[...] o Cristo era reconhecido como uma única pessoa, um único sujeito no agir.”

No Concílio de Calcedônia (451), ao defender as duas naturezas do Verbo Encarnado, a Igreja combateu o Monofisismo de Eutiques de Constantinopla (378-454). Ainda assim, os monofisistas triunfaram na Armênia, no Egito e na Etiópia, por influência da cidade de Alexandria, a qual ensinava a diluição e absorção da natureza humana do Cristo em sua *physis* divina (GOYRET; BLANCO, 2018, p. 16; SCHILSON; KASPER, 1990).

Recordar tais fatos revela também o interesse do Império em fixar o ideal de unidade religiosa como meio de salvaguardar a unidade do poder temporal: Um só Deus, uma só religião, uma só doutrina, um só imperador. A própria teologia trinitária servia de base para validar repartições do Império em áreas governadas por diferentes pessoas unidas em torno da figura do *Pontifex Máximus*, um dos títulos dos césares. Não obstante, o genuíno projeto de unidade jamais se mantém sob bases politiqueras

(AG 22), as quais sempre foram causas de separação entre os cristãos, como reconheceu o cardeal Antônio Ferreira Gomes, de Portugal, durante as discussões conciliares em 1963 (KLOPPENBURG, 1964). É, como veremos, dom do Espírito (*causa primeira*) que cresce regado pelo anelo e suor humanos (*causa segunda*).

2.1 O GRANDE CISMA ORIENTAL

O interesse pela unidade cristã fez-se sentir ainda mais forte após o cisma do Oriente (1054) entre Católicos e Ortodoxos da “Nova Roma” (SWIDLER, 1988, p. 61). Com efeito, era clara a consciência em ambos os lados do quanto a divisão “[...] contradiz abertamente a vontade de Cristo, e é escândalo para o mundo, como também prejudica a santíssima causa da pregação do Evangelho a toda a criatura.” (UR 1). Em 1920, o Patriarcado de Constantinopla propôs a criação de uma liga de igrejas, “o que valida nossa assertiva” (DIAS, 2000, p. 5).

As causas da ruptura Oriente-Occidente foram não só as distâncias geográficas, reais dificultadoras de comunicação entre as partes, mas também a diversidade cultural e os crecentes entraves políticos e teológico-filosóficos (HORTAL, 1989). Constantinopla (antiga Bizâncio, hoje Istambul) passou a reivindicar para si a mesma primazia da Sé romana, ideia negada pelos sucessores de Pedro.

Hoje, é claro o contexto histórico-político no qual se enquadra a cisão Oriente/Occidente: “Romanismo e helenismo; império franco e império bizantino; espírito jurídico-organizativo e espírito teológico-especulativo [...] a linguagem de uns não poderia ser compreendida pelos outros” (HORTAL, 1989, p. 28).

Os dois pulmões da Igreja¹⁰ (João Paulo II, *Ut Unum Sint*, UUS n. 54) divergiram quanto ao uso teológico-filosófico do termo latino *Filioque*¹¹ no credo Niceno-Constantinopolitano, redigido originalmente em grego (LEPARGNEUR, 2003). Fócio (810-893), por sua vez, avesso ao ocidente, instrumentalizou a querela. Ademais, Roma, por várias vezes, criticava duramente outras posturas orientais de cunho

¹⁰ A imagem da Igreja, não mais como estrutura rígida ou bloco monolítico, mas sim enquanto organismo vital composto de vários órgãos ativos baseia-se na ideia paulina de *corpus mysticum* (1 Coríntios 12, 12-14), aprofundada por precursores do ecumenismo moderno. Com efeito, constataremos que a volta às fontes bíblicas e patrísticas fortalecerá em muito a causa da unidade.

¹¹ Assunto importante que testemunha o quanto é necessário o conhecimento das culturas no trato com a Revelação cristã. Com efeito, o modo de expressar a fé pode se dar de modos variados aprofundando aspectos que uma só cultura, presa como está aos limites de sua própria linguagem e experiência, seria incapaz de abarcar.

doutrinal (monofisistas e iconoclastas), litúrgicas e disciplinares.

Junto a isso, a Igreja ocidental, com a queda de Roma em 476 após as invasões bárbaras, aproximara-se do império Franco e coroara Carlos Magno (742-814) imperador do Sacro Império Romano Germânico com o objetivo de defender-se geopoliticamente. A Igreja oriental, de sua parte, em um período de trágica decadência moral no papado (séculos IX e X), afastara-se cada vez mais dos latinos.

Apesar do período de reflorescimento do papado com Leão IX (1049-1054), a situação entre Oriente e Ocidente se agrava por questões políticas que pululam de tempos em tempos, e Miguel Cerulário (1043-1059) proclama anátema contra os latinos o que gera por parte deles semelhante retaliação. O Império oriental existiu até o ano 1453, quando caiu sob o poder do sultão otomano Mehmed II, o conquistador (1432-1481).

Vale ressaltar que o cisma mantém-se até hoje. Várias tratativas buscaram reaproximação, todas, porém, frágeis. Ao término do Concílio Vaticano II, deu-se um passo expressivo: O Papa Paulo VI e o Patriarca Atenágoras de Constantinopla reaproximaram-se através de uma declaração “expressando sua decisão de retirar da memória e da Igreja as sentenças de excomunhão do ano de 1054.” (PAULO VI, 7 de dezembro de 1965).

No bojo dessas acirradas disputas, fermentava o desejo malfadado de coesão cristã. Buscava-se a unidade, porém não havia a maturidade devida para uma saudável convivência na diversidade de expressões da fé apostólica (BOFF, 2015). O Cardeal Jesuíta Augustin Bea (1881-1968), primeiro presidente do Secretariado para a Promoção da Unidade dos Cristãos, refere-nos, em nível de exemplificação, os concílios de união que almejaram o fim do grande cisma oriental - o de Lion (1274) e o de Ferrara, encerrado em Florença (1439) – “os quais conseguiram, no entanto, apenas alguma união com sírios, coptas e armênios” (BEA, 1964, p. 54).

No século XVI, boa parte das Igrejas nestorianas, como, por exemplo, a atual Igreja Caldeia, voltaram à comunhão com Roma e, em 1994, a Igreja Assíria do Oriente - que se crê fundada por São Tomé - na pessoa do patriarca Mar Dinkha IV, assinou, junto a João Paulo II, uma declaração cristológica em comum. Outros acordos doutrinários surgiram ao longo dos tempos com o intuito de favorecer a reintegração futura da unidade plena entre as igrejas (GOYRET; BLANCO, 2018). Com a Igreja Sírio-Ortodoxa de Antioquia, foi assinada declaração junto a Sua Santidade Moran Mor Inácio Zakka I Iwas, aos 23 de junho 1984; com a Igreja Ortodoxa Copta,

foi assinada a *Fórmula breve sobre a Cristologia*, aos 12 de fevereiro de 1988; com a Igreja Ortodoxa Sírio-Malabar, o *Acordo Doutrinal Cristológico*, de 3 de junho de 1990; com a Igreja Armena, a declaração comum *De modo unionis Verbi Incarnati*, de 13 de dezembro de 1996; e com a Igreja Armena da Sicília, descendente dos apóstolos Bartolomeu e Judas Tadeu, aos 25 de janeiro de 1997, foi proclamada a *Declaração Comum Au terme*.¹²

2.2 A REFORMA PROTESTANTE

O escândalo das divisões nos séculos V e XI não encerrou a cisão na *túnica inconsútil* do Cristo. O século XVI agravou ainda mais a situação com a chamada Reforma protestante. Liderada por um padre agostiniano, o alemão Martinho Lutero (1483-1546), desaguou em um emaranhado de subdivisões.

Todavia, as confissões protestantes, surgidas após a reforma,¹³ são o resultado de um denso processo anterior que remonta aos Cátaros¹⁴, aos Valdenses e a Wycliffe (1328-1384)¹⁵ como alguns de seus mais diversos precursores. Bem asseveraram as Escrituras: “Começar uma discussão é como abrir brecha em um dique; por isso resolva a questão antes que surja a contenda” (Provérbios 17, 14). A Igreja não soube resolver importantes questões que lhe foram apresentadas; em contrapartida, vieram intrigas, muitas delas sangrentas.

Entre os precursores da reforma protestante encontra-se o sacerdote João Hus (1369-1415). Ele, após abraçar o ideal *lollardo*¹⁶, negou a visibilidade da Igreja, a

¹² Citemos ainda: Declaração comum do Papa Bento XVI e do Patriarca Bartolomeu I - 2006. Declaração comum de João Paulo II e do Patriarca Bartolomeu I - 2004. Declaração Conjunta de Bento XVI e de Sua Beatitude Christodoulos de Atenas. Declaração Conjunta de Bento XVI e do Arcebispo Ortodoxo Chrysostomos II em 2007. Além de outras declarações, como aquelas que foram realizadas ao longo do papado atual e são citadas ao longo de nossa presente dissertação. Disponível em: https://www.ecclesia.com.br/biblioteca/dialogo_ecumenico/. Acesso em: 13 jan. 2022.

¹³ “Comunidades eclesiais”, segundo o Vaticano II, por não possuírem sucessão apostólica, o sacerdócio ministerial e a integridade da substância eucarística (UR 22).

¹⁴ Cátaros: movimento medieval (século XII) da França e partes da Itália com influência gnóstica, purista e forte atuação política a ponto de a Igreja Católica organizar contra ela uma cruzada. Combatiam o poder temporal de Roma e da aristocracia. Valdenses ou *Homens pobres de Lion*: Fundados por Pedro Valdo, rico comerciante que doou seus bens aos pobres (século XII) foram excomungados pelo Papa Lucio III em 1184. Tomavam a bíblia como única fonte da autoridade eclesiástica. Por afinidade tornaram-se calvinistas e seus ramos estendem-se até hoje como organização religiosa.

¹⁵ Teólogo, precursor da Reforma, Wycliffe influenciou o pensamento de Lutero e Calvino. Foi sacerdote católico na Inglaterra onde exerceu encargos políticos junto ao parlamento. Criticou o poder temporal da Igreja e negou vários pontos da doutrina católica. Criticado por Roma após sua morte teve os restos mortais queimados por ordem do concílio de Constança.

¹⁶ Termo em holandês referente a “murmurador” dado de modo afrontoso aos seguidores de Wycliffe.

existência do Purgatório e aproximou-se da doutrina da predestinação ensinada por Wycliffe (HORTAL, 1989, p. 37). Ambos foram condenados no Concílio de Constança (1414-1418), cuja pretensão era desfazer o cisma oriental. Trata-se de uma “ironia da história”. João Hus teve como sentença a pena de morte na fogueira em 1415 (SANTA ANA, 1987, p. 169).

Diante disso, seus discípulos revoltaram-se. As fortes reações nacionalistas, na Boêmia, onde Hus propagara as ideias de Wycliffe, tiveram por consequência as Guerras Hussitas (1420-1434). Foi grande o derramamento de sangue. Dos Hussitas, divididos em vários grupos, surgiram os *Irmãos Morávios*, movimento de índole moderada, pietista e caráter profundamente ecumênico. Atualmente, eles são “muito respeitados” onde se encontram (DIAS, 2000, p. 4).

Todo esse passado gerou o substrato sobre qual Lutero ergueu suas ideias. Por ocasião das vendas de indulgências pelo dominicano Johann Tetzel (1465-1519), comissário papal, o reformador apresentou 95 teses em Wittemberg com fortes críticas à Igreja Romana. Convocado a retratar-se por Leão X (1520) e Carlos V, na dieta de Worms (1521), negou tudo corajosamente. Entretanto, sua longa trajetória reformista estava começando.

De acordo com Lutero, baseado na *sola scriptura*, as práticas penitenciais, como jejuns e esmolas, a crença nas indulgências e a veneração dos santos favorecia a centralidade no mérito humano em depreciação à justificação gratuita obtida por Cristo (MIKUSZKA, 2017). Portanto, superada a mediação (*solus Christus*) e o jugo de antigas tradições eclesiásticas, a salvação deveria ser vista como graça (*sola gratia*) recebida mediante a “*sola fides*” (Romanos 1,17; 3, 28). Para ele, todavia, a graça não transformava o homem em um justo propriamente dito, mas tão somente considerado assim por Deus, “*simul justus et peccator*” (GOYRET; BLANCO, 2018, p. 42).

Ao lado dessas crenças, Lutero propunha um cânone escriturístico próprio e negava o valor sacramental do ministério ordenado. Quanto aos sacramentos, adotava como bíblicos tão somente o Batismo e a Eucaristia, esta entendida ao modo de *consubstanciação*¹⁷. Por trás de todas as propostas luteranas, brilhava o anseio

¹⁷ A *Consubstanciação* era uma forma de salvaguardar, de algum modo místico, a crença na presença física do Cristo na ceia eucarística, sem, contudo, alterar as substâncias do pão e do vinho. A *Transubstanciação*, por sua vez, de base *aristotélico-tomista*, ia além, interpretando de forma literal as palavras do Cristo na última ceia. Desse modo, segundo a doutrina Católica romana, ocorreria de fato uma transformação da substância do pão e do vinho sem alterar seus acidentes.

por um cristianismo simples, liberto da rigidez hierárquica, ritualística e escolástica em “crise que sufocava o Espírito” (HORTAL, 1989, p. 40).

Em 1521, Lutero foi excomungado pelo papa Leão X (1475-1521). Na noite de 27 de junho de 1538, ao lado de Felipe Melanchthon, ele lastimou os males da divisão cristã reinante em sua época (DIAS, 1998, p. 128). Faltavam ainda cinco séculos de discórdias, avanços e recuos, para que católicos e luteranos, passados os ressentimentos, se reconhecessem “[...] profundamente gratos pelos dons espirituais e teológicos recebidos da Reforma [...]” (PAPA FRANCISCO, 31 de outubro de 2016).

No rastro das reformas, avançaram personagens marcantes como, por exemplo, Ulrico Zuínglio (1484-1531), reformador suíço, morto na batalha de Kappel (1531), realizada entre católicos e protestantes, que era contrário à doutrina da presença de Cristo na Eucaristia (por isso em conflito com Lutero no Colóquio de Marburgo, 1529) e adepto da eclesiologia predestinacionista. Na origem dos anabatistas modernos, grupo perseguido por católicos e luteranos, há Conrad Grebel, Felix Mans e George Blaurockos, outrora ligados a Zuínglio os quais defendiam a salvação do indivíduo alheia à relação Igreja-estado.

Do ramo anabatista, surgiram grupos como os Menonitas, criados por Menno Simons (1496-1561) e caracterizados por profunda piedade, espírito missionário e ação caritativa (SAHR, 2000, p. 67). Os Batistas atuais, de corte eclesiológico congregacionalista e divididos em diversos grupos autônomos, são da mesma rama criadora de contrapontos ao institucionalismo dominante nas confissões protestantes tradicionais. Roger Williams (1603-1683) fundou a primeira igreja Batista¹⁸ em Providence, Rhode Island - EUA (1631).

Foi a partir de posições críticas à relação Igreja-estado, que fora criada por Henrique VIII (1491-1547), que se acentuou o caráter congregacionalista de diversos grupos. Envolvido em conflitos pessoais e políticos com Roma, o monarca inglês foi o iniciador do anglicanismo, fruto do antigo caráter particularista Inglês; haja vista os Lolardos, por nós já citados. George Fox (1624-1691), fundador da Sociedade dos Amigos, mais conhecidos como Quakers¹⁹ (1652), grupo pacifista desejoso de uma religião interior, sem intermediários, “em oposição à rígida estrutura hierárquica Anglicana, exemplifica nossa assertiva” (GOYRET; BLANCO, 2018, p. 67).

¹⁸ Em 1984 a Aliança Batista Mundial iniciou um contato ecumênico com a Igreja Católica.

¹⁹ Os Quakers (ou, tremedores), por suas peculiaridades (por exemplo, quanto ao batismo) não participam do movimento ecumênico.

João Calvino (1509-1564), defensor da dupla predestinação (tanto para a salvação quanto para a condenação) e propulsor do rigorismo moral, gerou, na Inglaterra, o Puritanismo e, segundo Max Weber (1864-1920), tornou-se um dos precursores do capitalismo. Em João Calvino o teólogo John Knox (1514-1572), padre egresso do catolicismo, encontrou sua base doutrinal para a promoção da reforma na Escócia; depois, levada aos EUA, de onde avança, por sua influência, o presbiterianismo.²⁰

O movimento pietista, segundo Goyret e Blanco (2018, p.38), uma reação à rigidez, institucionalização e sistematização do luteranismo ortodoxo, iniciado por Philip Jacob Spene (1635-1705), legou à história alguns pioneiros do ecumenismo²¹. Entre eles temos Nicolau Von Zinzendorf (1700-1760), líder da igreja Morávia, para quem a unidade era tema central: “[...] não concebia a vida cristã em termos que não incluíssem a tolerância, o diálogo, o encontro fraterno com o outro” (SANTA ANA, 1987, p. 75).

Zinzendorf influenciou João Wesley (1703-1791), teólogo inglês arminiano²² crítico do calvinismo radical, fundador dos Metodistas. De espírito conciliador e avesso ao separatismo, manifestava abertura e conciliação. Segundo Santa Ana (1987, p. 76), é significativa uma sua frase: “Se teu coração é como o meu, então vêm e me dê a mão.” Devido à sua origem anglicana, possuía certa facilidade de diálogo com a Igreja Católica.

Tal facilidade no diálogo com a Igreja romana não ocorre no adventismo criado por William Miller (1782-1849), cuja figura profética central é a ex-metodista Ellem G. White (1827-1915). Ainda hoje, em muitas cidades do Brasil, por exemplo, ocorre por parte desse grupo a difusão de obras como “O Grande Conflito”, escrito pela Sra. White, em que a Igreja Católica é difamada com os mais torpes epítetos.²³ Com forte

²⁰ Segundo Goyret e Blanco (2018, p. 46) os movimentos criados na suíça por Zwinglio (Zurique) e Calvino (Genebra) são os chamados *Reformados* - ou segunda Reforma - após a primeira, de Lutero. Ainda se aponta a terceira, anglicana, e a quarta reforma dos metodistas, evangélicos e pentecostais, a partir do século XVIII.

²¹ Não iremos aprofundar aqui a temática dos precursores do ecumenismo moderno, tema que será abordado na segunda parte da nossa dissertação.

²² Jacob Armínio (1560-1609), calvinista crítico quanto a doutrina da predestinação. Segundo ele, Deus predestinou a todos levando em conta a decisão que tomariam no tocante ao pecado, ao contrário de Calvino, “o qual negava o livre-arbítrio e defendia a eleição incondicional” (PINHEIRO, 2017, p. 91).

²³ Lê-se no site da Igreja Adventista do Sétimo Dia: “Editoras adventistas de todo o mundo já estão trabalhando nos ajustes para a publicação massiva do livro O Grande Conflito, de autoria de Ellen White, que deve começar a ser impresso nos próximos meses. Uma das obras mais conhecidas da autora - considerada uma profetisa pelos adventistas, assim como o foram os profetas bíblicos - será

teor apocalíptico e discurso anti-papal, “os adventistas adotam o *sabbat* do antigo testamento e uma moral de aspecto puritano” (GOYRET; BLANCO, 2018, p. 71). Por esses motivos, o adventismo é tido por muitos como uma seita.²⁴ “Muitas vezes não é fácil o diálogo ecumênico com grupos cristãos que atacam a Igreja Católica com insistência” (DAP. 100).

2.3 PENTECOSTAIS E NEOPENTECOSTAIS

Tão grandes têm sido as divisões e subdivisões no protestantismo histórico, as quais se dão até o dia de hoje, que escritores foram levados a utilizar-se de um termo algo genérico que englobasse todo um conjunto de ramos cristãos distinguidos em geral pela autonomia, efemeridade e diversidade doutrinal: Evangélicos ou Evangelistas (*evangelicals*). Pode-se afirmar que tratam-se de pentecostalistas, influenciados por movimentos de reavivamento dos Estados Unidos - por exemplo, o da Rua Azuza, de William Seymour, Los Angeles, 1906 (GOYRET; BLANCO, 2018, p. 76) -, e congregacionalistas, de corte pietista, críticos à doutrina da sucessão apostólica e avessos à hierarquia das igrejas tradicionais.

De modo geral, caracterizam-se por ser uma espécie de protestantismo popular. “Estes fenômenos pentecostais surgiram mais ou menos ao mesmo tempo em outros países: nos EUA em 1901, por volta de 1896 na Índia [...]” (SANTA ANA, 1987, p. 281). Já em seus primórdios, manifestaram certo discurso proselitista radical e práticas carismáticas ligadas a temas pneumatológicos, cristocêntricos e soteriológicos de viés apocalíptico colocados em perspectiva contrária à estrutura tradicional das comunidades eclesiais advindas da reforma e do catolicismo romano.

A Igreja Católica, durante os anos 1969 e 1970, logo após o Concílio Vaticano II - do qual participara como observador o pentecostal David du Plessis -, iniciou contatos oficiais com os pentecostais através do então Secretariado Romano para a Unidade (NAVARRO, 1995). O objetivo inaugural dos esforços ecumênicos, dadas as particularidades do petecostalismo, não era apresentar posições oficiais ou vinculantes a algum acordo ecumênico como os que se deram com ramos tradicionais

distribuída em 2023 e 2024.” Disponível em: <https://noticias.adventistas.org/pt/noticia/biblia/livro-o-grande-conflito-tera-distribuicao-mundial-nos-proximos-dois-anos/>. Acesso em: 13 jan. 2023.

²⁴ A seita se distingue por sua doutrina burlesca, seu afastamento do cristianismo tradicional, caráter fortemente intimista, fechado e reativo contra tudo que lhe é oposto, além de exercer sobre seus membros uma coerção claramente desmedida.

do cristianismo; mas, sim, propiciar um clima de amizade, aproximação e boa convivência que favorecesse, por exemplo, a oração comum e a unidade na busca pelo bem social.

Hoje, ademais, vemos avançar os chamados grupos neopentecostais; uma articulação difusa do pentecostalismo clássico²⁵ que “[...] tem suas origens no movimento de santidade originado no metodismo norte americano do século XIX que priorizava o falar em línguas como espécie de ‘terceira benção’ além da santificação, isto é, o batismo no Espírito Santo.” (WOLFF, 2002, p. 61). De acordo com Santa Ana (1987), a forte presença do movimento pentecostal na América Latina, o qual se desdobra nesse efervescente neopentecostalismo de traços fugidíolos²⁶, explica-se também devido ao expressivo processo migratório registrado nessa área do globo entre o final do século XIX e os primórdios do século XX.

Os neopentecostais,²⁷ com presença vigorosa nos meios de comunicação social e independência entre seus múltiplos segmentos, pregam, em clima sentimentalista, que prioriza exorcismos, busca de dons carismáticos e recurso à cura divina, certa experiência pessoal e direta com Deus “de cunho subjetivo” (BUTTELLI, 2016, p. 44). *Pari passo*, propaga-se uma frenética teologia da prosperidade com apologia à prática de dízimos e ofertas.

Em um mundo marcado pela pobreza, subjetivismo e anonimato dos grandes centros urbanos, principalmente na América Latina, assim como pela perda de referências tradicionais, o ambiente intenso, de acolhida e forte teor emocional oferecido pelos neopentecostais atrai as grandes massas (WOLFF, 2002). Segundo Korner (2007, p. 43), em ambientes como esses as próprias verdades de fé tornam-se em “meras justificativas de questões pessoais”.

Comblin (1990, p. 60) assevera que: “Na América Latina as massas percebem

²⁵ Também chamado neo-carismático, por exemplo: Congregação Cristã no Brasil (1909), Igreja do Evangelho Quadrangular (1954) e Igreja Evangélica Pentecostal o Brasil para Cristo (1955). A Assembleia de Deus, fundada em Belém-PA por Gunnar Vingren e Daniel Berg (Batistas radicados nos EUA), cuja expansão se deu na Amazônia e depois pelo Brasil, “[...] tem um projeto de grande alcance que pretende em pouco tempo transformar a Amazônia em uma região protestante [...]” COMISSÃO EPISCOPAL PARA A AMAZÔNIA - CNBB. A missão da Igreja na Amazônia. Os desafios de ontem, de hoje e de sempre, 2014; p. 139.

²⁶ O que nos remete à chamada Modernidade Líquida apontada pelo filósofo e sociólogo polonês Zygmunt Bauman (1925-2017) para definir o mundo globalizado que sofre constantes transformações.

²⁷ Por exemplo: Igreja Universal do Reino de Deus (1977), Internacional da Graça de Deus (1980), Igreja Mundial do Poder de Deus (1998), Sara Nossa Terra (1992), sobre as quais pode-se repetir o que dissera Hortal (1989, p. 228): “[...] a maior parte das igrejas pentecostais não admitem o diálogo institucional com a Igreja Católica.” Há, contudo, que se reconhecer o forte papel social do protestantismo na história do Brasil (BARRETO JR., 2010).

que a Igreja Católica as abandonou. Não as acompanha nas grandes cidades. Não as visita, não lhes oferece nada, nem sequer está presente fisicamente.”

As igrejas pentecostais autônomas, vulgarmente e pouco delicadamente chamadas de seitas, crescem vigorosamente, precisamente porque cumprem funções desejadas pelas pessoas: psicoterapêuticas, solução de problemas imediatos e aflitivos materiais e espirituais (LIBÂNIO, 2005, p. 810).

O movimento ecumênico, ao secundar a dinâmica da oração em comum, o intercâmbio de ideias, a valorização daquilo que une e o favorecimento de iniciativas caritativo-sociais prepara terreno para avanços posteriores. Há mais de vinte anos, Hortal (1989, p. 228) apontava dificuldades encontradas no diálogo com esses gupos heterogêneos de contornos sempre novos.

Hoje, a situação complica-se ainda mais por, no mínimo, dois motivos: 1) A nova face marqueteira gerada nesses grupos religiosos pela internalização do ideário competitivo e consumista do mercado neoliberal (DAP. 50 e 51; PASSOS, 2009, p. 173). Nesse sentido, as supostas curas e milagres devem ser pagas como mercadorias²⁸ disponibilizadas pelas “firmas religiosas” (KORNER, 2007, p. 42); 2) A forte politização dos meios pentecostais e neo-pentecostais. Fala-se hoje de “fundamentalismo evangélico”, “direita evangélica” e “teoconservadorismo”, tudo isso em complexo intercâmbio com grupos católicos ultraconservadores *experts* em novas mídias (SPADARO; FIGUEROA, 2017; BARRETO JR., 2010, p. 313).

Contudo, frente a um cenário tão desafiador, os promotores da unidade jamais negaram a certeza que de, mesmo ali - e onde quer que se busque a verdade, ainda que às apalpadelas (Atos 17, 27; Romanos 1, 20) - haja, de fato, “coisas boas e verdadeiras” (Optatam Totius, OT 16), “elementos de verdade e de graça” (AG 9) que favorecem tentativas de diálogo.

Por essas características, o pentecostalismo apresenta-se como um dos maiores desafios para as relações ecumênicas no Brasil. As Igrejas tradicionais sentem-se ameaçadas, perdendo pessoas e lugar para movimentos religiosos de cunho pentecostal, pregando teologia do sucesso, da felicidade e da prosperidade [...]. Não poucos cristãos vivem uma contínua migração entre as diferentes propostas, o que provoca o relativismo confessional e até mesmo o mais completo indiferentismo (WOLFF, 2002, p. 63-64).

²⁸ Os bispos da Amazônia testemunham que pessoas em situação social e pessoal fragmentada acabam ligados a novos grupos religiosos baseados no imediatismo, os quais acabam “[...] transformando a dimensão religiosa em um grande mercado[...].” COMISSÃO EPISCOPAL PARA A AMAZÔNIA - CNBB, 2014, p. 127).

Purificados de seus elementos estranhos ao catolicismo, no seio da Igreja romana, desenvolveu-se também a influência de certo pentecostalismo, a saber, o movimento Renovação Carismática Católica - RCC²⁹. (MANSFIELD, 1995; GOYRET; BLANCO, 2018). Em alguns casos, a semelhança das práticas da RCC com alguns traços do neopentecostalismo protestante chama a atenção. Percebe-se assim que a onda pentecostal tende a influenciar, como de fato está ocorrendo, diversos grupos tradicionais, de modo que não poucos pensadores já falam de uma nova fase da Reforma, haja vista o “fenômeno de pentecostalização” de várias comunidades protestantes (GOYRET; BLANCO, 2018, p. 78).

Enfim, todo esse processo, marcado por “complicadas questões religiosas”, não deixou de sofrer a influência de contingentes culturais, políticos e inclusive pessoais, como no caso da Inglaterra (HORTAL, 1989, p. 51). O emaranhado de fatos, que sucedem desde o século I, passando pelas divisões cristológicas (século V), avançando no cisma oriental (século XI) e complicando-se sobremaneira nas subdivisões protestantes a partir do século XVI, chegando às raias do neopentecostalismo e dos chamados desigrejados, participa - com o ocaso medieval - das grandes forças da modernidade na complexa configuração contemporânea da realidade.

2.4 A IGREJA CATÓLICA EM CONFLITO COM A MODERNIDADE

A era moderna³⁰ está impregnada pela ideia de progresso, racionalismo, liberdade e secularismo cujas raízes profundas tocam intuições presentes na antiga filosofia clássica. Por isso, delimita um período histórico marcado pelo sentimento de ruptura com um suposto passado “teocêntrico e obscurantista” (COGGIOLA, 2021, p. 4). Durante muitos séculos, a Igreja sentiu-se desconfortável frente a essa realidade.

²⁹ A Renovação Carismática Católica, também chamado Pentecostalismo Católico, tem sua gênese no chamado “final de semana de Duquesne” (17 a 19 de fevereiro de 1967) onde, em um retiro espiritual, na Universidade de Duquesne (Pittsburgh, Pensilvânia, EUA), católicos afirmam ter experimentado o que se chamou um novo pentecoste.

³⁰ Do latim *modernus* (ou seja, atual, pertencente aos nossos dias), é aceito tradicionalmente como um período histórico que vai desde a queda de Constantinopla (1453) à Revolução Francesa (1789), após o qual teríamos entrado na contemporaneidade, indicada por alguns atualmente como: pós-modernidade, modernidade líquida ou até mesmo hipermodernidade. Contudo, a viabilidade de tais classificações não é unânime entre os pensadores: “Não é difícil mostrar a arbitrariedade dessa categorização [...] o futuro poderá ser apenas a continuação do passado, novas inflexões daquilo que se chama modernidade [...]” (COMBLIN, 1990, p. 63; Moderno. In: ABBAGNANO, N. Dicionário de Filosofia, 2007, p. 791-792).

Foi a Renascença, “marco mais claro da incipiente modernidade” (CONTIERO, 2017, p. 40) quem firmou com desdém o termo “Idade Média” para a quadra indicada por Petrarca (1304-1374), pai do humanismo, como “Idade das Trevas”. O conflito dava-se em ambos os lados. Dessa forma, um mundo onde a Igreja arrogava-se o centro de tudo cedia lugar a outro sistema de coisas que afirmava a sua autonomia.

Dado o caráter polissêmico de “*modernus*”, percebe-se a liberdade que os escritores têm de alcunhar a Era Contemporânea, cujo berço em geral vincula-se à Revolução Francesa (1789), com o epíteto “modernidade”. Valem-se, inclusive, da sua plasticidade na pena de historiadores que abdicam de certa periodização tradicional e rígida da investigação histórico-científica (LE GOFF, 2015, p. 12). Com efeito, o conceito “modernidade” extrapola o campo historiográfico a ponto de autores nem mesmo utilizarem-no como mero marco cronológico.

A modernidade é compreendida como projeto eurocêntrico; certo “sentimento” ocidental ligado a um conjunto amplo de modificações a partir de um longo caminho de liberdade, racionalização e laicização da vida. Ela pertence a uma ordem conceitual ampla, refletida na polissemia do termo, que remete também à categoria de “melhor”, de superação, “[...] da novidade que envelhece e é logo substituída por uma novidade mais nova, num movimento irrefreável” (VATTIMO, 2002, p. 171). Tal universo conceitual deflagrou reações conservadoras no catolicismo apegado ao sonho da cristandade.

Diferentes teóricos da modernidade têm reconhecido esta sensação de ruptura com a continuidade, a pretensão de rejeitar tradição, o dinamismo imposto por mudanças incessantes e a imprevisibilidade que daí resulta como principais características da nova consciência moderna [...] (SILVA; COSTA, 2021, p. 333).

O período que vai da Baixa Idade Média aos dois conflitos mundiais (1914-1918 e 1939-1945) foi marcado por guerras e revoluções que tocavam diretamente a estrutura visível da Igreja, maculada pelo escândalo das divisões. O alvoroço histórico arrastava o catolicismo, sôfrego por universalidade, a buscar novos meios de sobrevivência e convivência no cadinho das transformações sociais. “A dinâmica da universalização católica na modernidade implicou estratégias voltadas, necessariamente, para a contenção da diversidade na unidade” (SILVA; COSTA, 2021, p. 336).

O teólogo José Comblin (2007, p. 45) reconhece que o magistério católico por muito tempo fez-se inimigo da modernidade. “Faz-se da modernidade um mito, como se a modernidade fosse uma entidade em si, um adversário situado face à Igreja para desafiá-la [...] o mundo moderno era o grande inimigo da Igreja [...]” (COMBLIN, 1990, p. 47). Na mesma linha, seguem constatações realizadas por Libânio (2005). O fato é que, se por várias gerações a noção de verdade no ocidente foi, em larga medida, absoluta, estática e monológica, tornou-se, subsequentemente, “cada vez mais desabsolutizada”, dinamicamente dialógica, numa palavra, relativa, como só defendem os liberais (SWIDLER, 1995, p. 148).

Tal mudança epistemológica acendeu na Igreja uma postura apologético-reativa cada vez mais exclusivista e triunfalista (DAp. 229) cujo paroxismo foi sua autoafirmação com o dogma da Infalibilidade proclamado no Vaticano I (1869-1870)³¹ e a decisão de involucrar-se ante um mundo que, inclusive, havia lhe retirado parte do poder temporal. Essa atitude dogmática foi um dos grandes entraves no diálogo ecumênico tanto com protestantes quanto com ortodoxos.

2.4.1 Questão Romana e aversão papal ao mundo moderno

Há séculos o papado valia-se de forte influência política, dada a posse de territórios independentes sob seu poder na Itália até o reinado de Pio IX. A manutenção da autoridade temporal impedia o avanço de potências inimigas, desde os longobardos até a emergência das invasões islâmicas. O receio da perda de autonomia dos territórios pontifícios, os quais conferiam à Igreja respeitabilidade no trato com as autoridades seculares e proteção contra a ingerência de potências estrangeiras, fez recrudescer na Santa Sé “a rigidez na relação com o pensamento moderno” (MIKUSZKA, 2017, p. 69; ALBERIGO, 2000, p. 367), o qual engendrou o ideal democrático-republicano, unificador da Itália no século XIX.

De acordo com Souza (2005), por quase 60 anos, os papas permaneceram reclusos em seu Palácio em oposição ao projeto de unificação Italiana nos moldes então propostos. Consideravam-se prisioneiros do estado Italiano. De lá, eles

³¹ Essa atitude gerou cisões na Igreja católica: a Igreja *Veterocatólica*. Segundo Goyret e Blanco (2018, p. 72), em 1889 ela se fundiu a uma pequena Igreja de Utrecht (Holanda) separada de Roma desde a bula *Unigenitus* (1713) contra o jansenismo. Membro fundador do Conselho mundial de Igrejas está em unidade com a comunhão anglicana, em cujas ordenações participam algumas vezes.

invocavam a ajuda das antigas potências aliadas para que fosse resolvida a “Questão Romana”³² (SOUZA, 2005, p. 299).

Somente em 1929, com Pio XI (1922-1939), foi assinado junto ao governo fascista de Benito Mussolini (1883-1945) o Tratado de Latrão por meio do qual passou a pertencer à Igreja romana “o menor estado independente do mundo” (SOUZA, 2005, p. 306). Com efeito, o Vaticano é até hoje, na prática, uma monarquia eletiva, cuja tríplice coroa (*Triregnum*) foi usada pela última vez por Paulo VI em 1963.

Durante o período de empasses da questão romana, segundo Navarro (1995, p. 124) grupos ecumênicos interconfessionais, frutos da conferência de Edimburgo (1910), sobre a qual falaremos posteriormente, labutavam em Jerusalém (1928) e Madras (1938) para dar continuidade a projetos de união fraterna entre todos os homens. A Santa Sé angustiava-se frente a eminente perda de poderes temporais; em contrapartida, de acordo com Swidler (1988), os filhos da Reforma, Charles H. Brent (1862-1929), episcopal; e o luterano, Nathan Soederblom (1866-1931), esforçavam-se por incluir protestantes, católicos e ortodoxos no movimento ecumênico.

A questão romana em seu momento antecedente, concomitante e consequente explica em parte as censuras eclesiásticas a quase todas as proposições da modernidade (*Inscrutabili Dei Consilio*, 21 de abril 1878, Leão XIII, n. 14). Os documentos oficiais, desde a encíclica de Gregório XVI (1831-1846), *Mirari vos* (1832), que condena a liberdade de consciência; passando pelo *Syllabus* (1864) de Pio IX (1846-1878), contra os erros modernos; aos documentos de Pio X (1903-1914), *Lamentabile Sane Exitu e Pascendi Dominici Gregis*, ambos de 1907, e a encíclica *Humani Generis* (1950), de Pio XII (1939-1958), que repete, ainda que de modo mais brando, a mesma recusa de diálogo com o seu tempo, fizeram dos papas citados os “líderes da luta contra a modernidade” (COMBLIN, 1956, p. 254).

Gregório XVI foi, de fato, quem inspirou as posturas enérgicas mais recentes da Igreja em oposição ao mundo moderno. Tal postura *pari passo* impossibilitava qualquer oportunidade de diálogo com o protestantismo, um dos precursores e fruto do sistema de coisas oitocentista. É dele uma primeira formulação mais sistemática daqueles que passariam a ser considerados os “erros” da modernidade. Todavia, Pio

³² Querela entre a Santa Sé e os liberais que pretendiam a o fim dos estados pontifícios e a unificação da Itália, cujo término se deu em 1929, com a criação do estado do vaticano no governo fascista Mussolini.

IX foi o que melhor elaborou e colocou em prática os ideais ultramontanos preconizados na *Mirari Vos*, a saber:

Na esfera intelectual, a rejeição à filosofia racionalista e à ciência moderna; na política externa, a condenação à liberal democracia burguesa e o concomitante reforço da ideia monárquica; na política interna, o centralismo em Roma e na pessoa do Papa e o reforço no episcopado; na esfera socioeconômica, a condenação ao capitalismo e ao comunismo e um indisfarçável saudosismo a Idade média (MANOEL, 2004, p. 11).

Pouco mais de três décadas antes da aurora Conciliar, o Papa Pio XI (1857-1939) bradava aos quatro cantos do orbe sua aversão ao movimento ecumênico que, na primeira metade do século XX, realizava “convenções, assembleias e pregações, com não medíocre frequência de ouvintes.” (Mortaliū Animus, 1928, MA 2). A partir de 21 de novembro de 1964, como veremos no terceiro capítulo, postura semelhante não encontrará respaldo no magistério.

Algumas poucas linhas da MA bastam para a percepção do espírito que alimenta aquele pontificado no tocante ao nosso tema, apesar da grande sensibilidade humana do Papa Ratti frente ao “vergonhoso antissemitismo de Hitler” (Carta Encíclica *Mit brennender Sorge*) e a necessária promoção do bem comum (ALBERIGO, 2000, p. 372). Segundo o Papa seria manifestamente claro que a Santa Sé, não pode, de modo algum, participar das assembleias do movimento ecumênico e “aos católicos, de nenhum modo é lícito aprovar ou contribuir para estas iniciativas.” (MA 10).

Nada mais distante da nova pastoralidade de trinta e seis anos depois, quando a Igreja, a partir de então, além de ver o moderno ecumenismo como graça de Deus, propõe, com *parresía*, a busca da comunhão, sem preconceitos, na promoção de relações mais amáveis entre as várias denominações (FT 211 e 284; AQUINO JUNIOR, 2012, p. 166), a cooperação social³³, o diálogo teológico e a oração conjunta pela mútua conversão (FT 287) qual força motriz do diálogo ecumênico.

³³ Pensemos na Cooperadora Ecumênica de Serviço - CESE, a qual fundada a 13 de junho de 1973, em Salvador, Bahia, com a participação da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), Igreja Episcopal do Brasil, Igreja Evangélica Pentecostal "O Brasil para Cristo", Igreja Metodista, Missão Presbiteriana do Brasil Central, com o apoio do Conselho Mundial de Igrejas, objetiva "estudar, pesquisar, assistir, avaliar, promover e coordenar projetos destinados a promoção da vida integral do homem na sociedade nos moldes da fé cristã, sem discriminação social, econômica, religiosa ou racial. A CESE segue até hoje, com nova configuração em seu quadro de componentes, mas fiel ao seu propósito de promoção integral do ser humano. (Disponível em: <https://www.cese.org.br/>. Acesso em: 15 dez. 2022). Outro exemplo é a organização ecumênica “koinonia” (kn.org.br). Fundada em 1994 é sediada no Rio de Janeiro (RJ), com atuação nacional e internacional da qual participam diferentes

[...] as diversas condenações do Magistério, hoje sentidas como equívocos, são suscetíveis de certo “resgate hermenêutico”, na medida em que podem ser interpretadas como condenando apenas o aspecto negativo ou redutor da proposição em jogo e como deixando ao mesmo tempo a salvo (o que nem sempre é evidente) o aspecto positivo da proposição condenada (BOFF, 2015, p. 485).

Contudo, Pio XII, sucessor imediato de Achille Ratti, recorda-nos Goyret e Blanco (2018, p.106), abrandará a situação quando, durante seu pontificado, o Santo Ofício emitir, aos 20 de dezembro de 1949, a Instrução *Ecclésia Catholica*³⁴ que permite a participação de representantes romanos no diálogo teológico interconfessional com a devida prudência. Tal abertura papal não significa que as dificuldades impostas ao avanço ecumênico de então viessem somente do catolicismo³⁵. Recordemo-nos, outrossim, que o Congresso do Panamá (1916) foi uma “reação protestante a Edimburgo” de intensa aversão à Igreja Católica, para ficarmos em um único exemplo.³⁶ (DIAS, 1998, p. 135).

Dito isso, é preciso reforçar que não obstante as tensões geradas pela perca dos estados pontifícios, elas não foram os únicos agentes de fermentação no seio da Igreja ameaçada em *seu status quo*. Desde muito tempo o mercantilismo, no rastro da emergência dos estados nacionais, motivados pelas descobertas do novo mundo, embalava o processo causador do absolutismo monárquico que rivalizava com o poder centralizador de Roma.

O ímpeto missionário protestante, sobre o qual nos estenderemos depois, também incomodava o sentimento exclusivista romano. A sede pelo ouro e o afã comercial de mercantilistas e burgueses, além de possibilitar, por meio das navegações, o transporte dos ideais reformados para outras áreas geográficas,

tradições religiosas. Visa mobilizar a solidariedade ecumênica e prestar serviços a grupos histórica e culturalmente vulneráveis.

³⁴ Também conhecida como *De Motione Oecumenica*. Nesse documento testemunhamos o cuidado da Igreja no trato com a causa ecumênica. Ainda hoje, entretanto, encontramos autores na linha de, por exemplo, Romano Amerio (2020), o qual, falecido em 1997, fora perito do Concílio de Ângelo Giuseppe Jelmini, Administrador Apostólico da Diocese de Lugano e Bispo titular de Thermae basílicas; De Mattei (2019) e Fedelli (2018), exaltando a postura de Pio XI e propondo maior rigidez no trato com o movimento mundial, quando não insinuando o desejo de sua total extinção.

³⁵ Somente em 1961, na assembleia do Conselho Mundial de Igrejas, em Nova Dehli, que a Igreja romana, por meio de João XXIII, enviará, pela primeira vez, delegados oficiais para um encontro ecumênico. Mais tarde Kloppenburg (1965, p. 439) chamará a atenção ao fato de que UR 20 seria evidente referência à “Base” estabelecida em Nova Delhi para o diálogo ecumênico.

³⁶ “Os documentos que saíram do Congresso do Panamá retratavam os países da América Latina como atrasados e ignorantes. Subjazia o entendimento de que a causa para esta situação era a Igreja Católica Romana, e que a solução encontrava-se numa educação protestante” (RAIMUNDO, 2006, p. 281).

estimulava contatos indiferentes à religião e despertava para o valor das culturas em sua diversidade.

Enquanto no século XIX destacava-se ainda mais o impulso missionário protestante (SWIDLER, 1988, p. 62), o olhar ensimesmado de Roma, cioso pelo poder e reivindicando seus direitos coloniais, via como ameaça as estruturas confessionais que se impunham (haja vista a Inglaterra e a Holanda). Situações como essas criavam barreiras hercúleas ao diálogo.

A preocupação missionária das ordens religiosas, se bem que intensa, era acompanhada de feições amargamente colonizadoras, ainda que, como soe acontecer, sempre houvesse luminares proféticos em meio à escuridão da história. Conquanto grandes ordens chegassem às raias do heroísmo, a saber, jesuítas, franciscanos, mercedários, carmelitas e dominicanos, no meio católico tratados de teologia do século XIX e da primeira metade do século XX mostravam “pouca preocupação com a missão como tema eclesiológico e pastoral.” (SUESS, 2007, p. 119). As preocupações políticas obnubilavam em muito o dever evangélico.

2.4.2 O sonho de unidade em meio às guerras e revoluções

Nessa atmosfera, a gradativa perda da influência da Santa Sé desde a Reforma Protestante (1517) e o enfraquecimento paulatino do Sacro Império Romano Germânico com a terrível Guerra dos 30 anos (1618-1648) entre católicos e protestantes, alimentava nos papas o sonho da integração universal em torno de *Petrus*, com o foco, entretanto, de manutenção do poderio secular. Se olharmos um pouco para trás novamente, veremos que na Alemanha o máximo que se conseguira com a *Paz de Augsburgo* (1555), fora, segundo Navarro (1995, p. 108), um reagrupamento confessional a partir da religião do príncipe, *Cuius regio, eius religio*. Tal situação impedia a tolerância que brota da convivência com o diferente.

A *Guerra dos sete anos* (1756-1763), entre a França e a Inglaterra Anglicana, de imensas proporções, onde razões de estado (desde o Cardeal de Richelieu, 1585-1642), e não mais a fidelidade à própria religião, ditavam acordos e conchavos é prova gritante da atmosfera política que abafava genuínas motivações cristãs. Era o avanço da crescente divisão Igreja/mundo moderno pressentida desde os entrelagos entre Bonifácio VIII (1235-1303) - humilhado pelo trono francês após superexaltar o papado na bula *Unam Sanctam* (1302) - e Felipe IV, o Belo (1268-1314). Os posicionamentos

da Igreja no campo geopolítico suscitavam ressentimentos e intrigas a partir das quais se predispunha o terreno para futuras divisões religiosas.

Também a Revolução industrial (1760) com seu fluxo migratório consequente, forçava a relação entre as diversas fés na urbe. Os novos inventos, arautos do avanço tecnológico atual, davam a sensação de não mais ser preciso aguardar o paraíso pós-morte para o gozo devido e solidificava a cosmovisão secularista (MENDONÇA, 1997, p. 123; SANTA ANA, 1987, p. 77). Agora, segundo Jonas (2006), poder-se-ia, com o recurso científico, criar um paraíso intraterreno utópico de conforto e, quiçá, imortalidade. “Por sua indústria, progressivamente o ser humano aumenta suas capacidades, domina a natureza, desvenda os segredos. Caminho feito, ele dissipa seus mitos e afirma sua autonomia.” (POULAT, 1999, p. 123).

A própria revolução americana - cujo apogeu fora a independência dos Estados Unidos (1776) -, validando os ideais iluministas de liberdade, igualdade e felicidade como direitos inalienáveis do homem, consolidava nos espíritos as razões do humanismo já liberto da tutela da religião institucional. Tais fatos cimentavam a certeza de que o novo sistema de coisas modernas estava de tal modo implantado que talvez não mais se devesse tentar expurgá-lo, como pediam os ultraconservadores, mas acolhê-lo como dom em perspectiva dialogal. Nesse espírito estavam Leibniz (1646-1716) e Grócio (1583-1645) já antes dessa revolução - sobre os quais falaremos depois - porém, tornaram-se apenas precursores do sonho maior de unidade.

Os ideais iluministas, cobertos de louros no além-mar, influenciarão a Revolução Francesa (1789) em sua *Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão* (precursora da declaração da ONU em 1948). “O maior intento histórico de se construir uma ‘religião da razão pura’ foi aquele apresentado pela Revolução Francesa. Esta partiu do deísmo dos enciclopedistas [...]” (BOFF, 2015, p. 580). Compreensível, afinal, divergências intermináveis entre igrejas levavam a sociedade humana a buscar outras formas de garantir a unidade universal; haja vista o aparente debacle do projeto cristão.

As guerras napoleônicas (1799-1815) revelarão novamente e de forma capilar as tensões arraigadas entre o trono e o altar. Pio VII (1742-1823) assiste a autocoroação de Napoleão, expressão do poder temporal que se quer liberto das amarras da religião. Ao tradicional regime de catolicidade sucedeu-se, mais ou menos

segundo os vários países, “um regime de separação e um princípio de laicidade.” (POULAT, 1999, p. 73).

A guerra Franco-Prussiana (1870), na atmosfera da unificação alemã, ladeia esforços hercúleos pela emergência de um associacionismo cristão interconfessional entre não católicos³⁷, todavia gera o revanchismo francês cujo ímpeto levará à guerra de 1914, caldeirão do Fascismo e do Nazismo, cujos frutos costumamos recordar.

O catolicismo, em meio a esse complexo e intrincado enxame de ideias e fatos, levantará a voz, não só reclamando os direitos da Igreja e do povo (Leão XIII³⁸), mas também recordando aos homens os antigos arcanos da fé e seu desejo de unidade. Por isso, ao lado das três contribuições, indicadas por Santa Ana (1987), que ajudaram a desenvolver o espírito ecumênico de aproximação e boa convivência no século XIX, a saber, os movimentos missionários, os movimentos leigos interconfessionais e o movimento anglo-católico, não erramos em apontar também os constantes esforços dos papas em vista da unidade, ainda que marcados pela limitação espaço-temporal que modela cosmovisões.

Atentemo-nos ao fato de que foi Leão XIII o primeiro papa a chamar os cristãos avessos à cátedra petrina “*dissidentes fratres*”, irmãos separados; o que será repetido por seus sucessores. Talvez o enunciado soe trivial, insignificante para olhares pouco atentos³⁹, todavia demonstra sensível abertura na busca pelo diálogo.⁴⁰ De acordo com Santa Ana (1987, p. 226), “Quem pertencia a uma outra confissão cristã, devido a história peculiar de confrontações religiosas na Europa entre os séculos XVI e XVIII, não era considerado ‘irmão separado’, mas praticamente como adversário confessional.”

Fatos aparentemente desconexos revelam aqui e acolá a recordação incessante, por parte da Igreja, do antigo e sempre novo chamado à unidade. “Ensinando, ou trabalhando, ela se refere sempre a um ideal de integração [...]” (POULAT, 1999, p. 74).

³⁷ Por exemplo, a Conferência de Lambeth, 1867, e a Aliança de Igrejas Reformadas, 1875.

³⁸ Recordemos dos contatos entre Roma e os Coptas durante o pontificado de Leão XIII (Carta Apostólica de Leão XIII aos Coptas - *Unitatis Christianae* - 1895) e sua Carta *Ad Anglos*, convocando os anglicanos à unidade animado pelos frutos do Movimento de Oxford.

³⁹ “Quanto à expressão ‘irmãos separados’, Yves Congar diz-nos que não se trata de uma expressão piedosa, nem sequer se trata de ‘um título protocolar, uma fórmula sem conteúdo’, mas é antes ‘a designação de uma realidade profunda e verdadeira, que engloba toda uma maneira de considerar as coisas’” (BEATO, 2018, p. 64)

⁴⁰ Carta Apostólica de Leão XIII *Orientalium Dignitas* (OD), 30 de novembro de 1894.

É fato que, no âmago das atuações político-religiosas dos papas, ardia pelo caminho em seus corações (Lucas 24, 32) a súplica ardente do Salvador pela unidade da Igreja, ainda que expressa sem aquela maturidade pastoral consignada no Vaticano II. Com efeito, todas as vezes que celebramos a Eucaristia, sacramento da comunhão, encontramos no Corpo e Sangue partilhados “o apelo da nossa unidade” (OL 20).

Unidade em um mundo esfacelado; cuja própria filosofia chegara ao ponto de proclamar a morte de Deus em Nietzsche (1844-1900) e a superação da modernidade, ainda mal resolvida, em Heidegger (1889-1976). Era o já presumido crepúsculo do humanismo, recordado com otimismo por Paulo VI em meio às grandes catástrofes sociais, religiosas e políticas de sua época.

[...] a metafísica está em seu ocaso, e com ela, como constatamos cada dia, também declina o humanismo. Por isso, a morte de Deus - momento culminante e, ao mesmo tempo, final da metafísica - também é, inseparavelmente, a crise do humanismo (VATTIMO, 2002, p. 19).

A crescente desvalorização do “outro” pelo indivíduo que se arroga “o centro” de tudo, leva o mundo a, desfeito o laço metafísico, proclamar a morte de Deus indiferente ao extermínio do próximo (Dap. 44). Os milhões de mortos das grandes guerras confirmam nossa triste assertiva.

Não obstante tal situação impressiona recordar que grandes esforços ecumênicos deram-se em meio aos vergonhosos desdobramentos históricos de conflitos. A experiência comum do martírio cria intercomunicação e reforça o sentimento de unidade. (OL 18).

2.4.3 Impulso à unidade em meio ao sofrimento humano

A modernidade se caracteriza, como vemos, por evidentes contradições. Uma *Aliança Mundial para a amizade internacional por meio das igrejas*, desfeita em 1948, é formada nos primórdios do século passado tendo como raiz a segunda conferência para a paz realizada na pátria do ecumenista e promotor do direito internacional, Grócio (Holanda), em Haia, sete anos antes da primeira guerra mundial. O próprio cardeal Mercier (1851-1926) envolveu-se nesse esforço para conscientizar o mundo.

Como escrevera Navarro (1995, p. 122) “Mal acaba de ser redigida uma resolução em favor da paz e a guerra é declarada.”

Estamos frente à complexidade da existência humana. Entretanto, essa íntima ligação que há entre o impulso ecumênico e as perseguições, as guerras e as catástrofes da história mais recente da humanidade não passou despercebida para alguns autores (CONTIERO, 2017, p. 130). “Os recentes sofrimentos dos cristãos em quase toda a Europa suscitaram um novo desejo de união [...]” (OESTERREICHER, 1971, p. 193). Com efeito, há um misterioso estímulo suscitado pelo Espírito em vista do encontro fraterno “[...] que se torna mais insistente precisamente nos momentos de maior dificuldade” (OL 22).

O CMI, principal instrumento de articulação dos desejos de unidade entre os cristãos, e que hoje reúne a maioria das Igrejas Protestantes e Ortodoxas, nasceu, dentre outros motivos, como fruto de um esforço de solidariedade entre os cristãos europeus, perplexos com a capacidade destrutiva da civilização moderna e belicosa que ajudaram a construir (DIAS, 1998, p. 129).

O Setor de promoção do ecumenismo da CNBB ao divulgar a Semana de Oração pela Unidade dos Cristãos de 16 a 23 de maio de 2010 em seu Site oficial, na comemoração dos cem anos da Conferência Missionária de Edimburgo, recorda-nos significativas palavras do teólogo Jürgen Moltmann:

A unidade da Igreja experimenta-se na resistência e perseguição comuns. A Unidade ecumênica originou-se e origina-se mais nos cárceres que nas conferências mundiais. Foi nos campos de concentração da Segunda Guerra Mundial que nasceu a vontade ecumênica na Europa. Nos cárceres das ditaduras, muitos experimentaram a unidade da Igreja. (J. Moltmann *in* CNBB. ECUMENISMO ESPIRITUAL - ESPIRITUALIDADE ECUMÊNICA/23 de março de 2010⁴¹).

São dignos de nota os clamores papais pela fraternidade universal, ainda que marcados pelas limitações teológicas de seu tempo.⁴² Na efervescência das sangrentas revoluções nacionalistas de 1848 a Santa Sé volta seu olhar para o cisma

⁴¹ CNBB. ECUMENISMO ESPIRITUAL - ESPIRITUALIDADE ECUMÊNICA/23 de março de 2010. Disponível em: <https://www.cnbb.org.br/ecumenismo-espiritual-espiritualidade-ecumenica/>. Acesso em: 22 jan. 2023.

⁴² “Os padres Orientais, que se encontram no Ocidente, são completamente livres para celebrar nas igrejas latinas, de acordo com o rito adequado ao seu povo, e têm à sua disposição, em vários lugares, mas especialmente em Roma, santuários próprios para este uso litúrgico.” (Carta Apostólica de SS Pio IX *In Suprema Petri Apostoli Sede*, 06 de janeiro de 1848, *In*: IGREJA CATÓLICA. Documentos de Gregório XVI e de PIO IX (1846- 1878). Org. Geral Lourenço Costa. Trad. Darci L. Marin. São Paulo: Paulus, 1999. p. 116 (Coleção Documentos da Igreja, vol. 6)

oriental. No frenesi das agitações em torno dos ideais liberais e socialistas que eclodiram na primavera dos povos, aurora do “Manifesto Comunista” de Marx e Engels, Giovanni Maria Mastai-Ferretti reafirma seu desejo de comunhão com o oriente ao pedir, segundo ele, apenas o estritamente necessário, a saber “[...] o retorno à unidade; a concordância conosco na profissão da verdadeira fé que a Igreja Católica sustenta e ensina; e, junto com toda a Igreja, a manutenção da comunhão com a Sé de Pedro.” (PIO IX, [1848], 1999, p. 116).

Na encíclica *In Suprema Petri*, publicada em 6 de janeiro de 1848, Pio IX faz um urgente convite às Igrejas separadas do oriente para que voltem à unidade da Igreja católica. O que, na sua visão, ocorreria quando as comunidades orientais reconhecessem o “erro” em suas doutrinas e procurassem a Sede papal [...] (SILVA; COSTA, 2021, p. 343).

Parece-nos incrustado em certas expressões dos papas o cuidado ecumênico que a Igreja demonstrará mais tarde. Na encíclica *Pacem Dei Munus* (PDM), de 23 de maio de 1920, Bento XV (1914-1922) pede aos escritores que se abstenham da intemperança nas palavras uma vez que “pode abrir cicatrizes mal fechadas, especialmente quando os espíritos, exacerbados por feridas ainda recentes, têm uma grande sensibilidade às lesões mais leves” (PDM 10).

Outro exemplo é o período das guerras mundiais: Ele apurou entre os indivíduos o senso cumulativo de unidade e valor do ser humano. Recordemo-nos do personalismo de Emmanuel Mounier (1905-1950) que, segundo Barros (1996, p. 121), como leigo, predispôs o ambiente intelectual para o avanço do diálogo ecumênico, mesmo não sendo um movimento confessional. (SANTA ANA, 1987, p. 83).

Junto às guerras mundiais crescia, de modo admirável, o esforço das várias congregações cristãs em mostrar para o mundo, através de atitudes fraternas, que a unidade é a verdadeira marca do cristianismo. As atrocidades das guerras mundiais contrastaram com a unidade das várias denominações que mutuamente abriram suas igrejas para acolher os perseguidos (GALVÃO; ANJOS; OLIVEIRA, 2019, p. 47; OESTERREICHER, 1971). Vale a pena recordar, igualmente, que conventos católicos de Roma foram, por muito tempo, o refúgio de judeus hostilizados pelo antissemitismo.⁴³

⁴³ No Brasil, por exemplo, as perseguições do período ditatorial geraram providencial solidariedade entre católicos e protestantes que digladiavam por décadas. A postura das alas progressistas da Igreja

Finalmente, Bento XV reconhece o que ele chama “a grande tendência do tempo presente”, a saber, que a união entre as nações civilizadas seria garantida e aumentada pelo costume de organizar reuniões e conferências entre líderes para tratar dos assuntos importantes, o que nos remete às confederações ecumênicas dos inícios do século passado. “Os recentes sofrimentos dos cristãos em quase toda a Europa suscitaram um novo desejo de união [...]” (OESTERREICHER, 1971, p. 193).

Segundo o Cardeal Agostinho Bea a Igreja católica buscou por muitos outros meios, ainda que limitados por cosmovisões e linguagens epocais, restabelecer a união entre todos os batizados; haja vista, por exemplo, além de Trento (1545-1563) - projetado como concílio de união - os já citados concílios de Lion e Ferrara, cujo escopo “era o fim do grande cisma oriental”⁴⁴ (BEA, 1964, p. 54).

Só mais tarde, a partir do Concílio Vaticano II, haverá no catolicismo uma mudança oficial quanto à percepção da modernidade; então, procurar-se-á lançar uma ponte para o mundo contemporâneo (PAULO VI, 29 de setembro de 1963). Os vários muros de divisão serão derribados e o mundo surdo ao grito de Cristo (OL 28) poderá ver em novos doutores da unidade⁴⁵ a aurora de um novo tempo.

Sem deixar de indicar seus pontos criticáveis, a Igreja buscará diálogo aberto com a pluridiversidade dos novos tempos alimentando um desejo prudente e otimista de reconciliação. “O mundo moderno se apresenta ao mesmo tempo poderoso e débil, capaz de realizar o ótimo e o péssimo, por quanto se lhe abre o caminho da liberdade ou da escravidão, do progresso ou do regresso, da fraternidade ou do ódio” (*Gaudium et Spes*, GS 229).

[...] a Igreja procurou buscar uma estratégia de adaptação à modernidade. Isto se deu por meio de uma renovação litúrgica, de um maior reconhecimento das instancias autônomas dos domínios laicos do Estado, da

Católica em favor da crítica social após o Concílio Vaticano II, possibilitou frutuosa solidariedade junto a setores protestantes na construção de espaços onde se desenvolveu uma numerosa produção de estudos voltados para o fenômeno religioso no Brasil (WATANABE, 2012, p. 165).

⁴⁴ Não obstante as aparências, não se pode dizer que 1054 fosse marcado por uma ruptura completa. Durante quatro séculos, os esforços pela unidade se sucedem constantemente. Durante a primeira cruzada, os ocidentais são recebidos em Constantinopla como irmãos na fé. Mas foram precisamente as cruzadas as que acabariam por tornar a ruptura irreversível. A ambição latina chocou com o nacionalismo grego, até o ponto de, em certos momentos ser opinião comum em Constantinopla que seria preferível cair nas mãos dos turcos a submeter-se ao jugo dos latinos. (HORTAL, 1989, p. 30)

⁴⁵ Aos 21 de janeiro de 2022, Francisco declarou Santo Irineu de Lion como *Doctor Unitatis*, por ele ter sido uma ponte espiritual e teológica entre cristãos orientais e ocidentais. (Decreto do Papa Francisco - Santo Irineu, Doutor da Igreja. Disponível em: <https://www.vatican.va/content/francesco/pt/events/event.dir.html/content/vaticanevents/pt/2022/1/21/decreto-santireneo.html>. Acesso em: 13 nov. 2022.

ciência e da secularização dos costumes na sociedade maior, além da iniciativa para o diálogo (CAMURÇA, 2013, p. 117).

O processo de desenvolvimento do ideal ecumênico, fruto tanto do passado que testemunha o clamor cristão pela unidade, quanto da ação providencial do Redentor, caminha rumo a conquistas cada vez maiores. A mão misteriosa de Deus fez-se notar não só nos fatos históricos, tantas vezes dolorosos, que sensibilizaram os homens quanto ao ideal de fraternidade; mas também em precursores que anteciparam em muito o que hoje defendemos com maior liberdade. Cabe-nos, no próximo capítulo, recordá-los a fim de que, em suas palavras e atitudes, possamos reconhecer o que tempos depois os padres conciliares esforçar-se-ão por codificar nas páginas históricas do decreto *Unitatis Redintegratio*.

3 OS PRECURSORES DO ECUMENISMO MODERNO

Revisitado, de modo geral, o processo histórico por que passou a Igreja em sua tensão pela unidade, principalmente no crisol dos tempos modernos, cabe-nos agora afunilar a investigação a fim de captarmos com acuidade o objeto de nossa pesquisa; a saber, os caminhos percorridos ao longo da história da Igreja rumo a UR para uma melhor compressão da sua riqueza textual.

Em um primeiro momento abordaremos o sentido etimológico do termo ecumenismo a fim de averiguarmos sua pertinência e adequação ao uso que lhe é proposto. Logo depois, instruídos pela história (SCHILSON; KASPER, 1990, p. 82) conheceremos os precursores do moderno ecumenismo, os quais ao longo das vicissitudes relatadas em páginas anteriores, criaram a atmosfera ideal para a emergência da UR no último Concílio; sobre o qual teceremos comentários ao final desse capítulo.

3.1 SIGNIFICADO ETIMOLÓGICO DO TERMO ECUMENISMO

Para melhor compreensão do Decreto UR é necessário investigar a gênese do termo “ecumenismo” e sua particular elaboração técnica realizada ao longo dos séculos. Com efeito, o uso dessa terminologia ganhou centralidade nos projetos de busca pela unidade entre os cristãos. Ademais, a própria escolha da nomenclatura como instrumento para identificar a causa da unidade indica a intenção de alcançar por esse meio a essência do escopo almejado. Não por acaso, o cardeal Ernesto Ruffini, ao início da Sexagésima Nona Sessão Geral do Concílio Vaticano II, via o perigo de graves equívocos caso o termo não fosse esclarecido. (KLOPPENBURG, 1963, p. 306).

Se bem que a busca pela unidade remonte aos primórdios da era cristã, o termo “ecumenismo” (do grego clássico, *oikoumene*), ainda que antigo, é recente em sua acepção técnica moderna. Ele apresenta-se de grande utilidade para a dinâmica dialógica junto ao contexto da diversidade confessional. Aliás, a pluridiversidade não é uma característica exclusiva do nosso tempo. Basta uma rápida investigação do passado para averiguar, por exemplo, o mosaico das religiões e sua variedade interna. “Nenhuma religião é simples, homogênea [...]” (VERNANT, 2009, p. 10).

O léxico ecumenismo foi carregado de um renovado substrato teológico e

emocional na idade moderna, fruto de longo caminho de maturação e retorno às fontes bíblicas de calor sapiencial, metafórico e conceitual. “Muitas vezes, conceitos aparentemente abstratos trazem atrás de si todo um subsolo metafórico [...]. É o que fez Paul Ricoeur afirmar: ‘A linguagem ordinária é um cemitério de metáforas mortas.’” (BOFF, 2015, p. 338). Não por acaso, coube inclusive aos padres conciliares o esforço de alinhar seus pensamentos “a fim de apreenderem o sentido especial que *oikoumene* passava a ter no início do último século entre cristãos de diferentes procedências” (NAVARRO, 1995, p. 9).

Recorda-nos De Mattei (2019, p. 298) que o cardeal Ruffini, de Palermo, teceu obsevações nesse sentino durante o Concílio: “O termo ‘ecumenismo’, introduzido na teologia pelos protestantes, é equivoco, porque é entendido de modo diverso por protestantes e católicos. Se for conservado no documento, o seu significado terá de ser definido com clareza.”

O termo pertence a um feixe de expressões referentes a casa (*oikós*), ao verbo habitar (*oikein*), à relação de parentesco (*oikeiotês*), à administração e responsabilidade da casa (*oikonomeô*), ou mesmo diretamente ao universo conhecido enquanto tal (*oikoumene*). Na literatura grega profana, como em Heródoto (485-425 a.C), por exemplo, a *oikoumene* designava terra habitada, depois, segundo Mateus (2008, p. 17), o mundo transformado pelo império helênico, de Alexandre Magno (356-323 a.C), onde o imperador era *Kurios tes Oikoumenes* - senhor da terra habitada -, com exceção dos bárbaros, tidos por não civilizados (NAVARRO, 1995, p. 9-12; HORTAL, 1989, p. 11).

Com a *Pax Romana*, iniciada por Otávio Augusto (27 a.C - 14 d.C), a *oikoumene* passou a designar entre os latinos toda a área geográfico-cultural que estava sob o domínio do império marcado pela helenidade. No novo testamento, onde aparece por quinze ocasiões (por exemplo, em Mateus 24, 14; Lucas 2, 1; Atos 11, 28), o termo *oikoumene* é utilizado em sentido profano, mas também num sentido religioso (Hebreus 2, 5) referindo-se ao *kosmos* em sua transitoriedade à espera do cumprimento das promessas do Cristo (DIAS, 1998, p. 133; GOYRET; BLANCO, 2018, p. 96). A nomenclatura *oikoumene* entra na linguagem eclesiástica oficial quando o Concílio de Constantinopla (381) se refere ao de Nicéia (325) denominando-o *concílio ecumênico*, com objetivo de distingui-lo dos *provinciais*.

No cristianismo primitivo, o termo *oikoumene* - seguindo a trajetória bíblica - é usado nas acepções já conhecidas: mundo, império romano, mundo civilizado, etc. Assim, por exemplo, o autor do martírio de Policarpo (século II) refere-se várias vezes em seu texto à 'Igreja Católica espalhada pela *oikoumene*' [...] o termo 'ecumênico' designará doutrinas e usos eclesiais que são aceitos como norma de autoridade e dotados de validade universal [...] *oikoumene* é a Igreja universal. Três grandes homens da Igreja serão designados "doutores ecumênicos": Basílio, o Grande, Gregório de Nazianza e João Crisóstomo (NAVARRO, 1995, p. 10).

Esse uso permaneceu tão frequente no seio do catolicismo (HORTAL, 1989, p. 11) que o *Conselho Mundial das Igrejas* (CMI), com sede em Genebra - o qual, reúne várias igrejas em busca de diálogo e mútua colaboração⁴⁶ - evitou no passado utilizar-se do léxico por nós estudado, por receio de uma identificação direta com o catolicismo romano. Algo semelhante ocorrera na Conferência de Oxford (1937) - que também buscava estreitar laços entre cristãos (GOYRET; BLANCO, 2018, p. 97). Sobre esses organismos trataremos mais adiante em nossa dissertação.

Desse modo, vemos que o significado técnico e teológico de *oikoumene*, enquanto atividades e iniciativas que são suscitadas e ordenadas, segundo as várias necessidades da Igreja e oportunidades dos tempos, no sentido de favorecer a unidade dos cristãos (UR 4), se desenvolve mais claramente somente a partir do século XX⁴⁷; ainda que já no século XIX - e inclusive no século XVII de acordo com Santa Ana (1987, p. 22), ao citar correspondências entre Leibniz e Bossuet, Bispo de Meaux - encontremos enfoques importantes que apontem nesse sentido.⁴⁸

A partir de 1919, o adjetivo ecumênico adquiriu um novo significado. Nesse ano, o arcebispo luterano de Uppsala (Suécia), Nathan Soederblom, escreveu um artigo em que lançava, por primeira vez, a ideia de um "Conselho Ecumênico de Igrejas". A partir desse momento, os esforços para uma maior compreensão e unidade entre as diversas confissões cristãs passaram a ser designados como "movimento ecumênico". Retomava-se assim o significado de *ecúmeno* como universalidade geográfica do cristianismo (HORTAL, 1989, p. 13).

⁴⁶ Para maiores informações sobre o atual estado do CMI pode-se consultar seu site oficial (oicoumene.org) no qual consta atualmente a presença de 352 igrejas-membro em seu quadro, entre as quais não se encontra a Igreja Romana, apesar de católicos serem membros plenos da Comissão de Fé e Ordem e colaborarem em várias iniciativas da organização.

⁴⁷ Recordamos Kloppenburg (1962, p. 243) que a palavra "ecumênico", na linguagem moderna, vem a significar "aquilo que é comum a todas as Igrejas cristãs", não obstante o adjetivo "ecumênico" ser um termo antiquíssimo do Direito Canônico, e indicar - no interior da Igreja Romana - apenas a "catolicidade", a "universalidade" da Igreja, na qual, naturalmente, se supõe a comunhão das Igrejas particulares com a Sé de Pedro.

⁴⁸ Em 1846 é constituída em Londres uma Aliança evangélica com finalidade de preparar um concílio ecumênico evangélico universal. Seus participantes pertencem a diferentes denominações. Também Henry Dunant, fundador da Cruz Vermelha, e um dos pioneiros da Associação Cristã de Moços, fez uso do termo "ecumenismo" (HORTAL, 1989, p. 13).

Portanto, o espírito ecumênico moderno, com termo técnico de semântica apropriada, lança suas raízes no alvorecer do cristianismo. Já ali, o anseio por unidade grassava à sombra das discórdias em meio a uma diversidade que não se furtava ao uso do plural “igrejas” que em certas épocas causou calafrios: “Quem tem ouvidos ouça o que o espírito diz às igrejas” (Apocalipse 2, 7).

Esse mesmo termo se abrirá depois a propostas ousadas de reflexão. Após o Concílio, autores como Karl Rahner (1904-1984) entre outros, firmados nos textos conciliares - particularmente, *Nostra Aetate* ⁴⁹- criaram terreno para visões mais abrangentes a respeito do ecumenismo, agora, em abordagem, *latu sensu*, na sua relação com os não-cristãos (RASCHIETTI, 2011, p. 66-67; HILLMAN, 1997, p. 83; BOFF, 2015, p. 589). Todavia, o diálogo inter-religioso não é o enfoque principal da presente dissertação.

Foi na atmosfera semântica criada pela terminologia aqui tratada que promotores da multifacetada unidade cristã se organizaram com o objetivo de superar o escândalo das divisões num plano superior que conserva em si as preciosas potencialidades das polaridades em contraste (EG, 228). Com efeito, filhos do mesmo Pai e habitantes da *casa comum* (LS, 3), os cristãos não poderiam jamais viver desunidos, sob pena de arrastarem após si, como de fato se dá, a mais absurda contradição (1Coríntios 1,13).

3. 2 PESSOAS MAGNÂNIMAS, PARA ALÉM DA SUPERFÍCIE CONFLITUAL

Ao longo do capítulo anterior, por várias vezes, dada a estrutura da narrativa, fomos levados a citar *en passant* a figura de precursores históricos do moderno ecumenismo proposto pela Igreja a partir do vaticano II. Ao travarmos contato com esses luminares proféticos da busca pela unidade perceberemos em seus gestos e palavras muito daquilo que depois nos foi apresentado oficialmente pela Igreja como caminho a ser percorrido nas páginas da UR. Eles testemunham o quão forte é o impulso para a unidade no seio do cristianismo.

Em que pesem as desavenças, entrechoques e incompreensões, o desejo de união entre os cristãos era recorrente, qual substrato comum ao longo dos séculos,

⁴⁹ De acordo com Wolff (2012, p. 8 e 11) a recepção do Concílio não é plena sem uma concentração de atenção para com a Declaração NA, o Decreto UR e a Declaração DH, que, por sua vez, serve para os dois primeiros documentos por afirmar a liberdade religiosa como direito de todos.

ainda que obnubilado por decisões criticáveis dos que preferiram dedos em riste e armas em lugar do diálogo e da misericórdia (BOFF, 2015, p. 489).⁵⁰ Durante o concílio, entretanto, a consciência do dever de unidade mostrou-se amadurada na certeza da universalidade soteriológica cristã (1 Timóteo 2, 4).

Para alcançar o nível a que chegara, todavia, a consciência ecumênica foi gestada por iniciativas ousadas e precursores proféticos frente a autoridades eclesásticas não tão dispostas em relação ao movimento ecumênico (WOLFF, 2011). Ainda que nem todos dentro da Igreja Católica estivessem alinhados com as orientações prudenciais do magistério de sua época, hoje sabemos que tais atitudes de *peessoas magnânicos* (EG 228) anteciparam em muito aquilo que mentes esclarecidas defendem como necessário na atualidade.

Irrrompendo em terrenos adversos, homens de escol trouxeram à baila temas e comportamentos que fortaleceram um imo viçoso sedimentado ao longo dos séculos. Basta-nos recordar que antes do Vaticano II a *Conferência de Edimburgo* (1910)⁵¹, assinalada por historiadores como, 1) ponto de partida do atual movimento ecumênico (GOYRET; BLANCO, 2018, p. 98), 2) base do Conselho Missionário Internacional (Lake Mohonk, Nova York, 1921), assim como, dos movimentos Vida e Ação (*Life and Work*, Estocolmo, 1925) e, Fé e Constituição (*Faith and Order*, Lousanne, 1927); e 3) assembleia de fundação do *Conselho Mundial das Igrejas* - CMI (Agosto de 1948); foi rejeitada sem escrúpulos por autoridades eclesásticas.⁵²

Emerge aqui a questão sobre como o catolicismo compreende e se posiciona no contexto do pluralismo eclesial. De Constantino às vésperas do Concílio Vaticano II, ele afirmou-se com base a princípios de autoridade e autossuficiência. Esses princípios, alicerçados no ministério petrino e na hegemonia política, criaram uma eclesiologia exclusivista e triunfalista. Sozinha, a Igreja romana compreendia representar a totalidade da fé cristã, destituindo de qualquer significação elementos cristãos situados além de suas estruturas (WOLFF, 2011, p. 407).

⁵⁰ Pensemos nas cruzadas contra os Cátaros (1209-1229). “A guerra era vista, deste modo, como uma maneira de restaurar a paz, obtendo justa vingança contra os cruéis hereges que desprezaram a bondade divina e atacaram seus emissários. Tanto que nas cartas papais referia-se à cruzada Albigense como *negotium pacis et fidei*, empresa de paz e fé.” (COSTA, 2018, p. 68)

⁵¹ “Uma conferência missionária realizada em Nova York em 1900 chegou mesmo a intitular-se ‘conferência ecumênica’, porque o plano de campanha de evangelização que seus membros estavam construindo tinha o objetivo de alcançar o mundo todo. Esta conferência foi o berço que deu nascimento à Conferência Missionária Mundial de Edimburgo [...]” (DIAS, 1998, p. 135)

⁵² Para um estudo pormenorizado do processo por que passou as conversações, compromissos e união dos grupos e movimentos criados a partir de Edimburgo (1910) pode-se consultar Zwinglio M. Dias 1998, p. 133-159) e Philip Goyret e Pablo Blanco (2018, p. 103-107).

Cumpre-nos agora conhecer um pouco mais sobre os precursores do ecumenismo. Observemos que seus atos e palavras geraram novos dinamismos e foram, de fato, proféticos em relação ao que depois estaria contido nas linhas do decreto conciliar. Francisco afirmara na *Evangelii Gaudium* (222-223) que o tempo é superior ao espaço. “Esse princípio permite trabalhar a longo prazo, sem a obsessão pelos resultados imediatos [...] é ocupar-se mais com iniciar processos do que possuir espaços. ” Aqui comprovaremos a solidez desse princípio.

3.2.1 Jean Amós Comênio, Gottfried W. Leibniz e Hugo Grócio

Frente ao ambiente adverso no interior do catolicismo - admiravelmente mais aberto entre os protestantes no último século - só a ação do Espírito, objetivada no agir humano, explica porque houve cristãos, de ambos os lados, que ousaram avançar com intrepidez na busca pela unidade, estreitar laços com pessoas de boa vontade e propor nova hermenêutica teológica. Tempos novos exigiam homens novos, e muitos não se esquivaram desse chamado que “excede à mera força e capacidade humana” (UR 24). Vários autores ligados ao protestantismo, ainda no século XVI, são apresentados como desbravadores do movimento ecumênico moderno. Suas ideias foram quais sementes que germinaram no futuro.

Três figuras pioneiras do espírito ecumênico são recordadas por Hortal (1989, p. 172): J. A. Comênio (1592-1670)⁵³, discípulo do pietista Nicolau von Zinzendorf, idealizador de um conselho de todas as igrejas cristãs no respeito à liberdade de consciência; o filósofo Leibniz (1646-1716),⁵⁴ proponente do retorno a unidade em torno da figura papal, apesar das diferenças entre as confissões; e o calvinista Hugo Grócio (1583-1645)⁵⁵ ansioso por reconciliar o mundo cristão.

⁵³ Jean Amós Comênio, Morávio, propôs como base da união entre os cristãos a Bíblia à luz dos santos padres e dos sete primeiros concílios. No século XVII aproximou-se da teologia do pluralismo religioso, defendeu a paz entre as confissões e o respeito às opções religiosas (ANDRADE, 2018, p. 112). Participou do colóquio convocado pelo rei polonês Ladislau IV entre luteranos, calvinistas, morávios e católicos. Escreveu livros sobre a união entre os cristãos e propôs um conselho de todas as igrejas cristãs.

⁵⁴ Gottfried W. Leibniz, luterano e coerente com sua filosofia universalista onde Deus apresenta-se como organizador do todo (DIAS, 1998, p.133), escandalizado com as guerras entre cristãos, propõe “uma Igreja Universal que desse lugar em seu seio às diferentes expressões da vida e da fé cristã.” (SANTA ANA, 1987, p. 22). Sua amizade com católicos foi um testemunho das ideias que defendia.

⁵⁵ Hugo Grócio, jurista, mais conhecido devido sua ligação com o direito internacional, propõe, como meio de adquirir unidade, o fim das guerras de imposição da fé e o retorno aos três primeiros séculos cristãos. Calvinista arminiano, aberto à visão universalista da realidade, aproxima-se muito do

3.2.2 O Movimento Missionário Protestante

Cabe-nos aqui um importante reconhecimento: Celeiro de precursores do ecumenismo atual fora também o movimento missionário protestante (SANTA ANA, 1987, p. 76). O campo da missão ressentia-se do escândalo da desunião. A desarmonia cristã atrapalhava o testemunho devido ante os povos e a convivência nas grandes cidades onde entrecruzavam pessoas das mais diversas confissões.⁵⁶ Com efeito, constantes divisões, subdivisões e discórdias no protestantismo geraram preocupações entre seus membros mais lúcidos principalmente no campo missiológico, doutrinal e de ação caritativo-social (SWIDLER, 1988, p. 62).

Cristo não podia aparecer aos olhos do mundo desfigurado por lutas fratricidas ou mesmo irreconhecível em sua unidade pela divergência hostil de pregadores rivais e contendentes. “O anúncio do evangelho perdia a sua credibilidade quando povos não-cristãos recebiam uma mensagem com pretensões de verdade absoluta, mas apresentada de maneiras diferentes e conflitantes” (HORTAL, 1989, p. 174).

Segundo Mateus (2018) entre os leigos, de modo especial, tentativas de convivências intereclesiais e internacionalistas tornavam-se frequentes no século XIX e testemunhavam o impulso que brotava no seio do protestantismo para sair de si ao encontro do outro marcado por suas diferenças. A Associação Cristã de Moços (ACM)⁵⁷ ladeada pela Associação Cristã de Mulheres Jovens (ACMJ, 1854), e a *Liga Cristã para a Defesa da Paz*, são exemplos. Citemos também, a Aliança Evangélica (1846), da qual, segundo Santa Ana (1987, p. 78) participaram 800 líderes cristãos vindos de mais de 10 países - ali foi decidido celebrar todo ano, a nível mundial, uma semana de oração; e a Federação Mundial de Estudos Cristãos (1895), entre outras mais que poderíamos recordar todas do meio protestante (GOYRET; BLANCO, 2018, p. 99). Sua marca era a presença heterogênea de indivíduos das mais diversas orientações cristãs.

Com efeito, o cristianismo traz em seu âmago um impulso de expansão e adaptação perceptíveis no encontro com as diferentes culturas (PINHEIRO, 2017, p.

catolicismo a ponto de defender que bastaria uma reforma da instituição e não a formação de novas confissões religiosas (DIAS, 2000, p. 3).

⁵⁶ Em 1804, por exemplo, foi criada na Inglaterra a Sociedade Bíblica Britânica de caráter interdenominacional, a qual, sem apoio católico, tentava reunir os esforços missionários.

⁵⁷ Fundada por George Williams em 1844, a qual será o terreno fértil da Cruz Vermelha Internacional, fundada por Henry Dunant e também atmosfera de conscientização a respeito da necessária unidade na diversidade.

16; NAVARRO, 1995, p. 55). Nesse período, com o progresso das navegações, havia grande interesse pelas “igrejas jovens”, da Ásia e da África. As experiências missionárias eram convite para refazer caminhos fracassados nas brigas da velha cristandade europeia. A laicidade, as intercomunicações culturais e mercantis cada vez maiores, o complexo das relações sociais dos grandes centros e o anonimato individualista dos conglomerados urbanos, tão distante da vida coletiva, orgânica e familiar do período feudal, exigia nova relação entre as igrejas e o mundo.

O mal do contratestemunho, a consciência do pecado comum, a tendência setorial e o espírito competitivo existente nos campos de promoção cristã entre as várias igrejas, demandavam atitudes inovadoras. William Carey (1761-1834), cofundador da Sociedade Missionária Batista de Londres (1792) e pai das missões protestantes modernas, frente a essas urgências, propôs para o início do século XIX a reunião de todos os cristãos no cabo da Boa Esperança a fim de resolver tamanhos problemas de modo conjunto. Tal atividade unionista seria repetida a cada dez anos.

Contudo, a ideia do missionário da Índia, como era chamado, foi desconsiderada por Andrew Fuller (1754-1815), secretário da Sociedade Missionária Batista entre os ingleses. (DIAS, 1998, p. 134; SANTA ANA, 1987, p. 222). Longo tempo passou-se até 1905 para a criação da Aliança Batista Mundial, de caráter ecumênico e forte abertura missionária (STEFANINI; BROTTTO, 2021).

No entanto, um século depois haveria a concretização do que almejava William Carey com a Conferência Missionária Mundial de Edimburgo, Escócia (1910), berço do processo ecumênico de nossos dias. Os movimentos missionários, por sua vez, desembocaram na formação do Conselho Mundial de Igrejas, em 1948. Fatos como esse robustecem a convicção de que, segundo Navarro (1995, p. 14), a obtenção da unidade é processo dinâmico e moroso, como as duas faces da mesma moeda. Nunca será tarefa de um único dia, nem se esgota na mera atuação humana à revelia dos mistérios da providência.

Causa admiração aos que desconhecem a história pregressa do ecumenismo hodierno informações como essas no tocante a personagens que tanto fizeram em prol da unidade, alguns deles muito conhecidos em outras áreas do conhecimento. Essa realidade reforça a necessidade do estudo e difusão da existência desse movimento *cársico* que atravessou a história do cristianismo. Recordemos, portanto, outros precursores.

3.2.3 Iohan Adam Möhler; John Henry Newman; Ferdnand Portal; Cardeal Mercier, Max Josef Metzger

Autores católicos outrora desprezados ganharam relevância à medida que o movimento ecumênico avançava vigoroso e a dinâmica sociocultural-religiosa exigia uma resposta criativa e profunda por parte da Igreja. Muitos deles acusados de liberais, modernistas e heterodoxos, depois foram reconhecidos como luminares de um novo mundo por antecipar reflexões importantes para todos os tempos. Eles ampliaram a inteligência da natureza e missão da Igreja (WOLFF, 2012, p. 35).

Iohan Adam Möhler (1796), da escola de Tübingen, em sua obra *Symbolik* apresenta a “Igreja como organismo vivo, cheio do Espírito e vivendo na história concreta” (BOFF, 2015, p.674). Mais de cem anos antes do Concílio, ele supera certa visão, dominante em sua época, de corte eclesiológico reducionista, institucionalista, visibilista e jurdica (Societas Perfecta). Os horizontes que ele abre a partir de suas reflexões permitem a percepção mais clara da ação de Deus para além das estruturas rígidas do romanismo. O teólogo J. M. Scheeben (1835-1888), de Colônia, seguindo a mesma linha, aborda a Igreja a partir do mistério trinitário e cristológico; igual percurso seguirá o afamado inglês John Henry Newman (1801-1890).

O enfoque pneumatológico e trinitário desses autores valoriza a dimensão mistérica da *communio* com Deus e vê o Espírito como princípio de unidade da Igreja, a qual é entendida a modo de prolongação do Verbo na História, principalmente em Möhler (GOYRET; BLANCO, 2018, p. 98). São temas que para nós podem soar familiares, mas que em outras épocas “causaram forte estranhamento” (WOLFF, 2015, p. 17) dada a influência de certo tomismo degradado da Baixa Idade Média “só mais tarde corrigido por Leão XIII na *Aeterni Patris* – 1879” (ALBERIGO, 2000, p. 368).

Chama atenção a abordagem sem sucesso de Möhler em sua época.⁵⁸ Ela antecipa reflexões sobre temas como Igreja Povo de Deus, Corpo Místico e Templo do Espírito.⁵⁹ Tais perspectivas predispõem os espíritos para uma relação aberta com o outro, a *koinonia*, solo propício para o diálogo ecumênico. “A posteridade espiritual de Möhler na teologia contemporânea é de vasto alcance.” (MAUTI, 2021, p. 299).

⁵⁸ *Ibid.*, p. 17

⁵⁹ Möhler dá ênfase aos temas da unidade e do aspecto místico da Igreja, valorizando a interioridade das estruturas visíveis da Igreja, o recurso aos Padres e às Escrituras; o que favorece o diálogo com os evangélicos (WOLFF, 2015, p. 18).

Sua influência está presente em Pio XII (Encíclica *Mystici Corporis*) e na eclesiologia de comunhão do Vaticano II, aprofundada também por Yves Congar, como veremos adiante.

Na Alemanha, em 1822, o teólogo católico Jean A. Möhler estudou teologia com o mestre protestante Neander. Möhler teve uma formação que influenciou diversas gerações de teólogos católicos. De certa forma, pode-se dizer que a obra de Möhler é um tratado de ecumenismo (IIULIANELLI, 2000, p. 11).

J. H. Newman⁶⁰ egresso do anglicanismo e feito cardeal aos 78 anos de idade em 12 de maio de 1879 pelas mãos de Leão XIII marca um lugar de destaque na história do ecumenismo. Alma do Movimento anglo-católico de Oxford⁶¹, que gerou profunda amizade entre o anglicano Lord Hallifax e o cardeal Mercier, trabalhou na valorização das origens do anglicanismo o que acentua o legado católico na história da Inglaterra, na defesa da ortodoxia e na busca pela unidade.

Ao declarar-se ligado a Roma, avançou para além das ideias da *Associação para a Promoção da Unidade dos Cristãos* (1857)⁶², segundo a qual, anglicanos, romanos e ortodoxos, seriam três ramos de um mesmo grupo *católico*, (GOYRET; BLANCO, 2018, p. 99). Sua adesão ao catolicismo levantou críticas, contudo, “A atitude de Newman caracteriza este novo espírito: a abertura ao outro, ao ponto de chegar a ocupar a posição que o outro está ocupando.” (SANTA ANA, 1987, p.228). Seus estudos sobre o desenvolvimento dos dogmas foram luzeiro na sala conciliar. (NAVARRO, 1995, p. 226; IIULIANELLI, 2000).

Posteriormente reconhecido em suas virtudes heroicas por parte da Igreja Católica, tornou-se figura emblemática de grande escritor no mundo Europeu ao lado de outros conversos, como, por exemplo, Gilbert Keith Chesterton (1874-1936). As milhares de pessoas que se puseram em fila pelas ruas de Birmingham quando de sua morte demostram um solene reconhecimento de sua pessoa e sua obra “[...] num

⁶⁰ Newman foi elevado ao cardinalato por Leão XIII (12 de maio de 1879), Beatificado por Bento XVI em 2010 e canonizado pelo papa Francisco aos 13 de outubro de 1919.

⁶¹ Corrente espiritual e teológica anglo-católica, também simpática ao ramo ortodoxo, que se fez sentir na Igreja da Inglaterra entre 1830 e 1845. Acentuava o legado da antiga Igreja Católica na Inglaterra antes da Reforma, com forte ênfase nos santos padres e reavaliação da idade média valorizando pontos como necessidade do episcopado histórico, confissão individual e vida monástica. (HORTAL, 1989, p. 173)

⁶² Grupo criticado por Pio IX e Leão XIII, para os quais a plenitude da Revelação só se encontraria na Igreja Romana.

itinerário ecumênico que deixou transparecer sua santidade seja no meio acadêmico, seja no ministério pastoral [...]” (PEREIRA, 2011, p. 69).

Outro precursor, segundo Beato (2018), foi o padre lazarista francês Ferdinand Portal (1855-1926), destacou-se na luta pela unidade entre católicos e anglicanos, inclusive promovendo ativamente em primeira linha as Conversações de Malinas (NAVARRO, 1995, p. 226) entre católicos e anglicanos, de 1921 a 1925, sob a presidência do cardeal Mercier (1851-1926). Em seus escritos supera certo exclusivismo triunfalista presente em muitos autores de sua época e não teme dialogar abertamente com pessoas das mais diversas crenças.

Ferdinand Portal, após travar contato com obras de Möhler e Newman, por nós já conhecidos, e os esforços ecumênicos do anglicano Charles Lindley Wood - Lorde Halifax (1839-1934), membro do Movimento de Oxford e presidente da associação *English Church Unión*, cujo objetivo era facilitar o diálogo anglo-romano, firmou-se no apostolado pela unidade antes mesmo do próprio movimento ecumênico de Edimburgo em 1910. Junto ao Lord Halifax aprofundou o tema da validade das ordenações anglicanas. Após a morte de Pio IX (1878), o qual manifestara ódio desmedido ao mundo Moderno em documentos (*Syllabus* e *Quanta Cura*), “ambos seguiram convictos na tentativa de reintegração da unidade católico-anglicana” (SWIDLER, 1988, p. 68; NAVARRO, 1995, p. 216).

No entanto, seus esforços foram frustrados por Leão XIII na Bula *Apostolicae Curae* (1896) que declarava inválidas todas as sagrações episcopais efetivadas com o “Ordinário Eduardino”.⁶³ Esse rito foi produzido, segundo Regina (1960), por Thomas Cranmer (1489-1556), arcebispo de Cantuária, e usado pelos anglicanos desde 1550 na ordenação de diáconos, sacerdotes e bispos.

Segundo Hortal (1989, p. 181), o resultado imediato da decisão de Leão XIII foi a interrupção do diálogo entre católicos e anglicanos, além de algumas conversões individuais de anglicanos ao catolicismo romano, “mas sem que se possa falar de um movimento massivo”. Até hoje a questão da validade das ordenações segue em suspenso. Aos 4 de novembro de 2009 o Papa Bento XVI publicou a Constituição

⁶³ Eduardo VI (1547-1553) subiu ao trono com dez anos de idade. Assuntos de governo e religião foram levados a cabo por Cranmer, seu tutor e Primaz da Inglaterra, cujas ideias eram luteranas, as quais se podem ver presentes no “Prayer Book” e nos 39 artigos de Religião que se devem substancialmente a Cranmer.

Apostólica *Anglicanorum coetibus* (AC) que favorece a integração dos anglicanos à plena comunhão⁶⁴.

Ferdinand Portal foi o criador das revistas “*Anglo-Romaine*”, com publicações de ambas as Igrejas e claro objetivo de favorecer o debate teológico, e “*Catholique des Églises*”, para divulgação de produções intelectuais dos membros de um círculo de estudos ecumênico que fundara em Paris. Desse círculo fazia parte católicos, membros de outras confissões religiosas e, inclusive, não crentes.⁶⁵ Pe. Portal, enquanto membro do clero romano, estava, de fato, para além de sua época. Seu pensamento influenciará autores como Jean Guitton e Marcel Légaut, entre outros.

Por essas atitudes, levantou suspeitas em Roma; chegou a ser acusado de modernista em 1908, e proibido de falar em público por Pio X. Entretanto, ainda assim perseverou, dentro das possibilidades, na promoção da unidade entre os cristãos dando, principalmente agora, grande importância ao tema da espiritualidade ecumênica. Anos depois, nas conferências de Malinas, Bélgica - sob a proteção do cardeal Mercier - o Lord Halifax e o Padre Portal buscaram novamente a unidade entre Roma e a Sé de Canterbury. Tais diligências, produtivas durante os pontificados de Bento XV e Pio XI, segundo Swidler (1988), cessaram em 1926 com a morte de Desiré Joseph Mercier, o Cardeal Mercier. O citado cardeal ecumenista, que fora bispo de Malines, sede primaz da Bélgica, durante o pontificado de Pio X, de quem recebera em 1807 também o barrete cardinalício, marcou a história do ecumenismo católico por abrir as portas de sua diocese para os encontros ecumênicos acima citados. Também ele dava à oração a centralidade que lhe é devida nesse processo.

Um exemplo significativo por parte do Cardeal: Criar pontes ao invés de levantar barreiras com discursos inflamados e carregados de ódio. Sua atitude bondosa e dialogal visava não ao proselitismo, mas a uma aproximação gradual entre a igreja anglicana e a sé romana. Ele manifestava a consciência, segundo Beato (2018, p. 56), de que a união entre as duas igrejas se daria não somente por obra de mãos humanas, mas sim pela ação do próprio Espírito Santo através de instrumentos dóceis à ação da graça.

⁶⁴ Percebe-se no catolicismo um esforço cada vez maior para reconhecer as riquezas presentes para além dos limites visíveis da Igreja Romana: “§ 4. Um Bispo ex-anglicano que pertence ao Ordinariato e que não foi ordenado bispo na Igreja Católica, pode pedir à Santa Sé a autorização para usar as insígnias episcopais.” (CDF, 4 de novembro de 2009)

⁶⁵ Vários esforços ecumênicos brotam por iniciativa de católicos, como o Centro Istina (Paris), o movimento Una Sancta (Alemanha) e o Centro Pro Unione (Roma). (WOLFF, 2015, p. 19).

Pe. Portal, firmado na importância dos meios sobrenaturais concomitantes a todo e qualquer necessário esforço humano, sonhou até o último suspiro com a unidade plena entre os cristãos. Tal convicção a respeito do valor da oração na caminhada em busca da unidade (UUS 21) estava impregnada nas almas desses homens de escol.

O padre Fernand Portal foi incansável no trabalho pela união. Apesar de passar por muitas dificuldades, nunca desistiu de lutar pela unidade, mas sempre num espírito de obediência e amor à Igreja católica. Para ele, a união das Igrejas só seria possível se os cristãos estivessem abertos aos meios sobrenaturais, isto é, a uma vida de oração, numa atitude de caridade e de humildade para com os outros cristãos (BEATO, 2018, p. 53).

Esforços ecumênicos também foram envidados na Alemanha com a criação do movimento *Una Sancta* (1938), liderado por Max Josef Metzger (1887-1944), sacerdote católico assassinado pelos nazistas, parte, portanto, do *Martirologio* comum das Igrejas (UUS 84). Famoso ativista e promotor da paz, Metzger unia católicos e protestantes em suas iniciativas. O *Una Sancta* será impulsionado por Paul Cauturier (1881-1953),⁶⁶ um dos facilitadores da avaliação do ecumenismo na Santa Sé através do cardeal alemão Bea, SJ (SWIDLER, 1988).

3.2.4 Paul Wattson e Paul Couturier: O ecumenismo espiritual

Ainda que o padre Ferdinand Portal e o Cardeal Mercier tenham se empenhado rumo a um ecumenismo espiritual⁶⁷, coube ao Padre Paul Couturier (1881-1953), na esteira do padre Paul Wattson (1863-1940), iniciador do Oitavário de orações pela unidade dos cristãos, marcar a história dos apóstolos da unidade como referência na dimensão da espiritualidade (WOLFF, 2015). Tal fato ocorreu desde um importante retiro espiritual que fizera no mosteiro de Amy-sur-Meuse. Nessa oportunidade, entre outras graças, pode travar contato com o testamento espiritual do cardeal Mercier e os trabalhos de D. Lambert Beauduin (1873-1960), fundador de Chevetogne⁶⁸.

⁶⁶ Sacerdote de Lyon inovador da semana de oração pela unidade dos cristãos a partir de sua proposta de ecumenismo espiritual que objetiva unir a todos os cristãos nas vias da oração.

⁶⁷ “[...] as súplicas particulares e públicas pela unidade dos cristãos, devem ser tidas como a alma de todo o movimento ecumênico, e com razão podem ser chamadas ecumenismo espiritual.” (UR 7).

⁶⁸ De acordo com Navarro (1995, p. 221) é um mosteiro beneditino belga fundado na primeira metade do século XX por Dom Lambert, pioneiro na aproximação espiritual com o oriente, no qual surgiu a famosa revista “Irenikón”. Seus membros, chamados “monges da união” testemunham ao mundo a catolicidade ecumênica da Igreja.

Pe. Couturier é considerado, de acordo com Beato (2015), um dos profetas da unidade e pioneiro do “ecumenismo espiritual”⁶⁹ tornando-se figura decisiva desta dimensão do ecumenismo no rastro de papas como, por exemplo, Leão XIII. Em sua encíclica *Provida Matris* (15 de maio de 1895)⁷⁰, marcada pela mentalidade de seu tempo, Leão XIII ordenara que fosse rezada em todo o mundo uma novena a fim de apressar a obra da reconciliação entre os cristãos. (BEA, 1964, p. 51; HORTAL, 1989, p. 182). Nesse sentido, escrevera Francisco (21 de junho de 2018) “A oração é o oxigênio do ecumenismo. Sem oração, a comunhão asfixia e não avança, porque impedimos que o vento do Espírito a empurre para diante.” A centralidade da oração, como indicada por Pe. Wattson e Pe. Couturier fora também recordada pelo papa polonês, João Paulo II:

No caminho ecumênico para a unidade, a primazia pertence, sem dúvida, à oração comum, à união orante daqueles que se congregam à volta do próprio Cristo. Se os cristãos, apesar de suas divisões, souberem unir-se cada vez mais em oração comum ao redor de Cristo, crescerá a sua consciência de como é reduzido o que os divide em comparação com aquilo que os une. Se se encontrarem sempre mais assiduamente diante de Cristo na oração, os cristãos poderão ganhar nova coragem para enfrentar toda a dolorosa realidade humana das divisões (UUS 22).

O Oitavário de oração pela unidade dos cristãos foi iniciado em 1908 pelo ex-anglicano norte-americano, Padre Wattson, juntamente a outro episcopalino, Padre Spencer Jones. Ambos eram precedidos e animados por pequenas iniciativas que, ao longo do tempo, surgiram tanto entre católicos como entre protestantes.

Segundo Beato (2015, p.31) temos a figura de S. Vicente Pallotti (1795-1850), de S. Luis Orione (1872-1940), ambos de Roma, e também o bispo D. Ketteler, (1811-1877), de Mogúncia, que tiveram um papel importante na promoção da oração pela unidade dos seguidores de Jesus. Do lado protestante um “Dia Mundial de Oração” levado a cabo por presbiterianos, metodistas, batistas e anglicanos nos Estados Unidos da América, já era conhecido em diversas nações.

A ideia desses dias de orações (18 a 25 de janeiro) foi acolhida favoravelmente pelo Arcebispo de New York e pelo Núncio Apostólico. O próprio São Pio X deu sua bênção à iniciativa do Oitavário promovido pelo Pe. Wattson. Anos depois, ela foi

⁶⁹ O Documento de Aparecida (DAp), influenciado pelo Pe. Couturier, por meio do Vaticano II, afirma em uníssono que uma das bases importantes do movimento pela unidade é a oração e a conversão (DAp 230); o ecumenismo, que nasce da oração de Jesus, só se mantém por meio da oração e da mudança de vida (DA 228 e 234).

⁷⁰ Em 9 de maio de 1897, Leão XIII reforçará na Carta Encíclica *Divinum illud múnus* o valor da oração em vista do amadurecimento do bem da unidade entre os cristãos.

ampliada a toda a Igreja, em plena guerra mundial, pelo Papa Bento XV com o breve *Romanorum Pontificum* (25 de fevereiro de 1916).⁷¹ A partir de 1948, com o surgimento do Conselho mundial de Igrejas, a ideia tem sido acolhida por diferentes grupos religiosos ao redor do mundo, uma vez que, desde Couturier ocorrera sensível mudança no projeto de padre Wattson: Suplica-se, desde então, pela unidade dos cristãos, fundada na confiança de que tudo se faça na forma que Deus o desejar, de acordo com Seus meios, para além das limitadas concepções humanas (PCPUC, 2020, p. 44).

O Pe. Couturier é lembrado pelo significativo impulso que deu ao Oitavário de Oração pela Unidade (1936), não só mudando seu nome como também sua intencionalidade (A unidade “como Cristo quer e pelos meios que ele deseja”)⁷². Com efeito, o modo como Wattson havia organizado o objetivo do Oitavário se ressentia daquela eclesiologia que dificultava a adesão de grupos cristãos separados de Roma. Estava fundado na ideia de *redditus* à única Igreja verdadeira fundada por Cristo. Repensar essa proposta à luz de uma eclesiologia de comunhão, dialogal e aberta ao diferente favoreceu o interesse de inúmeras confissões cristãs espalhadas pelo mundo.

Ele entendia que o modo como se estava a rezar o Oitavário era ‘pouco ecumênico’, porque a intencionalidade da oração pela unidade denunciava uma má compreensão do que deveriam ser o sentido desta oração e a atitude dos católicos para com os outros cristãos, ou seja, havia uma visão pouco correta para a problemática da divisão. É a partir de então que o padre Paul Couturier propõe a mudança do nome do Oitavário. Em vez de se chamar Oitavário pela Unidade da Igreja, passa a designar-se Semana Universal de Oração pela Unidade dos Cristãos (BEATO, 2015, p. 32).

Graças ao seu pioneirismo e criatividade é possível hoje, no mundo inteiro, os católicos participarem⁷³ da celebração anual da Semana de Oração pela Unidade.

⁷¹ Recorda-nos Wolff (2015, p. 18) que também o papa Pio XII, na sua Carta *Encíclica Mystici Corporis* (1943), reiterava que, seguindo o exemplo de Jesus Cristo, ele rezou pela unidade da Igreja. Citar os papas reforça a certeza de que ao longo dos tempos sempre ecoava no peito dos pastores a recordação do desejo ardente do Cristo pela unidade.

⁷² Vê-se claramente no papa João Paulo II a influência marcante do pensamento de Pe. Couturier: “[...] tal união deverá ser precedida por uma consciência de comunhão que penetre inteiramente a Igreja e não se limite a um acordo entre cúpulas. Hoje estamos conscientes - e já foi reafirmado várias vezes - de que a unidade se realizará como e quando o Senhor quiser, e que ela exigirá o contributo da sensibilidade e criatividade do amor, talvez mesmo indo para além das formas já experimentadas historicamente.” (OL 20)

⁷³ Recorda-nos o Cardeal Walter Kasper que, graças à abertura ecumênica da Igreja, que supera as posturas exclusivistas de Pio XI, os cristãos podem rezar juntos: durante a anual Semana de Oração pela Unidade; por ocasião de encontros ecumênicos; durante certos períodos importantes do ano

Atividade promovida pelo Conselho Mundial de Igrejas e pelo Pontifício Conselho para a Promoção da Unidade dos Cristãos, é adaptada no Brasil pelo Conselho Nacional de Igrejas Cristãs do Brasil - CONIC,⁷⁴ o qual assumiu a tarefa de coordenar as ações da semana.

[...] uma das distinções da atitude ecumênica de Paul Couturier é o lugar privilegiado da oração. Para ele, a oração devia ser o motor do ecumenismo. Era fundamental impulsionar um ecumenismo espiritual, para ir ao encontro da unidade, que é nas suas palavras uma 'realidade celeste'. Para ele, as divisões entre os cristãos seriam ultrapassadas pela 'penitência e pela caridade'. (BEATO, 2015, p. 58).

O contributo do Pe. Couturier estendeu-se também à busca de contato fraterno com membros de outras confissões religiosas. Esteve em Taizé⁷⁵, na França, em contato com o irmão Roger Schutz e na Inglaterra junto ao anglicanismo. Favoreceu a reflexão teológica, por exemplo, ao organizar encontros entre teólogos católicos e protestantes em Erlenbach, na Suíça. Ali, reuniram-se em torno da oração, da pesquisa teológica e da abertura ao diálogo.

Convém ressaltar que a sensibilidade ecumênica do Pe. Couturier favoreceu amizades próximas como se pode perceber, não só para com ecumenistas católicos, Yves Congar, por exemplo, mas também com diversos pastores protestantes.

3.2.5 Cardeal Yves-Marie-Joseph Congar e a eclesiologia de comunhão

Finalmente, abordemos a importância do cardeal francês Yves-Marie-Joseph Congar (1904-1995), um dos artífices da chamada nova teologia, precursor e perito do vaticano II. Dominicano, contado entre os grandes eclesiólogos do século XX, Congar preparou, ao lado de autores como Marie-Dominique Chenu (1895-1990), Henri de Lubac (1896-1991) e Jean Daniélou (1905-1974), as bases epistemológicas

litúrgico; em memória dos mortos; em tempos de desastre ou luto comunitário; em dias significativos da vida de outras Tradições; em situações de profunda necessidade e resposta a preocupações comuns; quando uma nação, região ou comunidade agradece ou intercede diante de Deus; por ocasião de dias mundiais de oração; em dias especiais da vida pública ou social (KASPER, 2007, p. 26-44).

⁷⁴ Composto pela Aliança de Batistas do Brasil, Igreja Católica Apostólica Romana, Igreja Episcopal Anglicana do Brasil, entre outras, o CONIC nasceu no ano de 1982 em Porto Alegre (RS) como resultado de um processo de articulação entre a igreja Católica Romana e várias outras igrejas cristãs desde o ano 1975.

⁷⁵ Comunidade monástica de origem protestante, hoje estritamente ecumênica. Seu fundador, Roger Shutz, o qual manteve contato com os papas Pio XII, João XXIII, Paulo VI e João Paulo II, foi observador do Concílio Vaticano II. É hoje um dos símbolos da unidade cristã (NAVARRO, 1995, p. 228).

e hermenêuticas (LIBÂNIO, 2005, p. 789) para a emergência do moderno ecumenismo no campo católico.

Desde cedo mostrou interesse pela causa ecumênica, o que se explica, também, pelo fato viver no período da grande efervescência desse movimento moderno nascente. Nutriu, por exemplo, admiração pelos trabalhos desenvolvidos pelo movimento “Vida e Ação” e buscou intercâmbio de ideias com os pioneiros da sua época. De acordo com Beato (2015, p. 60), chegou a interessar-se por participar, ainda que como observador, na assembleia ecumênica de Oxford; porém, não recebera autorização do cardeal Pacelli, o futuro Pio XII.

Em 1937, caberá a ele escrever uma das primeiras obras acerca do ecumenismo moderno, a saber, *Chrétiens Désunis. Principes d'un «œcuménisme» catholique*, texto que servirá de alavanca para muitas propostas conciliares.

[...] graças ao seu empenho pela causa ecumênica, Yves Congar vai desempenhar, a pedido do Papa João XXIII, um papel muito importante no Secretariado para a Promoção da Unidade dos Cristãos, como secretário, e no II Concílio do Vaticano. Yves Congar é «um dos seus artífices teóricos», não só pela contribuição das suas reflexões teológicas, mas também pela própria redação de partes de documentos conciliares, como por exemplo o Decreto sobre o Ecumenismo *Unitatis Redintegratio* (BEATO, 2018, p. 59).

Sua compreensão sobre a natureza da unidade da Igreja expondo a eclesiologia como *de trinitate, in Christo, ex hominibus*⁷⁶ é abordada em interessante artigo pelo Pe. Dr. Antônio Luiz Catelan Ferreira (2017, p. 577-597).

Em sua pesquisa o autor por nós citado analisa as três obras principais do cardeal dominicano no período que vai de 1937 a 1952, a saber, *Chrétiens desunis. Principes d'un œcuménisme catholique, que trata sobre a unidade da Igreja; Vrai et fausse réforme dans l'Église*, que estuda o tema da santidade da Igreja, e *Dualité et unité*, texto de duas conferências onde o autor aborda o tema da dualidade dos elementos constitutivos da natureza da Igreja a partir de sua unidade.

A proposta de Y. Congar, anterior ao concílio, de uma eclesiologia de comunhão,⁷⁷ centrada principalmente em seu livro *Chrétiens desunis*, é apresentada por estudiosos como marco na reflexão católica sobre a busca da unidade (FERREIRA, 2017, p. 580). Influenciada por ideias como essa, a reflexão eclesiológica

⁷⁶ Isto é, a *Ecclesia de Trinitate* e a *Ecclesia ex hominibus* reunidas *in Christo*. Dito de outro modo, numa tradução mais direta: A eclesiologia da Trindade, em Cristo e a partir dos homens.

⁷⁷ *Communio*, entendida como junção ao todo, manter contato vivo com todo o corpo da Igreja em comunhão de amor em Deus pelo Espírito de Cristo.

passa a ser feita a partir do viés trinitário (LG 4). Trata-se de um aporte extraordinário, pois havia se tornado lugar comum apresentar a Igreja partindo de um conceito excludente e abstrato de unidade, fruto de interpretações míopes de textos bíblicos (por exemplo, Efésios 4, 4-6); ou seja, numa perspectiva, se não antitrinitária, no mínimo, a-trinitária.

[...] é preciso reconstruir a eclesiologia, dando espaço para a alteridade presente na constituição da mesma igreja. Tal como na Trindade, a Igreja é chamada a viver a unidade na diversidade. Essa é a base para que se possa compreender o valor do diálogo com o outro, no caso as diferentes tradições eclesiais e religiosas (WOLFF, 2004, p. 22).

Doravante, sob as luzes da eclesiologia de comunhão, o diálogo ecumênico abandonará qualquer vestígio de índole proselitista, não almejará mais a “conversão” dos cristãos a uma das Igrejas, “mas a conversão de todas elas à unidade da Igreja de Jesus Cristo, numa pluralidade reconciliada.” (GOPPEGUI, 2005, p. 25).

Nessa atmosfera, à luz do que assevera o Diretório Ecumênico (n.12), os cristãos, unidos pelo tríplice laço da fé, vida sacramental e ministério hierárquico, realizam a *Koinonia*.

Às vezes, porém, a ideia de ‘comunhão das Igrejas particulares’ é apresentada de tal forma que a concepção da unidade da Igreja no nível visível e institucional fica enfraquecida. Chega-se a afirmar que cada Igreja particular é um sujeito completo em si mesmo, e que a Igreja universal resulta do *reconhecimento recíproco* das igrejas particulares. Este unilateralismo eclesiológico, que reduz não só o conceito de Igreja universal, mas também o de Igreja particular, manifesta uma compreensão insuficiente do conceito de comunhão (CDF, 1992, n. 8).

De acordo com Ferreira (2017, p. 581) a *Ecclesia de Trinitate* estudada por Congar é constituída de certa sublimidade, naquilo que ela tem de divina, enquanto partícipe da unidade eterna comunicada às criaturas e capaz de gerar uma *communio sanctorum*, ainda que não plena (*status viae*). Da união das pessoas humanas com as pessoas divinas decorre a unicidade da Igreja, única como Deus é único em sua comunidade sempiterna. “Também nós clara e energicamente reafirmamos a unidade interior de todos os batizados.” (KLOPPENBURG, 1962, p. 249). Assim, a Igreja não está marcada pelo “uno e bom” divino do platonismo que ultrapassa todas as diferenciações, mas pela unidade na diversidade, pelas relações trinitárias (KEHL, 1997, p. 61).

Pari passu, segundo o pensamento de Congar, é porque toda comunicação da vida trinitária se dá no Verbo encarnado, através do Espírito, o qual estabelece a condição de participação humana nos bens sobrenaturais,⁷⁸ que a *communio* gerada é *Ecclesia in Christo*. Portanto, a Igreja entende-se como corpo místico (visível nas estruturas da vida comunitária) e comunhão de batizados no mistério teândrico da segunda pessoa da Trindade. Uma vez que não se pode olvidar que o *mystici corporis Christi*⁷⁹ é também *ecclesia ex hominibus*, comunidade de todos os fiéis-peregrinos⁸⁰ e imperfeitos (por não gozarem ainda seu *status gloriae*), a Igreja, no que tange aos fiéis, paga tributo a Adão na busca por realizar perfeitamente sua vocação. Nesse sentido, convém explicitar que:

Duas características dela se destacam a partir disso: Ela tem a unidade de povo; e é essencialmente apostólica e hierárquica [...]. *Ex hominibus*, ela é uma comunidade de vida, cujas condições são homogêneas à natureza humana, seu modo é humano. Mas, comunidade de vida divina, *de Trinitate, in Christo*, sua substância é divina [...]. Conforme essa dualidade inicial, ele expõe uma série de dualidade: como unidade divina, é simples, como unidade societária, é complexa [...] (FERREIRA, 2017, p. 583).

As reflexões levantadas por Congar fazem-nos entender as complexas relações da Igreja com o mundo nos atropelos da história em busca da unidade. Ao mesmo tempo em que ela se mantém imutável em seu aspecto divino (essencial), sofre as consequências dos descaminhos, erros e acertos, de seus filhos na história. Os fiéis, cumprindo a missão de ser “*sal da terra e luz do mundo*” (Mateus 5, 13-14) nem sempre conservam a “*unidade visível e social*” (LG 9) em todos os seus aspectos.⁸¹

Entretanto, a comunhão invisível entre os cristãos, mantém um vínculo profundo, pois enquanto *koinnonia* existe nela um viço gerado pelos elementos constitutivos da própria Igreja, que, além de impelir para a unidade (LG 8 e 15), como

⁷⁸ Principalmente através dos sacramentos do Batismo e da Eucaristia.

⁷⁹ Percebamos aqui nesse momento que se trata do nome dado pelo papa Pio XII à sua quarta encíclica, de 29 de junho de 1943.

⁸⁰ O que corrige a acentuação unilateral que por muito tempo se fez do papel da hierarquia na Igreja. Tema esse muito explorado na sala conciliar.

⁸¹ Tal unidade será reconhecida pela Constituição Dogmática *Lumen Gentium* como sendo de central importância para a realização plena do mistério teândrico: “[...] a sociedade organizada hierarquicamente, e o Corpo místico de Cristo, o agrupamento visível e a comunidade espiritual, a Igreja terrestre e a Igreja ornada com os dons celestes não se devem considerar como duas entidades, mas como uma única realidade complexa, formada pelo duplo elemento humano e divino. Apresenta por esta razão uma grande analogia com o mistério do Verbo encarnado.” (LG 8).

eco da oração fervorosa do Cristo (João 17, 21), “nenhuma separação pode destruir de modo absoluto” (BEATO, 2018, p. 60).

Essa nova eclesiologia congariana (COUTO, 2004) despertou a Igreja, desde o último concílio, para o valor da multiplicidade cristã e sua precariedade enquanto estrutura histórico-temporal. Ela vive a “tensão escatológica da presença do ressuscitado e da fragilidade de sua situação imperfeita” (LIBÂNIO, 2005, p. 793). “Vê-se, com isso, que a questão ecumênica é uma questão eminentemente eclesiológica. A reflexão avança à medida que se renova a eclesiologia, considerando a Igreja no seu devir histórico.” (WOLFF, 2015, p. 23).

Este chamado à Reforma contínua da Igreja - *Ecclesia semper reformanda* - colocou Yves Congar em atitude de diálogo com os “outros” cristãos não católicos. Assim a eclesiologia congariana está permanentemente numa Reforma da Igreja na Tradição (COUTO, 2004, p. 174).

Doravante, a busca pela unidade deve atentar-se à liberdade do Espírito manifesto na beleza de uma diversidade harmônica e orgânica que se intercomunica (WOLFF, 2012). Muitas vezes, o diferente é apenas a revelação mistérica *ad extra* da pluralidade trinitária *ad intra* difusiva de si.⁸² A pneumatologia, a cristologia e a eclesiologia (também ela *dogmático-missiológico-pastoral*) passam a ser consideradas, como que, à luz da *Perikhóresis* - Pericorese - trinitária (PIKASA; SILANES, 1998; DAp. 228), o que permite uma abordagem teológica dinâmica e de pretensão totalizante, como deve ser (SCHILSON; KASPER, 1990).

Observamos, desse modo, como iniciativas ecumênicas vão galgando espaço na Igreja através de teólogos e ativistas de escol. A atmosfera que abraça essas diligências em novo enfoque eclesiológico (a saber, a Koinnonia e a sua aplicação analógica enquanto *Communio* em perspectiva ecumênico-ecclesial)⁸³, gerará na época conciliar essa nova era teológica, agora amadurecida, que possibilitará abertura cada vez maior rumo a plena unidade entre todos os cristãos.

Tal abordagem permite aos teólogos analisar a realidade complexa da unidade, em cujas nervuras transparece o valor da diversidade, enquanto dimensão da catolicidade, de modo profundo, amplo. O *Dicastério para a promoção da Unidade dos*

⁸² “[...] o pluralismo cultural, eclesial e religioso não é necessariamente um problema para a vivência da fé, e nem sempre é manifestação de divisão do povo de Deus. Ele tem elementos de positividade quando se apresenta como modos diferenciados, mas sinceros e legítimos, de compreensão e de abertura a Deus.” (WOLFF, 2012, p. 15)

⁸³ CDF, 28 de maio de 1992.

Cristãos em seu Diretório para aplicação dos princípios e normas sobre o ecumenismo (n.16) reconhece o quanto a riqueza da diversidade pode gerar tensões na comunhão; entretanto, apesar das tensões o Espírito continua sua ação e convoca os cristãos em sua variedade à unidade profunda.

3.2.6 Incipientes vozes ecumênicas no Brasil

Sem o aporte de sonhadores como os citados, Willian Carey, Batista; do leigo metodista John Mott (1865-1955), adepto da ACM, fundador da Federação Mundial de Estudantes Cristãos⁸⁴ e nome central de Edimburgo, em 1910; do arcebispo luterano Nathan Soderblom; de Charles H. Brend, fundador do Movimento ecumênico Fé e Política e de outros como Lord Halifax, Cardeal Mercier, Paul Couturier e Yves Congar, ao lado de tantos outros por nós citados, seria impossível ao movimento ecumênico ter chegado aos patamares que galgou no Concílio Vaticano II predispondo-se a maiores avanços.

O fato é que o século XX parece elevado a outro patamar no tocante à sensibilidade ecumênica. Não por acaso os padres conciliares verão aí uma ação direta da graça do Espírito que sopra onde quer (João 3, 8); inclusive, no Brasil. Mesmo aqui onde existia um quadro de anti-protestantíssimo correspondido com igual anti-catolicismo, “[...] já havia vozes que se levantavam na busca de uma relação respeitosa e de mútuo reconhecimento.” (BEOZZO, 2001, p. 46)⁸⁵. Obviamente, vozes mais solitárias que as de além-mar, porém paradigmáticas e que não devem ser olvidadas.

Entre os leigos católicos, a figura do ex-pastor Eurípedes Cardoso de Menezes (1909-2008), desde 1935 egresso do presbiterianismo, apresenta-se como voz favorável a caminhos de respeito e aproximação entre católicos e protestantes.⁸⁶ O espírito de tolerância manifestado em seu livro “Aos Irmãos Separados” (1948), composto por uma série de palestras radiofônicas ali transcritas, mereceram, por parte

⁸⁴ A Federação Mundial de Estudantes Cristãos, por exemplo, influenciará em Constantinopla, como apoio ortodoxo, um maior interesse pelo diálogo religioso oriente-ocidente.

⁸⁵ Beozzo (2001) recorda-nos o Rio Grande do Sul onde havia cristãos de etnia alemã, tanto luteranos quanto católicos, que mantinha uma tradição de tolerância e colaboração social.

⁸⁶ Secretário Nacional da Defesa da Fé, Presidente da Ação Católica e da Confederação Católica no Rio de Janeiro, Professor da PUC do Rio, deputado Federal e muito conhecido por seus programas radiofônicos, onde as questões religiosas e, particularmente, as relações entre protestantes e católicos ocupavam significativo lugar (BEOZZO, 2001, p. 46).

de J. B. Montini, então substituto da Secretaria de estado de Pio XII, uma carta elogiosa. Em 1957, Eurípedes C. de Menezes adiantava-se à proposta conciliar de João XXIII e Paulo VI (UR 9) propondo encontros amistosos de teólogos de ambos os lados, como na Europa se dava, rumo à busca de novas atitudes para um intercâmbio de ideias e experiências religiosas.

Entre os bispos, Beozzo (2001, p. 47) apresenta Dom Eugênio Sales, o qual, administrador da Diocese de Natal, convidara um pastor evangélico para uma celebração em comum durante a Semana da Unidade dos Cristãos (1959), e recebera imediata reprimenda da Nunciatura recordando-lhe que o Código de Direito Canônico (1917) proibía a *communicatio in sacris acatholicorum*.

Tais atitudes falam mais que mil palavras e testemunham o novo espírito que pairava sobre a humanidade, penetrava os corações e incitava ações proféticas que antecipavam realidades vindouras. Mais à frente em nossa pesquisa citaremos outros sinais do ecumenismo no Brasil e em toda a América latina após o Concílio. É o testemunho de um processo que uma vez iniciado avança rumo a conquistas cada vez maiores.

Não olvidemos, contudo, que raízes anteriores de um esforço ecumênico podem ser encontradas, em campo protestante, 1) no esforço de cooperação interdenominacional liderado por Erasmo Braga⁸⁷ (1877-1932), desde a década de 20 do século passado; 2) no empenho no campo social de toda a corrente do evangelho da caridade e da justiça na igreja metodista, desde o final da II guerra mundial; 3) nos incipientes contatos entre católicos e evangélicos, nascidos da cooperação entre JUC e Juventude Evangélica no início dos anos 60, dentro do movimento estudantil; mas também, 4) na Conferência do nordeste, promovida em 1963, pela confederação evangélica do Brasil; e, por fim, 5) no surgimento da ISAL (Igreja e Sociedade na América latina) e de uma teologia da libertação (TL) integrada tanto por evangélicos como por católicos (BEOZZO, 2001, p. 394).

Uma vez que todo esse processo desagua na sala conciliar, voltaremos nossa atenção ao último concílio. Antes de adentrarmos no texto do decreto UR é necessário entendermos a origem do Vaticano II e suas principais motivações. Isso permitirá uma compreensão profunda do tema da nossa dissertação.

⁸⁷ Líder protestante, presbiteriano, que lutou pela consolidação do protestantismo em terra nacional.

3.3 O CONCÍLIO VATICANO II, TERRENO FÉRTIL PARA O ECUMENISMO

Após o estudo realizado nesse capítulo, cabe-nos vislumbrar o Concílio Vaticano II (1962-1965) como uma resposta aos conflitos que se desenvolveram ao longo dos séculos (COMBLIN, 1990, p. 49). Os fatos apresentados anteriormente nos ajudarão a compreender o emaranhado de acontecimentos que estavam perante a Igreja convidando-a ao diálogo e à espera de uma resposta eficaz. Ao tratarmos sobre o ecumenismo, ou mais especificamente sobre o decreto UR, nossa atenção se fixa no Concílio Vaticano II (WOLFF, 2012, p. 41), *locus* da conexão *Igreja - Modernidade* e, segundo João Paulo II (2000, n. 57), bússola segura para orientar os batizados nos rumos do futuro.

Amantes ou opositores do Concílio jamais poderão negar o impacto causado por ele ao reconhecer a importância de traços da modernidade, tais como seu caráter plural e dialógico, terreno para a emergência do ecumenismo; a subjetividade livre e autoconsciente; o desenvolvimento tecnocientífico e a autonomia das realidades terrenas nas dobras do secularismo e da laicidade. “O Concílio Vaticano II situa a Igreja nesse contexto Plural. Não mais no sentido de confronto e polêmica, mas no horizonte do encontro, do diálogo, da cooperação, da comunhão.” (WOLFF, 2012, p. 7).

Já recordamos a impactante oposição de Pio XI ao movimento ecumênico em meio às complexas tensões do mundo moderno. Entretanto, apesar de toda aspereza papal, a encíclica *Mortalium Animus* (1928), por ser a primeira a tratar sobre o tema do ecumenismo, acaba por testemunhar o choque que causava poucas décadas antes do concílio os esforços de homens dedicados à expansão do movimento nascente (GOYRET; BLANCO, 2018, p.105). Pio XI via como absurda a participação da Igreja em tais grupos, segundo ele, “Pancristãos”, os quais estariam cegos à necessária dimensão visível da única e necessária Igreja fundada por Cristo (MA 5). Por séculos Roma carregou esse “complexo triunfalístico” que impregnava os sucessores de Pedro (WOLFF, 2011, p. 405).

Tal postura oposta dos papas pré-conciliares ao movimento ecumênico moderno não causa tanta estranheza, em certo aspecto, se levarmos em conta dados históricos como a crise gerada no interior da Igreja pela avalanche de novidades surgidas nesse período e a tendência dogmático-fixista própria das grandes religiões. É preciso julgar cada época - parafraseando José Ortega y Gasset (1883-1955) - sem

desconsiderar a circunstância, a temporalidade e a mentalidade reinante; enfim, a força que exerce sobre os indivíduos o contexto em que se encontram submergidos.

Enquanto o catolicismo via-se ameaçado em sua configuração histórica construída ao longo de séculos, como estratégia de sobrevivência, após a queda do império Romano, as ondas de invasões bárbaras, a gênese dos estados nacionais, a luta contra as interferências do poder secular e o prurido de novidades dinâmicas da modernidade, não se podia esperar em pouco tempo a transformação de uma estrutura sedimentada por mais de mil anos. Todavia, jamais faltou no catolicismo a crítica devida ao apego excessivo a estruturas mutáveis. Desse modo, a mão invisível da providência interpelava a Igreja para que desenvolvesse dentro de si “um *ethos* democrático de respeito às liberdades, às consciências e às criatividade sem recorrer a condenações” (LIBÂNIO, 2005, p. 803).

A Igreja necessita de reformar-se continuamente para vencer uma dupla tentação permanente: o farisaísmo, entendido como absolutização dos meios em detrimento dos fins ou a forma sobrepondo-se ao espírito, e de tornar-se sinagoga, fazendo-se prisioneira de formas e fórmulas do passado que perderam com o tempo o sentido e a finalidade original (COUTO, 2004, p. 173).

Nesse complexo de forças em conflito, tensões dinâmicas, intuições, avanços⁸⁸ e retrocessos surge o Concílio ecumênico Vaticano II. Anunciado por João XXIII (1958-1963) aos 25 de janeiro de 1959, festa da conversão de São Paulo, 90 dias após o início de seu pontificado, na conclusão do 51^a *Oitavário de oração pela unidade dos cristãos*⁸⁹, ele é, de fato, um divisor de águas na história do cristianismo, agora “*fora dos muros*” (SUESS, 2007, p. 120-121; KLOPPENBURG, 1962, p. 11-12). “[...] no dia 26 -1-59, L’Osservatore Romano comunicou, laconicamente, a decisão do papa de convocar um Concílio ecumênico.” (KLOPPENBURG, 1962, p. 20).

O anúncio de João XXIII despertou o ânimo de muitos. “Em fins de março vêm a Roma o representante de Constantinopla Iakovos de Malta em nome do Patriarca

⁸⁸ Recordamos Wolff (2012, p. 25) que durante esse período havia acontecido a III Conferência Mundial de Fé e Ordem, em Lund (1952), a III Assembleia Geral do Conselho Mundial de Igrejas, em Nova Déli (1961), a IV Conferência Mundial Fé e Ordem, em Montreal (1963), além das reuniões do Comitê Central do Conselho Mundial das Igrejas, em Paris e Rochester.

⁸⁹ É interessante observar como a decisão de João XXIII aparece em continuidade imediata com iniciativas ecumênicas elaboradas ao longo dos anos por precursores proféticos, a respeito dos quais falaremos mais tarde. É na esteira do ecumenismo espiritual que o primeiro passo do papa se dá, pois, segundo Wolff (2015, p. 18) é na atmosfera da espiritualidade que vai se construindo uma mística do diálogo que se expressa pelo intercâmbio espiritual entre católicos, evangélicos, anglicanos e ortodoxos, amenizando tensões e conflitos doutrinários.

Atenágoras. Os anglicanos enviaram ao Papa um representante portando carta do Arcebispo de Cantuária.” (PASSOS, 2016, p. 1028). O Conselho protestante de Genebra mostrou-se particularmente animado. Em 1959, com o anúncio do Concílio, o comitê central do CMI declarou que os dirigentes do movimento ecumênico não poderiam ficar indiferentes em face do evento conciliar “[...] que necessariamente terá repercussão sobre as relações das Igrejas entre si” (The Ecumenical Review, 1959-60, p. 68 in KLOPPENBURG, 1962, p. 242).

A Igreja, perante um mundo contemporâneo em crise (SANTOS, 2015, p. 8), caracterizado por divisões políticas e religiosas, guerras sangrentas, armas catastróficas e grande progresso material, a que não correspondia igual avanço no campo da moral, firmou a sua confiança no salvador: “Renova em nossa época os prodígios, como em novo Pentecostes”, suplicara o Papa Roncalli na constituição apostólica *Humanae Salutis* (HS), que convocava oficialmente o Concílio, aos 25 de dezembro de 1961 (HS 23).

Exaltado por suas conquistas no âmbito da técnica e da ciência (JONAS, 2006), marcado por ideologias materialistas, ateísmo, agnosticismo e revoluções, o último século despertou na Igreja forte senso de responsabilidade “como nas épocas mais trágicas de sua história” (HS 3). Quando muitos só viam trevas, João XXIII conclamou a Igreja para contribuir na solução dos problemas. “[...] devemos discordar desses profetas da desventura, que anunciam acontecimentos sempre infaustos, como se estivesse iminente o fim do mundo.” (JOÃO XXIII, 1962, Cap. IV, n. 3).

Segundo o papa, as tragédias, em meio a tanto caos, não se processaram sem deixar úteis ensinamentos e obrigaram os homens a se tornarem mais ponderados⁹⁰, mais conscientes dos próprios limites, mais desejosos de paz. “[...] acelerou o processo de mais estreita colaboração e mútua integração entre os indivíduos, classes e nações.” (HS 4). Tal consciência levou os bispos reunidos em Roma para a grande assembleia a vislumbrarem no Concílio uma aurora de um novo tempo de diálogo e fraternidade universal (BRAKEMEIER, 2004, p. 51). Onde não poucos esperavam combate, luta e anátemas, os padres conciliares ofereceram o diálogo e a caridade, como escrevera Paulo VI em seu discurso na última sessão pública do Concílio (7 de dezembro de 1965).

⁹⁰ O Papa Francisco alimenta a mesma certeza em sua Carta Encíclica de 3 de outubro do ano 2020 (FT 226): “Com o tempo, todos mudamos. A tribulação e os confrontos transformaram-nos.”

Segundo Wolff (2012, p. 36), antes de assumir o pontificado, Ângelo Roncalli já demonstrava por meio de atitudes conciliadoras e pacíficas sua abertura aos novos tempos e o chamado à unidade e à fraternidade universais:

Durante os nove anos em que foi visitador apostólico na Bulgária (1925-1934), o bispo Ângelo Roncalli (depois Papa João XXIII) buscou realizar uma “missão de paz” nas relações com muçulmanos, a maioria ortodoxa e a minoria católica de rito latino e oriental. Em 1927, visitou o patriarca de Constantinopla, Basílio III, acreditando que a unidade exige “a caridade [...] mais do que a discussão teológica”. Depois, como delegado apostólico na Grécia e Turquia (entre 1934 a 1944) e como núncio em Paris (1944-1953) continuou o esforço de boas relações entre Igrejas e religiões (WOLFF, 2011, p. 409).

Inaugurado aos 11 de outubro de 1962⁹¹, o vigésimo primeiro Concílio ecumênico da Igreja é apresentado por João XXIII como fruto de certa voz interior que julgara vinda do alto (HS 6)⁹². “Foi algo inesperado: uma irradiação de luz sobrenatural, uma grande suavidade nos olhos e no coração.” (JOÃO XXIII, 1962, Cap. III, n. 1). “A ideia do concílio não amadureceu como fruto de prolongada consideração, senão qual flor espontânea de inesperada primavera.” (KLOPPENBURG, 1962, p. 39-40).

Em seu documento para convocação o papa, jubiloso pelo vivo interesse e atenção respeitosa manifestada por parte de não-católicos e não-cristãos” (HS 7), anuncia que o Concílio reúne-se no momento em que a Igreja percebe, de modo mais vivo, entre outras coisas, o desejo de “espelhar-se na própria e maravilhosa unidade” (HS 7) em meio a um mundo perplexo, confuso e ansioso sob a continua ameaça de conflitos assustadores (HS 9).

Nesse espírito, criado em 1960, o *Secretariado Romano para a Unidade dos Cristãos* (KLOPPENBURG, 1962, p. 140),⁹³ o santo padre lança seu convite de oração também aos “cristãos das Igrejas separadas de Roma” dos quais esperava, como de

⁹¹ “Escolhemos esta data sobretudo por esse motivo: porque ele se prende a lembrança do grande concílio de Éfeso, que teve suma importância na história da Igreja. (CARTA APOSTÓLICA SOB FORMA DE MOTU PROPRIO, CONSILIIUM, DE JOÃO XXIII, 2 de fevereiro de 1962)

⁹² De acordo com Beozzo (2001, p. 32) a Igreja do Brasil contava com o terceiro maior episcopado do mundo, após o Italiano e o Norte-Americano. Eram 204 bispos brasileiros no momento da abertura, o que dava grande peso à delegação.

⁹³ *Secretariatus ad Christianorum Unitatem Fovendam*, criado por João XXIII aos 5 de junho de 1960, através da carta apostólica em forma de motu próprio *Superno Dei*, como organismo de preparação para o concílio Vaticano II. Seu primeiro presidente foi o cardeal jesuíta Agustín Bea (1881-1968). Sua estrutura mais fixa lhe será dada pela constituição apostólica de Paulo VI *Regimini Ecclesiae Universae*, de 15 de agosto de 1967. A partir da constituição apostólica Pastor Bonus (PB), de João Paulo II, o Secretariado mudou seu nome para Conselho Pontifício para a promoção da unidade. (NAVARRO, 1995, p. 146-147).

fato deu-se, representantes para seguirem de perto as reuniões conciliares. Toda a atmosfera conciliar estará impregnada pelo aroma ecumênico. Os textos do Vaticano II vão superando barreiras que impediam o diálogo e admitindo, entre outros avanços notáveis, a criticada liberdade religiosa (*Dignitatis Humanae*), sem a qual “não pode haver diálogo ecumênico” (WOLFF, 2012, p. 8), e “a contribuição do testemunho protestante na evangelização” (WOLFF, 2018, p. 96; BOFF, 2015, p. 498).

Escrevera Roberto Tucci, diretor de “La Civiltà Cattolica”, no prefácio ao livro “A União dos Cristãos”, escrito pelo Cardeal Agostinho Bea, que:

Os repetidos apelos à unidade, formulados nesses últimos anos pelo Pontífice reinante e o fato de que o Concílio, embora tendo como escopo principal ‘o incremento da fé católica’, ‘uma renovação salutar dos costumes do povo cristão’ e a atualização da disciplina eclesiástica ‘segundo as necessidades dos tempos’, fosse entendido desde o princípio em função da união suscitaram um eco verdadeiramente extraordinário em todo o mundo cristão. Deste modo o problema ‘ecumênico’ entrou em nova fase [...] (TUCCI, 1964, p. 9).

É constante nos discursos do “papa bom”, apesar dos preconceitos e não poucos obstáculos impostos por alguns, a consciência otimista frente à situação de crise e divisão em que a Igreja e o mundo se articulavam. Expandia-se a convicção de que a legitimidade do pluralismo cultural confirmava a existência do pluralismo religioso em um ambiente de tolerância e diálogo como princípio fundamental da convivência no meio social (WOLFF, 2004, p. 5). A verdade, a unidade e a paz foram os temas de sua primeira carta encíclica *Ad Petri Cathedram* (APC, 29 de junho de 1959).

Já demasiados jovens, na flor da idade, derramaram o próprio sangue. Já existem demasiados cemitérios de mortos nas guerras, a lembrar a todos, com voz severa, que estabeleçam, por fim, a concórdia, a unidade e a paz justa. Pense, portanto, cada um, não no que os divide, mas no que os pode unir [...] (APC 19).

É importante ressaltar que causava desconforto ao Sumo Pontífice o modo severo utilizado por filhos da Igreja no trato com as diferenças. Segundo ele, a esposa de Cristo deve preferir o remédio da misericórdia à severidade; sem renovar as condenações de outrora, “[...] deseja mostrar-se mãe amorosa de todos, benigna, paciente, cheia de misericórdia e bondade também com os filhos dela separados.” (JOÃO XXIII, 1962, Cap. VII, n. 2 e 3). O Sumo Pontífice recordará em sua primeira

encíclica: “[...] *in necessariis unitas, in dubiis libertas, in omnibus caritas* - nas coisas necessárias, unidade; nas duvidosas, liberdade; em todas, caridade” (APC 38).

Não por acaso, chegado o momento de desfazer as comissões pré-conciliares para sua abertura oficial, foi vontade expressa do papa a permanência do *Secretariado Romano para a Unidade dos Cristãos*:

No instante, pois, de generosos e crescentes esforços que de várias partes são feitos com o fim de reconstituir aquela unidade visível de todos os cristãos e que corresponda aos desejos do divino Redentor, é muito natural que o próximo Concílio ilustre mais abundantemente aqueles capítulos de doutrina, mostre aqueles exemplos de caridade fraterna que tornarão ainda mais vivo nos irmãos separados o desejo de auspicioso retorno à unidade e lhes prepararão o caminho para consegui-la (HS 8).

Observemos aqui um detalhe quicá despercebido: Ao utilizar-se da expressão “retorno (*redditus*) à unidade”, João XIII torna-se devedor do seu tempo e exemplo da nova dinâmica iniciada a partir de então *intra muros ecclesiae*. Os padres conciliares, inspirados no próprio bispo de Roma que propusera o *aggiornamento*,⁹⁴ abandonaram uma eclesiologia estática, perfeccionista, piramidal e excludente quando, segundo Couto (2004), na linha eclesiológica da Trindade, em Cristo e a partir do Homem apresentada por Yves Congar (1904-1995), apresentaram ao “mundo o caráter *escatológico* e de *comunhão* (*communio*) do povo de Deus” (ALBERIGO, 2000, p. 361).

É a Igreja, ciente de sua fragilidade, concebida como comunhão de igrejas “[...] criadas pela autocomunicação divina da Palavra feita carne em Jesus Cristo, no Espírito que une a pluralidade de expressões e vivências cristãs numa só fé.” (GOPPEGUI, 2005, p. 21). Os padres conciliares não fazem senão eco às sagradas letras: “O que vimos e ouvimos isso vos anunciamos, para que também tenhais comunhão conosco; e a nossa comunhão é com o Pai e com seu Filho Jesus Cristo.” (1João 1, 3). Temas esses de central importância na teologia congariana.

Enquanto não houver novos céus e nova terra, a Igreja peregrina leva consigo a imagem desse mundo que passa (LG 48). A Igreja, ao mesmo tempo santa e carente de purificação, agora não falará mais de *redditus*, como fizera João

⁹⁴ “O termo *aggiornamento* fora escolhido por João XXIII para evitar outros dois: ‘modernização’, que acenderia de imediato a polémica da crise modernista, e ‘reforma’, que pareceria secundar - com quatro séculos de atraso - o protesto de Lutero.” (GOPPEGUI, 2005, p. 12)

XXIII⁹⁵, mas identificará ‘elementos de santificação e de verdade’ fora de seus limites visíveis e adotará uma linguagem mais aberta que facilite o diálogo. O simples retorno a igreja católica deixa de apresentar-se como a meta do ecumenismo (NAVARRO, 1995, p. 150).

Esse exemplo é qual ponta de um *Iceberg*; a revelação da face transformadora do evento conciliar. Com efeito, segundo pesquisadores, o Vaticano II representou um verdadeiro *giro copernicano* na atitude católica em relação ao ecumenismo (GOYRET; BLANCO, 2018, p. 108; LIBÂNIO, 2005, p. 791). As questões apresentadas não giravam somente entorno de pontos assaz discutidos por teólogos como, por exemplo, se a Igreja possuía de algum modo a plenitude da revelação. Trataram sobre se “a unicidade da verdade está também em sua expressão ou se ela pode ter diferentes formas de se manifestar.” (WOLFF, 2012, p. 13). Tais avanços abriram horizontes inesgotáveis de reflexão sobre o valor e a beleza da pluralidade na atmosfera democrática da modernidade que permite a busca de consensos diferenciados no interior da Igreja (BENCKE, 2016, p. 54; LIBÂNIO, 2005, p. 790).

[...] todo pensamento que pretende pensar a totalidade, fornece uma base para o totalitarismo. A democracia está fundada no realismo de aceitar que somente podemos conhecer alguns fragmentos da realidade e que toda vontade de compreender a totalidade é orgulho que gera um totalitarismo. Ao seu modo a cristandade foi já naquele tempo uma forma de totalitarismo [...] (COMBLIN, 1990, p. 66).

Em contrapartida à acolhida positiva por parte da grande maioria houve quem acusasse os textos magisteriais de ceder ao relativismo moderno⁹⁶, quando não se faziam críticas ainda mais ferozes (CALDEIRA, 2019, p. 153; OLIVEIRA, 2009, p. 134-136). Entretanto, tal polaridade de percepções da realidade tem sido comum ao longo dos séculos. Conflitos de ideias e visões são, ademais, terrenos férteis para sínteses superiores quando cultivados em ambientes de respeito e busca sincera da verdade que se desvela (*Aletheia*) aos poucos na história.⁹⁷

⁹⁵ “É mister sempre superar (não suprimir) a letra do magistério e ir na direção do espírito. Esse espírito é, em verdade, o próprio Espírito Santo. Os atos do magistério são apenas ‘testemunhos do mistério’. São todos relativos a algo ‘sempre maior’”. (BOFF, 2015, p. 461).

⁹⁶ “[...] alguns suspeitaram que nos homens e nos actos do Concílio tinha dominado mais do que era justo e com demasiada indulgência a doutrina do relativismo que se encontra no mundo externo, nas coisas que passam fugazmente, nas novas modas, nas necessidades contingentes, nos pensamentos dos outros; e isto à custa da fidelidade devida à doutrina tradicional [...]” (DISCURSO DO PAPA PAULO VI NA ÚLTIMA SESSÃO PÚBLICA DO CONCÍLIO VATICANO II, 7 de dezembro de 1965).

⁹⁷ Não por acaso o Cardeal Tisserant, em nome do Conselho de Presidência, em suas considerações ao início da terceira sessão conciliar recordou aos presentes que o Concílio não tinha a finalidade de fazer novas definições dogmáticas, “[...] mas de promover a ação pastoral da Igreja: foi com este critério

O fato é que o Concílio, mergulhado na atmosfera do seu tempo (SWIDLER, 1993, p. 150; LIBÂNIO, 2005, p. 790), abandonou certo monolitismo doutrinário e uniformidade teológica herdados do *estado de sítio* vivido pelo catolicismo eclesiocêntrico a partir de Trento (1545-1563). No período da Reforma a Igreja achava-se atacada por todos os lados em sua cosmovisão. Avantajava-se o racionalismo, o liberalismo e mais tarde o socialismo marxista de índole ateia e revolucionária (BOFF, 2015 p. 515). Alguns homens da Igreja temiam mudanças em sua estrutura de defesa criada ao longo dos séculos.

Teólogos como Yves Congar, por exemplo, levaram - a partir de aportes das filosofias parmenideana e heraclitiana - a teologia às devidas distinções entre o essencial que deve ser preservado (*Tradição*) e tudo mais que, fruto das manobras, estratégias e adaptações temporais, pode ser aperfeiçoado no interior da Igreja (*Reforma*) em vista de bens maiores (COUTO, 2004, p. 173-174). Essa renovada consciência eclesiológica, clara na mente da maioria dos padres conciliares, encontra resistência hoje em determinada massa de católicos, autodenominados tradicionalistas, presos a hermenêuticas do passado (SPADARO; FIGUEROA, 2017; BRIGHENTI, 2015).⁹⁸

[...] o entendimento e a correta utilização dos termos Tradição, compreendido como toda a reserva espiritual deixada por Deus para ser conservada na posteridade, e Reforma, concebido como o meio de responder os sinais dos tempos, uma vez que a Igreja é componente visível no meio secular que historicamente se desenvolve e se reconfigura, possibilitam uma visão mais clara de como o ecumenismo pode ser verdadeiramente um sinal de unidade [...] (GALVÃO; ANJOS; OLIVEIRA, 2019, p. 51).

Estamos frente a uma situação assaz conhecida por pesquisadores e historiadores eclesiais: A difícil recepção dos concílios. Segundo Goppegui (2005, p.15) ao Concílio de Nicéia (325), para sua melhor recepção, seguiram-se cinco décadas conflituosas e, transcorrido mais de um século e meio, desde o Concílio convocado por Pio IX, o Vaticano I (1869-1870), ainda hoje se percebe entre os cristãos forte ignorância quanto ao tema da infalibilidade.

O Vaticano II sofre as mesmas consequências de qualquer fato histórico, pois ocorrido num espaço-tempo específico torna-se fruto de interpretações. Nesse

que se elaboraram os esquemas e é neste espírito que devem ser examinados e discutidos." (KLOPPENBURG, 1965, p. 11).

⁹⁸ "Emergem no interior da Igreja teologias, espiritualidades e práticas pastorais que comprometem o diálogo." (WOLFF, 2012, p. 12)

universo o Concílio é objeto de lutas, disputas e controvérsias ainda mais quando pensamos em temas para muitos espinhosos como o ecumenismo. De acordo com Caldeira (2019), há sempre algo que nos escapa na busca pela facticidade.

Atualmente, parece continuar aquelas três tendências dominantes que J.M.R. Tillard, citado por Goppegui (2005, p. 14), via na Igreja pós Vaticano II: 1) A vontade de fiel ao espírito conciliar, aplicá-lo estritamente; 2) o desejo de ir além das decisões do Concílio numa postura criativa, ousada e 3) a nostalgia do passado anexa ao esforço ultraconservador de frustrar os dinamismos postos em marcha pelo mesmo Concílio.

O Vaticano II foi encerrado pelo Papa Paulo VI (1963-1978), dois anos após o falecimento de Ângelo Giuseppe Roncalli, marcado por forte consciência da sua “vocação ecumênica” (PAULO VI, 7 de dezembro de 1965). Os mais de dois mil padres conciliares, *cum petro et sub petro*, legaram à posteridade quatro constituições, nove decretos e três declarações de suma importância para o futuro da Igreja.⁹⁹ Entre as declarações encontramos o documento *Unitatis Redintegratio* - sobre o ecumenismo.

O mundo admirou-se com a mudança radical de postura da Igreja frente a contemporaneidade. No encontro entre a religião, que é o culto do Deus que quis ser homem, e a religião que é o culto do homem que quer ser Deus, indagou Paulo VI (1963-1978), o que aconteceu? “Combate, luta, anátema? Tudo isto poderia ter-se dado, mas de facto não se deu [...] um imenso amor para com os homens penetrou totalmente o Concílio [...] nós mais do que ninguém somos cultores do homem.” (PAULO VI, 7 de dezembro de 1965)

⁹⁹ Documentos emanados pelo Concilio Vaticano II: Quatro constituições: Dei Verbum - Constituição Dogmática sobre a Revelação Divina, Lumen Gentium - Constituição Dogmática sobre a Igreja, Sacrosanctum Concilium - Constituição Conciliar sobre a Liturgia, Gaudium et Spes - Constituição Pastoral sobre a Igreja no mundo atual. Nove decretos: Ad Gentes - sobre a atividade missionária da Igreja, Presbyterorum Ordinis - sobre o ministério e a vida dos sacerdotes, Apostolicam Actuositatem - sobre o apostolado dos leigos, Optatum Totius - sobre a formação sacerdotal, Perfectae Caritatis - sobre a renovação da Vida Religiosa, Christus Dominus - sobre o múnus pastoral dos Bispos na Igreja, Unitatis Redintegratio - sobre o Ecumenismo, Orientalium Ecclesiarum - sobre as Igrejas Orientais, Inter Mirifica - sobre os meios de comunicação social. Três declarações: Gravissimum Educationis - sobre a educação cristã, Nostra Aetate - sobre a Igreja e as religiões não-cristãs, Dignitatis Humanae - sobre a liberdade religiosa. Disponível em:

https://www.vatican.va/archive/hist_councils/ii_vatican_council/index_po.htm. Acesso em: 23 fev. 2022.

O decreto¹⁰⁰ *Unitatis Redintegratio* é central em nossa dissertação, como veremos mais adiante. Fruto da consciência dos padres conciliares de que a família cristã ainda não atingiu a plena unidade visível na verdade, o texto não surgiu *ex nihilo* nas sessões conciliares, é antes fruto da longa história do ecumenismo que temos explorado.

[...] a opção ecumênica acontece no interior de uma ‘tradição ecumênica’. Essa “tradição” apresenta os caminhos já percorridos, os avanços, os obstáculos, e ao mesmo tempo, aponta para o horizonte a ser perseguido. Assim uma das exigências fundamentais do diálogo é a recepção da tradição ecumênica [...] (WOLFF, 2004, p. 16).

Nele, ao realizar uma profunda reconsideração do conteúdo e das formas de participação da Igreja Católica no movimento ecumênico contemporâneo, a Igreja católica objetiva o que dissera João XXIII ser também o *telos* conciliar, a saber, “[...] empenhar-se ativamente para que se realize o grande mistério daquela unidade, que Jesus Cristo pediu com oração ardente ao Pai Celeste.” (JOÃO XXIII, 1962, Cap. VIII, n. 2). Esse objetivo foi lembrado por Paulo VI o qual resumira em quatro pontos os objetivos conciliares, a saber, “[...] a consciência da Igreja; a sua reforma; a recondução de todos os cristãos à unidade; e o diálogo da Igreja com o mundo contemporâneo.” (PAULO VI, 29 de setembro de 1963).

É o desejo de uma ecumenicidade total, universal, ainda hoje não resolvida, mas resoluta na busca de possibilidades teológico-pastorais dinâmico-criativas, jamais heterodoxas “[...] sem renunciar a sua identidade, a refaz na relação com a alteridade; sem renunciar a verdade cristã, a enriquece no diálogo com outras compreensões dessa verdade [...]” (WOLFF, 2012, p. 9). O que alimenta essa convicção é a insistência do Espírito ao suscitar movimentos sempre novos na busca pela unidade plena dos vários ramos cristãos.

Porque os movimentos recentes e ainda em pleno desenvolvimento, no seio das comunidades cristãs de nós separadas, mostram com evidência duas coisas: que a Igreja de Cristo é uma só e por isso deve ser única, e que esta misteriosa e visível união pode conseguir-se apenas na identidade da fé, na participação dos mesmos sacramentos e na harmonia orgânica dum único governo eclesiástico [...] Qual é a atitude do Concílio diante desse grande número de irmãos separados e desse possível pluralismo nas manifestações

¹⁰⁰ O termo “Decreto” designa aqui textos eclesiásticos que expõem disposições disciplinares, diferentemente da palavra “Constituição”, por exemplo, usada para os textos referentes à verdades doutrinárias. (KLOPPENBURG, 1962, p. 229).

externas da unidade? É bem clara [...] Ele tende para uma ecumenicidade, que ambicionaria ser total, universal. (PAULO VI, 29 de setembro de 1963).

Mais que recondução à Igreja romana, recondução à unidade de todos os batizados no Corpo Místico de Cristo. Unidade essa oposta ao sentido da história que nos fez desconfiar uns dos outros e “alhear-nos mutuamente seguindo a espiral diabólica de incessantes fragmentações” (Papa Francisco, 21 de junho de 2018). Tal perspectiva de união traz em seu bojo um não ao proselitismo, um não ao *redditus* de antanho, e um sim ao encontro dialógico, à comunhão de dons, à beleza da diversidade. Nesse sentido o Vaticano II não seria um “concílio de união” entre as igrejas divididas, “[...] mas devia marcar uma virada na disponibilidade católica de se envolver profundamente no processo ecumênico, sobretudo a partir do ‘aggiornamento’ da Igreja.” (ALMEIDA, 2012, p. 370).

À guisa de conclusão, recordemos que todos os papas a partir de João XXIII seguiram na mesma linha de busca pela reintegração da unidade rompida desde os primórdios e acentuada pela atmosfera moderna.¹⁰¹ Papa Paulo VI fez da sua encíclica inicial, *Ecclesiam Suam* - ES (1964) o primeiro documento da Igreja “a colocar o diálogo no centro da autoconsciência eclesial” (WOLFF, 2012, p. 37). João Paulo I, apesar do seu curto pontificado, também se mostrou à luz do clarão conciliar. João Paulo II marcou a história do ecumenismo com a carta encíclica *Ut Unum Sint* (25 de maio de 1995). Nesse documento o papa polonês reconhece a causa da unidade como intimamente ligada ao bispo de Roma (UUS 4). Bento XVI, por sua vez, afirmou o compromisso com a causa ecumênica em seu primeiro discurso de 20 de abril de 2005 aos cardeais eleitores (DAP. 234).

Em nenhum momento os papas pós-conciliares colocaram-se contra os esforços do Vaticano II; muito pelo contrário, ao seu modo, cada um buscou dar impulso ao projeto ecumênico. Pensemos, por último, em Jorge Mário Bergoglio (1936), primeiro papa latino-americano ordenado após o Vaticano II. Na linha da reforma (*reformatio*), atualização (*aggiornamento*) e renovação (*renovatio*) iniciada no Concílio. Francisco tem mudado a face do catolicismo atual.

¹⁰¹ Para exemplificar os esforços ecumênicos nascidos do Concílio, Wolff (2019, p. 259), apresenta em seu artigo “O Contexto ecumênico da Conferência de Puebla e suas contribuições para a unidade cristã” exemplos do avanço da ecumenicidade pós conciliar e de declarações firmadas em conjunto entre Roma e diversas igrejas e organizações ecumênicas.

Em muitos, causa admiração o modo aberto e sereno como ele acolhe, na linha de Paulo VI, João Paulo II e Bento XVI (SILVA, 2006, p. 284), o que outrora era rechaçado inclusive como idolátrico. Paulo VI afirmara que o diálogo é exigido em nossos dias, não só pelo curso dinâmico que tem mudado a face da sociedade moderna, mas também “pelo pluralismo da sociedade e pela maturidade que o homem alcançou neste tempo e nesta era.” (ES 79). Francisco se alinha à sua visão e supera seus antecessores.

O discurso de Francisco sobre a Igreja em saída rumo às periferias sociais e existenciais (*Evangelii Gaudium*, EG), seu impulso à ecoteologia, integral e sustentável (*Laudato Si*), seu ensino sobre a economia solidária, fraterna, ecológica e democrática (*Fratelli Tutti*, FT 169), recorda-nos que “somos peregrinos juntos” e que tudo o que envolve a vida humana nos diz respeito nesse mundo em transformação.

De acordo com Francisco (EG 244), se nos concentrarmos nas convicções que nos unem, sem medos nem desconfianças e recordarmos a hierarquia das verdades, poderemos caminhar juntos para formas comuns de anúncio, de serviço e de testemunho (EG 246). “É o ecumenismo do caminhar juntos, que se faz caminhando, não só com ideias, mas caminhando” (PAPA FRANCISCO, 23 de junho de 2022).

Vemos assim como, apesar dos avanços e retrocessos da Igreja em sua missão, nunca deixou de arder em seu peito um clamor pela unidade. Muitas vezes motivada por interesses escusos, outras vezes, firmada no desejo genuíno de unidade em torno do Cristo, a Igreja jamais olvidou completamente a oração sacerdotal do seu Mestre. Foi preciso o concurso do tempo - que desfaz estruturas e lança todos na escola do sofrimento - para lapidar tesouros carregados em vasos de barro e permitir ao ecumenismo encontrar terreno fértil onde deitar raízes para crescer. É o que veremos expresso no próximo capítulo ao dissertarmos a respeito do processo de redação do decreto UR.

4 O ECUMENISMO NO DECRETO UNITATIS REDINTEGRATIO

Neste capítulo abordaremos as discussões sobre o ecumenismo realizadas no Concílio Vaticano II em seu esforço de organizar um documento sobre o tema para, finalmente, abordarmos diretamente o texto do decreto UR; carta magna do ecumenismo. Como estudamos, o evento conciliar ocorre após via traçada por uma elite de precursores que assumiram a matéria sob aspectos multiformes, muitas vezes, estranhos ao dogma católico. Não esqueçamos, por exemplo, que as propostas de unidade do CMI, fundado há mais de dez anos antes da inauguração do Concílio Vaticano II, não tinham por ortodoxo, obviamente, o eclesiocentrismo Romano, exclusivista e triunfalista.

Fruto dessas discussões conciliares será o progresso entre os primeiros esquemas apresentados sobre a unidade dos cristãos, condensados no primitivo esquema *De Oecumenismo* e o último aprovado pelo Concílio: *Unitatis Redintegratio*. Alçados ao Decreto, nos entrechoques e tensões de seu processo redacional, poderemos tratar a respeito do seu conteúdo propriamente dito ao visitarmos sua estrutura para abeirar-nos à doutrina ecumênica dos padres. Somente assim, estaremos aptos para compreender de modo adequado a prática do ecumenismo na vida da Igreja, principalmente no trato com as comunidades parceiras identificadas no UR. Finalmente, antes das considerações finais, encerraremos nosso trabalho com uma abordagem no tocante à recepção do Decreto no pós-concílio, principalmente na América-Latina.

Recordamos em nossa dissertação um dos principais escopos conciliares apresentados por João XXIII, a saber: A promoção da unidade cristã. Tema esse retomado por Paulo VI e jamais negado por seus sucessores. De fato, o interesse ecumênico esteve presente desde os albores do evento conciliar, o que levou a mídia secular a entendê-lo como estratégia de união. Dizemo-lo não só pelo dado providencial de João XXIII tê-lo anunciado na conclusão do *Oitavário de oração pela unidade dos cristãos*, mas principalmente pelos fatos demonstrarem que o problema ecumênico entrava em nova fase após o percurso traçado nas páginas anteriores (KLOPPENBURG, 1962, p. 22). Com efeito, “[...] O ecumenismo aparece já no primeiro grupo de temas a serem estudados no Concílio.” (WOLFF, 2012, p. 23).

Cientes da escandalosa e prejudicial contradição em que vive os batizados, os padres conciliares declararam ser obra do Senhor, moção da graça, a compunção de

coração frente a divisão e o desejo de união presentes nos *dissidentes fratres*. Portanto, restava-lhes reconhecer oficialmente o movimento ecumênico moderno como impulso pneumatológico da graça *extra muros ecclesiae* em ordem à restauração da unidade plena e visível entre os cristãos; o que, de fato, foi feito no proêmio do decreto UR. Ele, o primeiro texto magisterial dedicado somente ao ecumenismo, integrado como está à LG (Paulo VI, 21 nov. 1964), assim como, à NAE, à OE e à DH, entrou para a história ao realizar esse gesto de ousadia teológico-pastoral (GOYRET; BLANCO, 2018, p. 109).¹⁰²

Promover a restauração da unidade entre todos os cristãos é um dos principais propósitos do sagrado Concílio [...]Tendo já declarado a doutrina sobre a Igreja, movido pelo desejo de restaurar a unidade de todos os cristãos, quer propor a todos os católicos os meios, os caminhos e as formas com que eles possam corresponder a esta vocação e graça divina (UR 1).

No proêmio do decreto UR o Concílio falou de restauração, ou reintegração da unidade, não porque supusesse que em determinado momento da história esta unidade houvesse sido alcançada por Roma, plena e institucionalmente, em sua relação com os diversos grupos cristãos de visões variegadas; e, em outro momento, se rompido. A eclesiologia católica cresceu na ciência do “já” e “ainda não”, pois mesmo sendo *una* em sua natureza¹⁰³, a Igreja não ignora sofrer, entretanto, os reveses das tensões em meio a diversidades não acolhidas no “já” da história (DE LUBAC, 1969, p. 4). Tanto que apresentado para votação de sua estrutura, aos 5 de novembro de 1964, na 94ª Congregação Geral, o proêmio do nosso decreto alcançou 2.094 Placet¹⁰⁴ entre 2.111 votantes, com apenas um único voto nulo.

O Concílio distingue, porém, a legítima diversidade, a ser reconciliada (BARROS, 2011, p. 1224), da dissidência heterodoxa, presente, por exemplo, desde o princípio, nos citados gnósticos e judaizantes radicais. Diversidade essa carregada de forte densidade relacional, haja vista seus múltiplos pontos legítimos de contato com a fé católica. Nesse sentido, pouco mais de três meses antes da promulgação da UR escrevera Paulo VI:

¹⁰² 400 anos de inútil chamamento dos protestantes e 900 anos de recurso junto aos ortodoxos bastam para comprovar que pela ideia do simples ‘retorno’ não se obterá eficácia.

¹⁰³ Símbolo Niceno-Constantinopolitano

¹⁰⁴ O Voto dado durante as sessões do Concílio Vaticano II era expresso com três palavras: Placet (agrada/concordo), Non placet (não agrada), Placet iuxta modum (isto é, agrada, mas com as correções sugeridas no correr da discussão).

Ponhamos em evidência primeiramente o que nos é comum, antes de insistirmos no que nos divide [...] sobre tantos pontos de diferença quanto aos usos, à espiritualidade, às leis canônicas e ao culto, queremos estudar como se poderão satisfazer os legítimos desejos dos Irmãos cristãos ainda de nós separados. Nada desejamos tanto como abraçá-los numa perfeita união de fé e de caridade. Mas devemos também dizer que não podemos transigir sobre a integridade da fé e as exigências da caridade. Entrevemos desconfianças e resistências (ES 61).

Entretanto, se foi custosa a via de consolidação do movimento ecumênico moderno, também o foi a problemática quanto a relação da Igreja com essa mesma iniciativa, cuja origem liga-se ao protestantismo. Segundo Wolff (2012, p. 25) os padres conciliares em sua maioria desconheciam questões relativas ao ecumenismo, haja vista o distanciamento em que viviam do movimento de então, indigesto para uma série de papas, como visto.

Ademais, no Concílio Vaticano II havia grupos heterogêneos¹⁰⁵ divididos entre conservadores e progressistas (BEOZZO, 2001, p. 81; KLOPPENBURG, 1964, p. 8).¹⁰⁶ os quais divergiam a respeito do modo de atuação na busca pela unidade de todos os cristãos. Recordemos, por hora, 1) o *Domus Mariae*, majoritariamente brasileiro, em cuja articulação encontrava-se Dom Helder Câmara, de tendência mais aberta e inclusiva; e 2) o *Coetus Internationalis Patrum* composto, entre outros, por Dom M. Lefebvre, mais tarde fundador da Fraternidade Sacerdotal São Pio X - FSSPX, e pelos brasileiros Dom Sigaud e Dom Antônio de Castro Mayer¹⁰⁷, ligados ao ultraconservadorismo da Associação brasileira de defesa da Tradição, Família e Propriedade - TFP, de Plínio Corrêa de Oliveira¹⁰⁸ (CALDEIRA, 2009).

Dom Boaventura Kloppenburg (1964, p.11-12), ao discorrer sobre os padres progressistas, afirma sua tolerância, simpatia pelo pluralismo e certeza de que a unidade da Igreja está unida à coexistência na diversidade. Segundo o mesmo

¹⁰⁵ O grupo conservador tem seus representantes principalmente na Itália, na Espanha, em partes da Polônia, da Inglaterra, dos EUA e, inclusive, do Brasil. O grupo progressista está sobretudo na Alemanha, na Áustria, Holanda, Bélgica, França, inclusive, Brasil. Entre os nomes conservadores temos os cardeais Alfredo Ottaviani, Ernesto Ruffini, Bacci, Giuseppe Siri, Luigi Maria Carli, Pietro Parente e os brasileiros Dom Sigaud e Dom Meyer. Entre os progressistas temos os cardeais Agostinho Bea, Liénart, Frings, Alfrink, Döpfner, König e Léger (Idem, 1963, p. 239).

¹⁰⁶ Beozzo (2001, p. 83) recorda que havia também um grupo intermediário, largamente majoritário, que oscilava entre posições distintas, liberais ou integristas.

¹⁰⁷ Aos padres de Campos - RJ, membros da Administração Apostólica Pessoal São João M. Vianney, agora reconciliada com a Igreja, pois, juntos a Dom Lefebvre, haviam se afastado de Roma devido a sagrações ilícitas, ainda mantém o Rito Romano antigo, chamado Tridentino. Em Nova Friburgo, não muito longe dali, há o Mosteiro da Santa Cruz (ligado a Dom Tomás de Aquino e a Dom Williamson, feito bispo por Dom Lefebvre), o qual vive à margem da Igreja oficial.

¹⁰⁸ Da antiga TFP surgiu, através do Pe. João C. Dias, os Arautos do Evangelho, autorizados por Roma.

cronista, os progressistas distinguem os elementos de instituição divina (essenciais) dos de determinação eclesial ou humana (acidentais), e são favoráveis ao diálogo franco e caridoso com todos, estão dispostos a confessar a culpa parcial da Igreja na separação, a reconhecer a boa vontade e a boa-fé também nos outros e a proclamar o direito universal à liberdade religiosa, particular e pública. É desse grupo, mais avançado e aberto aos novos tempos, que o Decreto UR surgirá qual luzeiro dos novos tempos.

Os conservadores, por sua vez, arvorando-se paladinos da Tradição, viam relativismo teológico em tudo e propagavam uma visão conspiracionista da história (DE MATTEI, 2019, p. 67). Aqueles que estavam à frente da organização dos trabalhos conciliares e coordenavam as comissões preparatórias adiantaram-se em apresentar esquemas de viés conservador com clara influência da cúria romana, ciosa em manter seu *status quo*. Entretanto, recorda-nos Beozzo (2001, p. 35 e 107), o Concílio quebrou o secular predomínio dos órgãos da Cúria Romana sobre as Igrejas locais e fez emergir os bispos como sujeitos e atores.

A *parresía* de muitos prelados levou seus pares a concordarem com a ousada reformulação dos textos que lhes eram entregues, os quais encontravam-se afastados do espírito que João XXIII queria no Concílio. Tal fato ocorreu claramente nas discussões referentes à unidade dos cristãos. Para fecundar ainda mais o espírito ecumênico dos padres, Paulo VI, aos 23 de setembro de 1964, durante a 86ª Congregação Geral, determinou que a relíquia da cabeça de Santo André apóstolo, venerada em Roma desde Pio II (1462), fosse restituída ao Oriente como expressão do desejo de união da Igreja romana (KLOPPENBURG, 1965, p.56). O papa validava os esforços pela unidade.

4.1 DISCUSSÕES SOBRE O ECUMENISMO NO CONCÍLIO

Cabe-nos nesse momento investigar o processo de elaboração do nosso decreto. Para tal, primeiro recordamos, de modo geral, o clima de discussão ocorrido desde o período pré-conciliar, onde o secretariado para a unidade dos cristãos exerceu influência positiva. Agora recordaremos o processo de discussão e debate que se produziu durante as três primeiras sessões do Concílio em torno do texto sobre o ecumenismo em gestação e que desaguou na sua aprovação definitiva aos 21 de novembro de 1964, mesmo dia de admissão da LG.

Foram pujantes no Concílio Vaticano II as discussões doutrinárias e pastorais sobre o ecumenismo iniciadas na segunda metade de 1963, as quais tiveram como base textos do ano anterior trazidos por vários grupos preparatórios aos ordenadores do Concílio, entre os quais, o material do Secretariado coordenado por Bea, previamente examinado em vários aspectos de 12 a 20 de junho de 1962. Tamanhas foram as abordagens e intervenções que se chegou a entender o momento das votações como “a hora decisiva da verdade.”¹⁰⁹

De acordo com Alberigo, em sua História dos Concílios Ecumênicos¹¹⁰, o primeiro esquema discutido no Concílio a respeito da unidade da Igreja, denominado *Ut Unum Sint*, de 26 a 30 de novembro de 1962, fora preparado pela Comissão para as Igrejas Orientais, e limitava sua abordagem a esse tema. Diferentemente, do Secretariado para a Unidade dos Cristãos e da Comissão Teológica¹¹¹, os quais acercavam-se da questão de forma mais abrangente.

Informa-nos Kloppenburg (1962, p. 329-335) que a Comissão Teológica abordava a natureza da Igreja, sua necessidade para a salvação e a tolerância religiosa; a Comissão das Igrejas orientais iniciava seu esquema refletindo diretamente a respeito da unidade da Igreja, mas sempre focando na ortodoxia oriental; e o secretariado para a Unidade dos Cristãos tratava desde a questão dos judeus ao tema da Liberdade religiosa ao lado de outros tópicos de importância para o movimento ecumênico.

Com o objetivo de facilitar os labores criou-se uma comissão mista composta pelos três grupos acima mencionados. Por intermédio do Cardeal Bea, os documentos foram sintetizados em um só texto agora com três capítulos, a saber: “(1) os princípios do ecumenismo; (2) a prática do ecumenismo; (3) os cristãos separados da Igreja católica, (a) as Igrejas Orientais; (b) as Comunidades Eclesiais surgidas a partir do século XVI.” (WOLFF, 2012, p. 24). Esses esforços visavam encontrar uma fórmula que respondesse às ânsias de cada grupo de estudos do Concílio.

Aos 18 dias de novembro de 1963 (69º Congregação Geral) retoma-se a discussão sobre o ecumenismo tendo em mãos o esquema *De Oecumenismo*

¹⁰⁹ *La Croix*, 20 de Novembro de 1963, in DE MATTEI, Roberto. O Concilio Vaticano II. Uma história nunca escrita. São Paulo: Ambientes e Costumes, 2019, p. 298.

¹¹⁰ Alberigo, G. História dos Concílios Ecumênicos. In WOLFF, Elias. Unitatis Redintegratio, Dignitatis Humanae, Nostrae Aetate. Textos e Comentários. São Paulo: Paulinas, 2012, p. 23.

¹¹¹ A Comissão Teológica julgava a temática mais apropriada para o capítulo IX do esquema *De Ecclesia* que também abordava o assunto.

preparado no ano anterior (KLOPPENBURG, 1963, p. 213). Fora feita a junção, 1) do esquema sobre a unidade da Igreja preparado pela comissão para as igrejas orientais, 2) do capítulo sobre o ecumenismo preparado pela comissão Teológica, e 3) de vários documentos preparados pelo secretariado para a união dos cristãos (WOLFF, 2012, p. 24; KLOPPENBURG, 1963, p. 303). Entretanto, as discussões se encaminhavam de modo a criar novos pontos para a estrutura do texto.

Os prelados resolveram então anexar ao esquema mais dois capítulos com o objetivo de abarcar melhor a totalidade da temática, a saber, o significado do povo judeu na história da salvação e a liberdade religiosa; o que com o tempo levantou muitas e acaloradas críticas. O secretariado para a Unidade teve que levar cabo embates com a Comissão Teológica a fim de que o texto sobre a liberdade religiosa fosse pelo menos encaminhado para apreciação.

Segundo Wolff (2012, p. 24), aos 21 de novembro de 1963 o esquema foi aprovado e três relatores apresentaram os capítulos na comissão de trabalho: Dom Martim, arcebispo de Rouen, apresentou os três primeiros capítulos (aprovados como base para discussão com 1.966 *placet* e 86 *non placet*); Dom Bukatho, auxiliar de Belgrado, apresentou o capítulo sobre as Igrejas Orientais; o Cardeal Bea apresentou o capítulo sobre os judeus e Dom De Smedt, bispo de Bruges, apresentou o capítulo da liberdade religiosa.

Na ocasião, as propostas iam de um extremo ao outro. Defendeu-se desde a retirada do termo “oikoumene” do decreto, por ser supostamente ambíguo e equivocado, até a anexação de vez do esquema ao decreto *De Ecclesia*. Vozes erguiam-se elogiando a totalidade do texto, já outras elencavam, um após outro, termos criticáveis, frases mal formuladas e hipotéticas ideias perigosas subjacentes ao documento.

Cardeais como José Maria Bueno y Monreal, vindo de Servilha, e Benjamim de Arriba y Castro, da Tarragona (para quem o documento expunha os fiéis ao perigo de perderem a fé), ao lado de outros como, Antônio Bacci, membro da Cúria, e Ruffini (1888-1967), de Palermo, conhecido por suas críticas ao povo Judeu¹¹², estavam alinhados ao grupo conservador *Coetus Internationalis Patrum* e reforçavam as críticas ao decreto em formação. Certas falas eram diretas, muito claras: “O esquema,

¹¹² A ponto de opor-se ao capítulo *De Iudaeis* na proposta - assim como o Cardeal Emilio Léger, do Canadá. Em alguns casos, percebe-se que a proposta de retirada do *De Iudaeis* era, diferentemente de Ruffini, advinda do relevo/valor do tema que merecia ser tratado à parte.

sobretudo no seu modo de falar, deve ser rejeitado.” (DE MATTEI, 2019, p. 298; KLOPPENBURG, 1964, p. 306-307 e 331).

Foi durante a 72ª Congregação Geral, que o capítulo IV, sobre os judeus, (KLOPPENBURG, 1965, p. 79) e o capítulo V, sobre liberdade religiosa, ficaram excluídos de vez do esquema *De Oecumenismo* que, por sua vez, foi fundamentalmente aceito devendo apenas receber correções. Para muitos, o que poderia parecer uma derrota acabou dando, de fato, maior centralidade ao tema excluído. Na 89ª Congregação Geral, o cardeal Alemão, Frings, destacou o acerto de se transformar os capítulos IV e V do primitivo esquema em duas outras declarações.

O cardeal Alfredo Ottaviani (1890-1979), líder do antigo Santo Ofício - hoje Congregação para a Doutrina da Fé - conhecido por posturas conservadoras, além de opor-se frontalmente às propostas avançadas do cardeal Augustin Bea sobre a unidade dos cristãos, arregimentou em torno de si, aos poucos, o interesse daqueles que se opunham ao *aggiornamento* de João XXIII. Ottaviani via nas propostas ecumênicas dos progressistas expressões de relativismo e indiferentismo. Defendia, inclusive, o uso da expressão *Extra ecclesiam nulla Salus*, evitada por muitos por exigir um complexo de interpretações para torná-la compressível ao homem comum.

O Cardeal Bea, por sua vez, mesmo idoso, já na aurora conciliar tornou-se peregrino da unidade. Desejava que todos os povos servissem a Deus de comum acordo (Sofonias 3, 9). Eram vários os muros que se erguiam, cujo símbolo maior fora Berlim (1961). Todavia, a ousadia do Cardeal o levava a tratativas inclusive com Moscou em sua ânsia pelo diálogo (DE MATTEI, 2019, p. 146). Ele encontrava seu apoio no espírito ecumênico dos papas à frente do Concílio. Fora de João XXIII que recebera mandato expresso sobre o esquema “*De Iudaeis*”, tão criticado por alguns. (KLOPPENBURG, 1964, p. 311).

As figuras de Ottaviani e Bea representam bem a tensão na sala conciliar. Eram posturas divergentes advindas de duas personalidades respeitáveis. O interessante é perceber o equilíbrio redacional gerado a partir dessas duas extremidades (CUESTAS, 2004, p. 268). Em nenhum momento Bea ou Ottaviani foram expulsos devido a seus posicionamentos. Criticados, elogiados ou desprezados, serviam de fundo conflitual no cadinho da sala conciliar em busca do meio termo ideal.

Os papas conciliares pareciam valer-se desses polos opostos na hora de apresentar seus posicionamentos oficiais. Paulo VI afirmara que devemos apreciar o que há de verdadeiro e bom no patrimônio religioso dos irmãos separados e tentar

modificar o juízo que fazem do Papa e da Igreja Católica, além de acolhê-los com honra e amizade, quando apresentarem-se “à soleira de nossa casa, a Igreja Católica, que é também a casa deles.” (Paulo VI *in* KLOPPENBURG, 1964, p. 15), o que, obviamente, agradava aos progressistas. Em contrapartida, falava também da ameaça do irenismo, de valores inegociáveis da fé, da necessária manutenção do primado, do desejo de união de todos os cristãos em torno do papa; o que validava em muito os arroubos de conservadores.

Para muitos conservadores radicais, como temos visto, tratar sobre ecumenismo equivalia a ceder ao relativismo e ao liberalismo do mundo moderno. Entretanto, mesmo havendo bispos pedindo a retirada total do esquema sobre a unidade dos cristãos da pauta conciliar, aos 21 de novembro de 1963, na 72ª Congregação Geral, houve uma aprovação global do esquema como base para discussão dos três primeiros capítulos, com 1.966 *Placet* e 86 *Non Placet*, ou seja, a maioria dos padres conciliares optaram por acolher o espírito dos novos tempos (KLOPPENBURG, 1963, p. 306 e 340). De acordo com Wolff (2012, p. 27), entre 10 e 14 de novembro de 1964, após mudanças advindas de quase 2000 emendas apresentadas ao texto, “[...] surgiram 47 *non placet* para o capítulo I, 85 para o capítulo II e 82 para o capítulo III.”

Toda essa ingerência no texto evidencia o cuidado da Igreja em apresentar um documento que de fato ajude o caminho do diálogo e da unidade. Os prelados não eram ingênuos quanto à ignorância reinante em meio ao povo de Deus - sem olvidar o clero - no tocante à Igreja enquanto *locus* das legítimas diversidades. Afirma Roberto De Mattei (2019, p. 65) que muitos católicos ecumenistas dos anos 40 e 50 “[...] pretendiam alargar o conceito de Corpo Místico a todas as igrejas cristãs, entendendo-o em sentido lato e ‘pneumático’ e prescindindo da dimensão jurídica e institucional da Igreja Católica.”

Tal desconsideração de ambos os aspectos da eclesialidade católica, a saber o visível e o invisível, não estava presente entre nossos pastores, independente do grupo a que pertenciam. O que surgia, na verdade, eram enfoques nuançados, matizes diferentes quanto ao mesmo ponto.

A reflexão eclesiológica no Concílio (LG), marcado pelos contributos dos movimentos bíblico¹¹³, patrístico e litúrgico, assim como, interligado à teologia

¹¹³ Segundo Barros (2011, p. 1225) para o desenvolvimento posterior da relação ecumênica entre católicos e evangélicos, a *Dei Verbum* foi até mais importante que o próprio Decreto UR.

cristológica e trinitária,¹¹⁴ abriu significativo espaço para o discurso ecumênico. Com efeito, uma vez superada a ideia de *societas perfecta*, fixista, rígida, eclesiocêntrica e antidialógica, avançamos, desde Pio XII, rumo à ideia de Corpo Místico para, no Concílio, abordar o mistério da *communio* que abre em definitivo as portas ao movimento ecumênico (DE LUBAC, 1969, p. 38; GOYRET; BLANCO, 2018, p. 108). “[...] a comunhão dos cristãos não é senão a manifestação neles daquela graça, pela qual Deus os torna participantes da sua própria comunhão” (UUS, 9).

Em perspectiva claramente congariana, a *communio* intratrinitária e eclesial através do Espírito, imagem profunda da intercomunicação entre Deus e os homens, manifestou a Nouvelle Théologie em sua beleza cósmica, não mais centrada no Motor Imóvel da escolástica em crise da baixa Idade média, mas sim no *Emanuel*, o Deus da história ovacionado em sua totalidade por Teilhard Chardin e recordado por W. Kasper. “Pensar o ser de Deus no devir é algo diferente, e até oposto a compreender a Deus como um ser em devir.” (SCHILSON; KASPER, 1990, p. 130).

Essa perspectiva pneumatológica universal de feições pericoréticas explica a presença não excludente do Cristo tanto no *devir* histórico do povo de Israel e em Sua Igreja institucionalizada, quanto na totalidade das manifestações pluriformes da graça de Deus (1 Pedro 4, 10). “Compreende-se assim como a Igreja pode ser totalmente fiel a mensagem de Cristo e, no entanto, também totalmente aberta às questões de cada época, da mesma forma que pode ser totalmente instituição e totalmente carisma.” (SCHILSON; KASPER, 1990, p. 134).

Entretanto, tal perspectiva aberta, expansiva, universal, dialógica, pastoral e mistérica não encontrou, por óbvio, guarida em todos os padres conciliares. Alguns não perceberam que traçando as linhas da sua figura exacta, a Igreja não restringe, mas sim alarga os limites da sua caridade (“*Veritatem facientes in caritate*” - Efésios 4, 15) e não susta o movimento da sua progressiva, multiforme e convidativa catolicidade (PAULO VI, 21 de novembro de 1964). Pelo mesmo motivo, outros documentos como o decreto OE e as declarações DH e NAE também foram criticados por supostamente promoverem relativismo doutrinal.

¹¹⁴ Segundo Arno Schilson e Walter Kasper os problemas pendentes da eclesiologia não podem ser resolvidos senão no quadro de uma Cristologia renovada, a qual encontra-se indissociada da doutrina trinitária de onde a mesma eclesiologia extrai a temática da *Communio* (SCHILSON; KASPER, 1990, p. 122).

A ignorância de muitos quanto a reais possibilidades ecumênico-eclesiológicas fez-se sentir todas as vezes em que uma mente mais aberta propunha atitudes ousadas de acolhida aos filhos da Reforma. Contudo, as intervenções dos bispos, o contato com os estudos das várias comissões e as leituras propostas, esclareciam pouco a pouco a sala conciliar de modo a ir criando certo consenso geral. Assaz interessante é a confissão de B. Kloppenburg:

[...] minha adesão ao Concílio foi e está sendo um trabalho de reeducação. Penso ter apreendido e compreendido muita coisa nova na Aula Conciliar. Houve um progresso real e notável na Teologia nestes últimos dois anos. Muita literatura teológica (não apenas a litúrgica) de antes de 1960 já está superada. O Concílio arrombou muitas portas. E irreversível o movimento do novo Pentecostes de João XXIII e Paulo VI (KLOPPENBURG, 1964, p. 13).

Nesse ínterim, durante as discussões do esquema *De Oecumenismo* em formação, fora solicitada a utilização oficial de expressões como “Igreja” ou “*Comunidades Eclesiais*” ao referir-se aos irmãos separados, haja vista, possuírem *elementos eclesiais* em comum com o catolicismo; o que agradou a muitos. Ao lado desse ponto tocaram na questão dos casamentos mistos, o que surtiu certo efeito com uma nova disciplina depois aprovada que dava ao bispo o poder de dispensar a forma canônica quando da cerimônia realizada frente a um ministro não católico. Tal medida suprimia a excomunhão existente nesses casos e exigia da parte católica a educação da prole à luz da Igreja Católica. Por fim, entre outros pontos, como a crítica ao proselitismo, solicitou-se uma revisão a respeito da validade das ordenações anglicanas, o que não avançou em meio aos debates.

A Comissão fez a necessária revisão do *De Oecumenismo* e o devolveu à Coordenação do Concílio no intervalo do segundo período de atividades, 63/64. A dinâmica conciliar resultava numa sempre maior qualidade do texto (WOLFF, 2012, p. 27). Como podemos perceber as ideias referentes ao ecumenismo provocaram muitas reações durante as reuniões, a ponto de reduzirem o capítulo sobre os judeus a um apêndice e transformarem-no, posteriormente, ao lado do esquema sobre a liberdade religiosa, em declarações à parte.

As querelas recrudesceram no terceiro período conciliar quando, aos 5 de outubro de 1964, após longas e difíceis discussões, os padres estavam chegando a consensos cada vez maiores. Contudo, aos 19 de novembro de 1964, o esquema

De Oecumenismo recebia 19 modificações providas de 40 sugestões apresentadas pelo papa. Tal surpresa causou incômodo na sala conciliar (Ver Anexo).

Segundo Kloppenburg (1965, p. 5), perito da comissão teológica do Concílio, a terceira sessão conciliar, com uma média de 2.194 padres votantes, foi a mais rica em atividades, com 43 discursos sobre liberdade religiosa e 34 sobre a questão dos judeus; e completa: “[...] durante a I Sessão houve 36 congregações gerais com 600 discursos, durante a II Sessão houve 43 congregações gerais com 618 discursos e durante esta III Sessão houve 48 congregações gerais com 666 discursos.”

A intervenção papal fora resultado exatamente desse paroxismo a que chegavam as discussões na sala conciliar. Os 168 observadores não católicos¹¹⁵, sentiram-se incomodados e rejeitaram o esquema modificado pelo papa que colocava a Igreja católica como centro de referência para a unidade e enfraquecia o alcance ecumênico do texto.

Todavia, ainda assim, os prelados entenderam que em muito já haviam avançado, até porque o Concílio não devia ser entendido como mero ponto de chegada, mas sim como ponto de partida rumo a avanços maiores, mais ousados. “Por fim, o decreto sobre o ecumenismo *Unitatis Redintegratio* foi aprovado no dia 21 de novembro de 1964, com 2.137 votos favoráveis e 11 votos contrários.” (WOLFF, 2012, p. 28).

Dessa forma, estava firmado o projeto de unidade universal; o reconhecimento das próprias culpas; uma nova mentalidade e autoconsciência da ecumenicidade eclesial, toda ela relacional, cooperativa e inserida; a percepção de elementos comuns entre as várias denominações. Por fim, assume-se o valor da oração, do diálogo e da cooperação entre as igrejas na busca pela unidade (BEOZZO, 2001, p. 34).

Agora, há consciência de que o ecumenismo, “[...] não é só uma espécie de ‘apêndice’, que se vem juntar à atividade tradicional da Igreja. Pelo contrário, pertence organicamente à sua vida e ação, devendo, por conseguinte, permeá-la no seu todo [...]’ (UUS, 20).

Com efeito, é o novo tempo de consciência ecumênica na vida da Igreja cristã.

¹¹⁵ Entre eles, nenhum brasileiro e apenas um representando a América latina: O Argentino Dr. Miguez Bonino, pastor e teólogo metodista do Instituto Superior Evangélico de Estudios Teológicos - ISEDET de Buenos Aires.

4.2 O PROGRESSO ENTRE OS ESQUEMAS PROPOSTOS

Percebe-se ao longo de nosso estudo que desde os primeiros esforços da sala conciliar para a confecção do decreto referente ao ecumenismo houve várias modificações, emendas e correções nos textos apresentados para discussão. O mesmo se deu com todos os documentos produzidos durante o Concílio Vaticano II (ZAK, 2013, p. 10). É fácil constatar a grande diferença existente entre as primeiras propostas exibidas, chamadas, de modo geral, *De Oecumenismo*, e a última aprovada pela Igreja, *Sobre o Ecumenismo: Unitatis Redintegratio*.

O próprio esquema *De Oecumenismo* possui algumas questões em sua trajetória anterior que merece nossa atenção. O desenrolar das atividades preparatórias do SPUC, levaram o secretariado à formulação do documento base *De Oecumenismo catholico*, cujo subtítulo era, *Decretum pastorale*. Ele tratava desde a unidade e unicidade da Igreja, aos elementos e bens da Igreja que se encontram fora de seus limites visíveis. Infelizmente esse texto não chegou a ser discutido no Concílio, pois foi fundido a outros dois, como dito acima: Ao capítulo XI do esquema *De ecclesia*, elaborado pela Comissão teológica e ao documento *De Ecclesiae unitate. Ut omnes unum sint* da Comissão para as Igrejas orientais católicas. Esse último, que chegou a ser apresentado aos padres conciliares, foi duramente criticado devido a sua falta de sensibilidade ecumênica (CUESTA, 2004, p. 252-253).

Em 1963, da segunda metade de novembro até o início de dezembro, foi discutido o esquema sobre o ecumenismo redigido pelo secretariado para a Unidade dos Cristãos, em colaboração com a Comissão para as Igrejas orientais (DE MATTEI, 2019, p. 298).¹¹⁶ Tal esquema era fruto de um logo trabalho incitado por João XXIII que via na renovação da Igreja um passo importante rumo à unidade. Como ficou claro ao logo dos capítulos anteriores, o primeiro e imediato objetivo do Concílio era apresentar ao mundo a Igreja em seu perene vigor, renovada em todo o necessário para melhor adaptar-se aos tempos modernos e, deste modo, abrir-se com eficácia ao sonho da unidade entre todos os cristãos.

Ao que tudo indica, a Comissão para as igrejas orientais católicas não estava naquele momento no mesmo nível de adequação à proposta de João XXIII quanto o grupo liderado pelo cardeal Bea. A tendência era caminhar rumo a um novo

¹¹⁶A Comissão para as igrejas orientais havia elaborado onze diferentes esquemas de decretos, um deles sobre a unidade da Igreja.

documento que tratasse tão somente dos interesses da Comissão para as Igrejas orientais - ele também, *a posteriori*, purificado na sala conciliar (OE) - mas, ainda assim, não olvidando o tema no próprio texto sobre a ecumenismo, como se vê na atual estrutura da UR que manteve o assunto abordado no capítulo terceiro do esquema conjunto apresentado em 1963 para discussão entre os padres.

Basta uma mirada rápida sobre os cinco capítulos ali indicados para perceber que, com a ausência do quarto e quinto referentes aos judeus e à liberdade religiosa, sobre os quais já tratamos, e do próêmio, só mais tarde anexado, pelo menos na estrutura apresentada, há grande semelhança na proposta organizacional que resta e aquela que encontramos no decreto UR; a saber: 1) Proêmio - Natureza do movimento ecuménico; 2) Capítulo 1 - Princípios católicos do ecumenismo; 3) Capítulo 2 - Prática do ecumenismo; 4) Capítulo 3 - Igrejas e comunidades eclesiais separadas da sé apostólica romana.

O que ocorreu ao longo das discussões conciliares foi um melhoramento do texto com a escolha adequada de termos; a demarcação ideal entre aquilo que deve ser dito e a forma de dizê-lo; o acréscimo de novas ideias surgidas ao longo dos debates (GOYRET; BLANCO, 2018, p. 108) vindas das mais diversas partes do mundo; por exemplo, dos padres orientais, que encontraram no decreto a oportunidade de mostrar que a Igreja latina não poderia continuar falando, como muitas vezes o fez, como se as Igrejas orientais fossem mero apêndice da estrutura romana.

Ainda que cardeais já citados como o Italiano Ruffini e o espanhol Benjamim de Arriba y Casto tenham votado “Non Placet” na tentativa de rejeitar o esquema que era apresentado nos idos da 69ª Congregação geral (18 de novembro de 1963), não havia dúvidas de que chegara o tempo de envidar esforços rumo à unidade dos cristãos, como dissera o Cardeal Ritter, ainda que se reconhecesse algum perigo de intelectualismo ou indiferentismo teológico que devesse ser superado com a devida instrução do povo de Deus a respeito da natureza genuína do ecumenismo (KLOPPENBURG, 1964, p. 307-308).

O *De Oecumenismo* gerou no Concílio centenas de intervenções referentes ao texto, o que legou a posteridade seis volumes com o total de 1.063 páginas; testemunho de quanto os bispos se interessaram em produzir um documento capaz de responder às demandas referentes à necessária unidade cristã (KLOPPENBURG, 1965, p. 173). O próprio secretariado para a unidade dos cristãos, em longo percurso

anterior, reuniu-se em seis reuniões plenárias para chegarem a um texto definitivo que servisse de gérmen para o documento final apresentado pelo Concílio.

Já em sua segunda reunião, de acordo com Juan C. Arnanz Cuesta (2004), o SPUC apresentava aqueles temas que voltariam todo o tempo à baila na sala conciliar, a saber: A importante relação com o Conselho ecumênico de Igrejas; a necessidade do tríplice pluralismo, a saber, quanto à liturgia, às instituições canônicas e as formulações teológicas; o estudo das outras confissões religiosas e a imprescindível formação do clero, entre outras.

Nas sessões conciliares, entre as muitas propostas indicadas em vista do melhoramento textual, encontra-se a percepção, por parte do prelado Melquita, de Mira, José Tawil, da já citada mudança do enunciado no primeiro capítulo. Onde se lia *De catholici Oecumenismi principüs* ("Princípios do ecumenismo católico") doravante seria *De catholicis Oecumenismi principüs* ("princípios católicos do ecumenismo") de modo a evidenciar que há um único ecumenismo no qual cada Igreja cristã participa com seus próprios princípios e convicções (CUESTA, 2004, p. 258; KLOPPENBURG, 1964, p. 359; KLOPPENBURG, 1965, p. 435).

Igualmente relevante é a mudança de método indicada por Monsenhor De Smedt, segundo o qual não basta uma exposição clara da doutrina, mas sim um "diálogo ecumênico" onde a preocupação é também, na linha de João XXIII, a forma em que se deve expor a fé de modo a ser bem aceita e compreendida pelo interlocutor. A nível de exemplo podemos observar no número 4 do capítulo 1 da UR a presença da expressão "*Subsistit*", fruto de longa discussão conciliar na busca de favorecer a melhor aceitação do dogma católico e evidenciar a presença de elementos cristãos para além dos limites visíveis da Igreja.

A proposição do Esquema Preparativo do Concílio tinha sido 'a Igreja de Cristo continua a existir plenamente 'somente' (*solummodo*) na Igreja Católica', mas foi rejeitado logo na Primeira Sessão. Na Segunda Sessão do concílio, o termo empregado voltou e foi novamente rejeitado, então se substituiu '*solummodo*' por '*subsistit in*'. Optou-se por esta fórmula, 'a verdadeira Igreja de Jesus Cristo subsiste na Igreja Católica', justamente para dizer que está nela, mas não somente nela (BRIGHENTI, 2018).

Foi nesse espírito a redação da UR. (CUESTA, 2004, p. 265). Desse modo, ninguém poderá dizer que o texto, após as ricas intervenções aceitas pelos redatores, não tenha alcançado a robustez que era esperada no tocante a esse ponto. O arcebispo maronita de Beirut, no Líbano, Inácio Ziade, apontou com clareza

os três fundamentos principais preconizados no decreto e que lhe dava essa força de persuasão: a) indicação dos elementos da união já existente entre as várias comunidades cristãs, à luz dos quais é possível progredir; b) a afirmação de que os cristãos podem e devem ajudar-se mutuamente, como demonstra a obra do Concílio; e, por fim, c) a declaração explícita de que a união deve ser conseguida sem a supressão da legítima diversidade, ao que serve muito bem a utilização do *subsistit in*. (KLOPPENBURG, 1964, p. 343).

Não menos importantes - e impactantes - foram as modificações propostas por Paulo VI no texto durante a chamada “semana negra” (CUESTAS, 2004, p. 259), onde os prelados e observadores não-católicos viram recuar em alguns pontos certos avanços alcançados durante o processo de formulação do decreto. Para exemplificar, basta-nos conferir as mudanças realizadas pelo papa nos números 14, 16 e 21 da UR (Em anexo).

Ainda assim, a nova eclesiologia resplandece em seus capítulos. Após as várias emendas e recortes realizados, segundo Beozzo (2001, p. 258), o fato inegável é que no segundo esquema, toda perspectiva do decreto sobre o ecumenismo vai na direção de colocar o acento na comunhão já existente entre as diferentes igrejas e não em falar ressaltando a falta de comunhão, ou demais pontos negativos. Tal progresso é a prova de que a UR é, de fato, uma revolução no seio da Igreja católica.

4.3 CONTEÚDO DO DECRETO UR

Uma vez acompanhada a rica e tumultuosa discussão sobre o ecumenismo durante o Concílio e nos atentando, de modo geral, para o progresso realizado entre o primeiro esquema apresentado aos prelados e o último que hoje temos em mãos, cabe-nos doravante, recordar o conteúdo propriamente dito do documento a fim de colhermos seus ensinamentos antes de tratarmos de sua recepção no período pós-conciliar.

Em sua estrutura o Decreto UR, após confessar seu objetivo de restaurar a unidade entre todos os cristãos e evidenciar a moção do Espírito na origem moderna do interesse pela unidade dos cristãos (UR 1), estabelece os princípios católicos do ecumenismo no primeiro Capítulo; em seguida, no segundo capítulo, regula a prática do ecumenismo, para enfim, no capítulo terceiro, redefinir a relação da Igreja Católica

com as demais igrejas e comunidades eclesiais. É perceptível, após refletir sobre 1) as rupturas ocorridas ao longo da história, 2) a emergência do movimento ecumênico moderno, 3) os caminhos necessários para alcançar a unidade, o cuidado em diferenciar a ênfase teológica no tocante a cada ramo cristão (UR 13).

As Igrejas orientais, por exemplo, ainda que não aceitem a autoridade jurídica do papado, possuem inegavelmente a origem apostólica, o episcopado, os sacramentos, por exemplo, a eucaristia. É tão grande a proximidade entre latinos e orientais de origem apostólica que, com o advento da plena unidade eles poderão ter a seu modo a relação devida para com o patriarca do ocidente, o qual deve presidir na caridade. Os protestantes, por sua vez, para os quais a UR evita o nome “Igreja” são reconhecidas em sua eclesialidade uma vez que possuem meios da graça e da salvação, elementos da Igreja de Cristo, a saber, veneração das escrituras, reconhecimento da divindade do Cristo, da Trindade, e o sacramento do batismo.

Olhemos mais de perto essa riqueza textual. Com toda a bagagem reflexiva colhida nas páginas anteriores, poderemos compreender mais profundamente a proposta dos padres conciliares ao legarem para a posteridade o decreto sobre o ecumenismo.

4.3.1 Doutrina Ecumênica do Concílio

No primeiro capítulo do decreto (UR 2) os padres conciliares evocam com forte base bíblica - o que, aliás, se dá em todo o documento - a unidade da Igreja, significada e realizada na Eucaristia, cujo princípio é o próprio Cristo, redentor e unificador do gênero humano em sua unidade com as demais pessoas divinas. Segundo a UR é o Espírito derramado por Jesus Cristo, morto e glorificado, que congrega na unidade da fé os crentes, rege toda a Igreja e realiza aquela maravilhosa *communio* dos fiéis em torno do colégio *apostólico*, *Cum Petrus et Sub Petrus* (UUS 95), aos quais deu o serviço de ensinar, governar e santificar na diversidade de seus ofícios e ministérios.

A Igreja, peregrina em esperança rumo à pátria celeste, é, segundo nosso documento, a realização desse sagrado mistério da unidade, cujo supremo modelo e princípio é a Santíssima Trindade. Vê-se claramente aqui o brilho das reflexões de Yves Congar, no tocante à Igreja sempre a caminho, aberta às reformas em vista do bem maior. Percebe-se, desse modo, o esforço subjacente, já indicado nas páginas

anteriores, de colocar a Igreja Católica como eixo central, em cujo núcleo profundo encontra-se a Trindade, e em torno do qual gravita, sempre em relação a ele, sementes do verbo, resquícios de catolicidade e elementos de eclesialidade.

Tal constatação é reforçada ao conferirmos as últimas emendas autoritativamente impostas ao decreto UR por Paulo VI, quiçá influenciado pela ala mais conservadora do Concílio. Por exemplo, as alíneas 4 e 8 do n.4 da UR, ou mesmo outra parte do decreto em que se dizia “confiada a Igreja” e agora se diz “confiada a Igreja católica” (em Anexo). Percebe-se que Montini faz pequenas correções no texto da UR de modo a: 1) evitar falar diretamente do Espírito Santo em ação fora dos limites visíveis da Igreja; 2) referir-se diretamente ao adjetivo “católica” para melhor evidenciar que toda ação de Deus para além dos limites visíveis da Igreja se dá em algum nível de relação, ainda que misteriosa, com a Igreja visível. Sabemos que o Papa, ao que tudo indica, não era incrédulo quanto à ação do Espírito Santo nos irmãos separados; parece-nos, não obstante, que o temor era de alguma instrumentalização do texto conciliar caso tal verdade estivesse nele exposta sem nenhuma precaução prudencial.

Assim como a mudança do título no capítulo 1 - por nós já explorado outras vezes - insinua a existência do universal impulso à unidade, motivado pela providência, rumo à Igreja de Cristo (ainda que solidária às legítimas diferenças); de igual modo, há o reforço no decreto à ideia de que essa Igreja seja aquela que possui a sucessão petrina entre seus elementos constitutivos. Seria ingenuidade nossa pensar que o texto oficial da Igreja romana, em torno do qual conservadores e progressistas se moveram na redação, não evidenciasse a crença tradicional de que ela seja a única Igreja fundada por Cristo (UR 1 e 4), mesmo que agora, utilizando-se de linguagem caridosa, para não dizer estratégica, evidencie que não existe vazio eclesial além de seus limites visíveis (UUS 13).

[...] só pela Igreja católica de Cristo, que é o meio geral de salvação, pode ser atingida toda a plenitude dos meios salutares [...] o Senhor confiou todos os bens da nova Aliança ao único colégio apostólico, a cuja testa está Pedro, com o fim de constituir na terra um só corpo de Cristo. É necessário que a ele se incorporem plenamente todos os que de alguma forma pertencem ao Povo de Deus (UR 3).

A votação do número 3 do primeiro capítulo aceita a referência não apenas aos indivíduos apartados do catolicismo, no decreto intitulados “irmãos separados” - termo

atrás do qual há vasta teologia (BEA, 1964, p. 95) - como também às comunidades afastadas nas quais, segundo o texto final da UR, há elementos da única Igreja de Cristo e frente aos quais não devemos carregar falsos irenismos e ambiguidades. (KLOPPENBURG, 1965, p. 435). Ademais, entre essas comunidades há incontáveis pessoas que já nasceram, por óbvio, após as cisões históricas e não carregam em si a culpa por tal situação. Não fossem tais elementos estariam sem culpa alheadas da riqueza eclesial.

Adverte ainda, já no número 4 da UR, que o ecumenismo não pode ser considerado apenas como uma nova tática para conseguir conversões. “Ecumenismo não é um apostolado de reconciliação individual. E’ certo também que as duas coisas não se opõem; mas também não se identificam.”¹¹⁷ (KLOPPENBURG, 1965, p. 436). Todavia, havendo o devido amadurecimento das consciências, as tratativas ecumênicas entre as várias denominações resultarão no compromisso de todos, cada qual em seu meio, no que tange à vida em comunhão.

Aparece ainda no n.4 o termo “*Subsistit*” tão discutido no período pós-conciliar. Colocado em lugar do “est” foi o recurso utilizado pelos padres conciliares para, sem negar o ensino tradicional da Igreja, abrir espaço para uma percepção mais clara de elementos da Igreja presentes em meio aos batizados que vivem fora da organização romana, mas que, nem por isso, deixam de apontar para ela.

Aos 29 de junho de 2007, o cardeal William Levada, então prefeito da Congregação para a Doutrina da Fé, esclareceu questões relativas a alguns aspectos da doutrina sobre a Igreja, muito discutidas nos meios mais conservadores. Segundo o documento, o Vaticano II não quis modificar a doutrina eclesiológica anterior ao Concílio, apenas optou, segundo o mesmo cardeal, por desenvolvê-la, aprofundá-la e expô-la com maior fecundidade. Subsistência seria esta perene continuidade histórica da Igreja Católica e a permanência de todos os elementos instituídos por Cristo na mesma igreja, enquanto todos os elementos presentes em outras comunidades cristãs, sendo dons próprios da Igreja de Cristo, impeliriam para a unidade católica.

¹¹⁷ Cumpre recordar que o n. 4 do cap. 1 foi notavelmente modificado pela dificuldade em definir de modo pronto e acabado (com gênero e diferença) o ecumenismo. Segundo o francês Dom J. M. Martin, ele não pode ser entendido como uma nova tática para conseguir conversões, ainda que o apostolado da reconciliação individual não se lhe oponha absolutamente, o certo, contudo, é que o Espírito Santo leve este movimento em direção à unidade de todos os Cristão na única Igreja de Cristo” (KLOPPENBURG, 1965, p. 436).

[...] é correto afirmar que, nas Igrejas e nas comunidades eclesiais ainda não em plena comunhão com a Igreja católica, a Igreja de Cristo é presente e operante através dos elementos de santificação e de verdade nelas existentes, já a palavra "subsiste" só pode ser atribuída exclusivamente à única Igreja católica, uma vez que precisamente se refere à nota da unidade professada nos símbolos da fé, subsistindo esta Igreja "una" na Igreja católica. (CDF, 29 e junho de 2007).

Nesse espírito, seguindo as sábias palavras do Cardeal argentino, Juan Carlos Aramburu, durante o Concílio (KLOPPENBURG, 1964, p. 342), o decreto UR convoca aos fiéis a reconhecerem os sinais dos tempos, assim como todos os vestígios da verdadeira fé onde quer que se encontrem, e participarem de todas as atividades e iniciativas que, com espírito de renovação e reforma, são suscitadas no sentido de favorecer a unidade dos cristãos; tais como 1) os esforços para eliminar palavras juízos e ações que dificultem a boa relação com os irmãos separados; 2) o diálogo estabelecido entre peritos competentes¹¹⁸, 3) a colaboração em certas obrigações que a consciência cristã exige em vista do bem comum, e 4) a oração em comum, onde for possível.

Ao lado de todo o exposto, não poucas igrejas e denominações cristãs vão mais além na identificação de empecilhos à causa da unidade. Acusam a existência do papado, como razão do pouco êxito da busca ecumênica. Porém, desde o princípio, a Igreja católica foi sincera, sem subterfúgios, mostrando aos seus interlocutores sua visão clara a respeito dos sucessores de Pedro (UUS 97). É patente no primeiro capítulo da UR a evidência de que entre os princípios de que parte a Igreja na busca pela unidade encontra-se a importância do primado.

Não dizem alguns que, se desaparecesse o primado do Papa, a unificação das igrejas separadas com a Igreja Católica seria mais fácil? [...] faltando na Igreja de Cristo a autoridade pastoral suprema, eficaz e decisiva de Pedro, a unidade se arruinaria [...] 'Haveria na Igreja tantos cismas como sacerdotes', escreve com razão São Jerônimo. E queiram também considerar que este eixo central, na construção da santa Igreja, não quer constituir supremacia de orgulho espiritual e domínio humano, mas primado de serviço, de ministério e de amor (ES 62).

Vemos, desse modo, a clareza da Igreja ao aproximar-se do moderno movimento ecumênico, não só abrangendo sua perspectiva eclesiológica de modo a

¹¹⁸ De acordo com Kloppenburg (1965, p. 626) os diálogos ecumênicos são para indivíduos de cultura e aprovados da Igreja; mas os simples fiéis podem concorrer para facilitar esse diálogo por meio de uma renovação interior da própria vida cristã, rezando pelos irmãos separados, evitando climas de acusações e ofensas e colaborando em obras de assistência social.

entender a relação das igrejas e comunidades eclesiais consigo; como também atuando com sinceridade, ao deixar claro seu posicionamento teológico, sempre, todavia, na soleira do diálogo. Por detrás dessa exposição encontra-se como pano de fundo toda a eclesiologia por nós tratada nos capítulos anteriores.

4.3.2 A prática do ecumenismo

O capítulo 2 do nosso Decreto trata a respeito do ecumenismo na vida da Igreja e parte do princípio de que a solicitude na restauração da união alcança a todos os batizados, haja vista sua união com Cristo, fonte de toda unidade. A união de Cristo com o Pai e o Espírito, torna-se modelo de comunhão entre os seus seguidores, cada qual com suas capacidades, nas estradas da vida onde a Igreja segue peregrina entre luzes e sombras. O problema é, na ânsia de coexistência pacífica, ceder em pontos irrenunciáveis da fé como se a verdade pudesse ser trocada por uma boa convivência. A comunhão intratrinitária é expressão da verdade que une.

Segundo Kloppenburg (1962, p. 219), a Igreja via com interesse o movimento ecumênico, porém sempre guardando a devida prudência para não ceder a impulsos generosos, mas não iluminados, quanto a doutrina, e para não cair em formas erradas de indiferentismo religioso, ou de interconfessionalíssimo, ou de compromisso, com o risco de agravar as coisas em vez de saná-las (BEA, 1964, p. 76). O assim chamado irenismo ecumênico é de fato bem diferente da verdadeira unidade querida e recomendada por Cristo.

É frente a essa realidade palpável que a ideia de reforma surge cativante. Uma vez superada a visão, subjacente a muitos discursos, de uma igreja em tudo infalível (não só em questões de fé e moral), uma Igreja perfeita a tal modo que até seus erros devam ser tidos como acertos providenciais - o que predispõe até a certo voluntarismo teológico¹¹⁹ - uma vez superado esse exagero, tem-se a tranquilidade de propor humildemente à Igreja que reveja seus caminhos, suas práticas e certos discursos quando esses não alcançaram frutos de comunhão.

Os números 5 e 6 desse capítulo possuem certo cuidado redacional devido à preocupação estilística dos latinistas, o que não deixa evidenciar em alto e bom som a ideia de fundo que consiste na consideração das próprias fragilidades. Porém, o n.

¹¹⁹ Ideia segundo a qual a vontade divina estaria por sobre seu ser racional, de modo a poder ir contra os princípios da lógica e até propor contradições e erros (pecados) à seu bel prazer.

7 apresenta o reconhecimento direto da própria culpa no tocante à perda da unidade. “[...] pedimos humildemente perdão a Deus e aos irmãos separados, assim como também nós perdoamos àqueles que nos ofenderam.” (UR 7). A Igreja, perfeita em sua realidade sobrenatural, naquilo que tange somente ao Senhor, reconhece as muitas falhas providas de seus filhos à frente dessa mesma Igreja peregrina (Y. Congar), estruturada hierarquicamente nesse mundo. Os precursores do ecumenismo Iohan Adam Möhler e Max Josef Metzger prepararam terreno ideal para que, à partir da ideia de uma Igreja mistérica pudéssemos compreender melhor a dupla dimensão, visível (imperfeita) e invisível (perfeita) da Igreja.

No n. 8, há uma sensível mudança em relação ao texto anterior, pois permite agora, na riqueza da colegialidade, sob a autoridade episcopal, maior relação quanto a oração pela unidade que poderá ser feita com ortodoxos e protestantes. Vemos como reverbera no decreto UR toda uma variedade de avanços doutrinários alcançados em documentos do Concílio Vaticano II. A unidade entre os sucessores apostólicos, a crítica ao centralismo que avançou desde o dogma da Infalibilidade em Pio IX (1870), torna-se também testemunho do *aggiornamento* proposto por João XXIII em vista da unidade.

A responsabilidade do bispo em promover a unidade dos Cristãos é afirmada, de modo claro, no Código de Direito Canônico da Igreja latina. “Proceda com humanidade e caridade para com os irmãos que não se encontram em plena comunhão com a Igreja católica, fomentando ainda o ecumenismo, tal como a Igreja o entende.” (Can. 383 §3, CIC 1983). Na mesma linha está o novo documento da PUPUC lançado aos 5 de junho de 2020, sob a presidência do cardeal Kurt Koch: “O bispo e a unidade dos cristãos: *Vademecum* ecumênico.”

Prossegue o texto valorizando a história e missão das igrejas no convite ao conhecimento da “mente dos irmãos separados” (n. 9). Com efeito, muitos males advêm da ignorância. A convivência abranda os ânimos; o diálogo estreita os corações; e, não poucas vezes, certas verdades difíceis de serem digeridas, tornam-se mais facilmente reconhecidas na amizade (VD 46).

Tais abordagens fundadas na ideia de bom trato, cordialidade e bondade tornam-se compreensíveis no corpo do decreto se recordarmos que ele “[...] não se trata de uma constituição dogmática, mas de um decreto pastoral fundado sobre a doutrina exposta na Constituição *De Ecclesia*.” (KLOPPENBURG, 1965, p. 435).

Segundo nosso cronista (1964) já na sala conciliar percebia-se os frutos do diálogo, da amizade e da fraternidade. Tudo levava a crer que as energias se direcionavam no sentido da unidade pois, o isolamento já não é possível em um mundo interligado. Havia uma misteriosa concordância generalizada, impossível anos antes. Era notável as atitudes de simpatia e expectativa para o bem. Ainda que houvesse grupos ultraconservadores saudosos pelo passado, contudo, não eram a maioria. Crescia a certeza de que Cristo quis uma unidade visível. Entre católicos e protestantes, anglicanos e ortodoxos, havia movimentos paralelos em direção a uma vida de fato cristã. A antiga tendência para acusações mútuas havia diminuído, e aumentava o exame de consciência e o reconhecimento das próprias culpas.

Os números 10 e 11 de nosso decreto são de particular relevância para a prática do ecumenismo, pois toca no trato para com a Doutrina. É imperativo o mandato segundo o qual, doravante a teologia, e as outras disciplinas, principalmente as históricas, devam ser ensinadas sob o ponto de vista ecumênico, o que não significa calar ideias, fatos ou mesmo deturpá-los, pois tal prática consiste no já condenado Irenismo (UUS 18). Com efeito, é possível abordar temas e acontecimentos sem espírito polemista, porém com visível abordagem fraterna e conciliatória. Essa regra vale principalmente na formação dos sacerdotes pois, deles depende em grande parte o ensino do laicato.

O ponto de vista ecumênico não se baseia na falsa ideia de que os dogmas estejam ultrapassados, ou mesmo que eles não tenham relevância na prática do diálogo em vista da unidade, especificamente. John H. Newman já havia esclarecido a verdade referente ao progresso histórico das expressões do dogma. O Concílio não abandonou nenhum dos ensinamentos infalíveis do passado, muito ao contrário, mergulhou em seus mistérios a ponto de encontrar novas formas de expressá-lo. “Aquilo que Cristo quis, queremos-lo também nós. O que estava, fica. O que a Igreja por séculos ensinou, ensinamo-lo igualmente [...] o que era meditado, discutido e em parte controvertido, chega agora a uma serena formulação.” (Paulo VI, Clausura da terceira sessão, 21 nov. 1964).

Não por acaso cresceu entre os teólogos a consciência do importante estudo sobre a história dos dogmas e a chamada *hierarquia de verdades* (WOLFF, 2002, p.184). Com efeito, circunstâncias momentâneas do passado, acabaram por supervalorizar certos aspectos acidentais dos dogmas sem excluir, entretanto, seu núcleo essencial. “A expressão da verdade pode ser multiforme. E a renovação das

formas de expressão torna-se necessária para transmitir ao homem de hoje a mensagem evangélica no seu significado imutável.” (UUS 19).

A história dos dogmas deverá, portanto, ter por finalidade mostrar como e por que em determinadas épocas tenha sido ressaltado apenas um dos aspectos da verdade da fé [...] hoje, diante de uma situação ideológica mudada, ainda será possível revelar aspectos até agora não explicitados por causa de situações e problemas dos séculos passados, dentro da plenitude superabundante de uma verdade intemporal revelada por Deus e proclamada pela Igreja. (BEA, 1964, p. 115).

Miremos um exemplo. Desde o início das discussões referentes ao ecumenismo nas comissões preparatórias de 1962, o tema da autoridade papal foi abordado. Sempre houve a ciência de que a unidade visível da Igreja tem o seu centro em Pedro e esta unidade só pode ser conservada com a comunhão de todos os fiéis junto à autoridade instituída por Cristo na terra (UUS 88 e 97). Todavia, a unidade não exige uniformidade. O Cardeal Mercier, ao lado dos grandes precursores do moderno ecumenismo, sentiu bem forte o valor de semelhante afirmação no passado. Cabia a ele dialogar, no respeito a uma série de diferenças, na tentativa de em tudo buscar reconciliação. Com efeito, o ecumenismo pode admitir uma diversidade que respeite tradições, costumes, necessidades próprias de um povo e região. Contudo, “[...] precisamente neste caso, é necessária uma autoridade única que tudo coordene e tudo una.”¹²⁰ (KLOPPENBURG, 1962, p. 215).

Na encíclica UUS, por nós várias vezes citada ao longo dessa dissertação, o Papa João Paulo II, manifesta-se de um modo só compreensível a luz conciliar. Cabe-nos observar na referência abaixo a exata objetivação do propósito enunciado na UR. O que, ademais, comprova outra vez a plena aceitação do Concílio por parte dos sucessores de João XXIII.

[...] ouço a solicitação que me é dirigida para encontrar uma forma de exercício do primado que, sem renunciar de modo algum ao que é essencial da sua missão, se abra a uma situação nova [...] que possamos procurar, evidentemente juntos, as formas mediante as quais este ministério possa realizar um serviço de amor, reconhecido por uns e por outros (UUS 95).

¹²⁰ João Paulo II cita que os participantes na *V Assembleia Mundial da Comissão Fé e Constituição*, do CEI, realizada em Santiago de Compostela, recomendaram que ela “desse início a um novo estudo sobre a questão de um ministério universal da unidade cristã”. Após séculos de duras polémicas, escreve o papa, as outras Igrejas e Comunidades eclesiais cada vez mais perscrutam com novo olhar tal ministério de unidade (UUS 89).

É fato que a Igreja Católica foi reconhecida por vários ecumenistas em seus esforços por favorecer a causa da unidade. Segundo Santa Ana (1987, p. 91), Wilhelm A. Visser't Hooft, primeiro secretário-Geral do CMI, e um dos mentores do movimento ecumênico, pouco antes de morrer, em julho de 1985, sublinhava em artigo a riqueza e a potencialidade do conceito de “hierarquia de verdades” para o diálogo com a Igreja Romana. Com efeito, de acordo com Lubomir Zak (2013, p. 16-17) as palavras da UR admitem não só a legitimidade da diversidade dos métodos teológicos, mas também a possibilidade do melhor aproveitamento da teologia de tradição oriental-ortodoxa. O próprio João Paulo II, na *Oriente Lúmen* (1995) exemplifica visões teológicas do oriente que podem servir de inspiração para a teologia ocidental.

O cardeal Bea, reconhecendo o valor do método apresentado no segundo capítulo da UR afirma que por essa via propositiva procura-se a origem das ideias e sua história; examina-se o ambiente no qual elas nasceram e foram transmitidas e o influxo que sofreram, e desse modo pode-se avançar no caminho ecumênico¹²¹. “Este método moderno, chamado ‘histórico-sociológico’, tira as doutrinas de seu isolamento e coloca-as na grande corrente da tradição.” (KLOPPENBURG, 1962, p. 237). Ora, ninguém duvidará que o fruto da valorização do outro é o afeto fraterno e a consequente possibilidade de uma maior cooperação em vista do bem dos povos, o que por sua vez abre caminhos à unidade universal (UR 12).

4.3.3 Igrejas e Comunidades eclesiais

No capítulo 3 o decreto UR trata a respeito das Igrejas e comunidades eclesiais separadas da Sé romana com o objetivo de realizar “uma prudente ação ecumênica”, haja vista ser possível, e até aconselhável, inclusive, alguma *communicatio in sacris* com as Igrejas orientais, por exemplo (UR 13 e 15).

As Igrejas orientais separadas da Sé romana possuem a sucessão apostólica, o sacerdócio, verdadeiros sacramentos, o que as coloca numa posição muito especial quanto ao diálogo ecumênico. Pudemos perceber ao longo de nossa dissertação o

¹²¹ É interessante recordarmos que também o decreto *Optatum Totius* (OT 16), sobre a formação dos sacerdotes, segue na mesma linha ao afirmar o valor do método genético-progressivo e de se conhecer a realidade cultural, a fim de identificar o que de bom e verdadeiro possui as outras religiões, por exemplo, a fim de que se possa comunicar a plena luz da verdade àqueles que não a tem. O que é um avanço na mesma linha ecumênica do UR (ZAK, 2013, p. 12).

grande esforço de conversações e acordos assumidos entre Oriente e Ocidente na pessoa dos papas.

Em um primeiro momento a UR aborda o caráter e a história próprios dos orientais e recorda que por muito tempo eles estiveram unidos conosco. De fato, grande parte deles se gloriam da origem apostólica, como a Igreja de Roma. Por sua antiguidade e riqueza doutrinal, litúrgica, espiritual e jurídica, em muito influenciaram a Igreja de Pedro. Nosso decreto não deixa de recordar também o fato de que os grandes dogmas do cristianismo foram definidos em concílios celebrados no Oriente que, como nós, canta louvores à Virgem Maria e veneram os santos, mormente os padres da Igreja universal. O fato é que, por causas externas, questões históricas, de gênio, condições de vida, assim como, falta de mútua compreensão e caridade, terminaram por caminhar separadas.

Ainda assim, mesmo separadas da plena comunhão com Roma, a UR reconhece que 1) “pela celebração da Eucaristia do Senhor, em cada uma dessas Igrejas, a Igreja de Deus é edificada, cresce e pela concelebração se manifesta a comunhão entre eles.” (UR 15); 2) elas têm direito de manter suas próprias regras disciplinares, mais apropriadas a seus usos e costumes, o que lhes aumenta a beleza e ajuda no exercício da missão (UR 16); e 3) é legítima a sua diversidade na enunciação teológica das doutrinas, uma vez que o Oriente e o Ocidente usaram métodos e modos diferentes para conhecer e exprimir os mistérios divinos (UR 17). Por tudo isso, declara o Concílio que, para restaurar ou conservar a comunhão e a unidade, é preciso não impor nenhum outro encargo além do necessário (UR 18).

Em poucas linhas vemos o decreto UR trazer à baila elementos de central importância para a epistemologia teológica. No n. 17 (o qual faz eco ao n. 14) o Concílio Vaticano II aborda sucintamente a legitimidade do pluralismo das fórmulas teológicas. Por óbvio, não se estendeu nos meandros do tema por se tratar de um texto pastoral. Contudo, aos olhos de bons entendedores abrem-se, de fato, vastos horizontes (ZAK, 2013, p. 16).

Seria mais fácil, em outros tempos, encontrar tamanha abertura tão somente no tocante à disciplina, encarada de modo prudencial. A respeito das questões disciplinares a Igreja sempre teve em conta, com largueza de vistas, as necessidades dos tempos, os costumes dos povos e as exigências pastorais. Causa-nos admiração, porém, tal postura no tocante a fórmulas teológicas. Bem se vê a ousadia a que chegaram os prelados na sala conciliar.

Quanto às Igrejas e comunidades eclesiais no Ocidente, separadas, principalmente durante o período da reforma ou posteriormente, a UR reconhece que continuam ligadas à Igreja católica por laços de uma peculiar afinidade devido à longa convivência do povo cristão na comunhão eclesial durante os séculos passados. Entretanto, é preciso reconhecer com toda sinceridade, “[...] que entre estas Igrejas e Comunidades e a Igreja católica há discrepâncias consideráveis, não só de índole histórica, sociológica, psicológica, cultural, mas sobretudo de interpretação da verdade revelada.” (UR 19).

Ainda assim, o olhar otimista da UR chama a atenção para o fato de que 1) a confissão da divindade de Cristo, em sua união trinitária com o Pai e o Espírito Santo como único senhor e mediador; 2) ao lado do estudo e respeito pela Palavra de Deus, por eles acolhida sem o necessário contributo do magistério autêntico; 3) e a vida sacramental - em torno A) do batismo, que se devidamente conferido regenera e incorpora o homem em Cristo; e B) da ceia do Senhor que, embora não esteja conservado entre eles na genuína e íntegra substância do mistério eucarístico serve como meio de confissão da fé na comunhão para com Cristo enquanto aguardam sua vinda gloriosa - tudo isso serve como mote para o diálogo ecumênico em vista a melhores relacionamentos e cooperação na busca do bem.

O primeiro ponto citado como base para o fundamento do diálogo entre os irmãos separados do ocidente, a saber, a confissão do Cristo, é uma referência evidente à base estabelecida em Nova Delhi pelo Conselho Mundial, em 1961 (KLOPPENBURG, 1965, p. 439). Este fato demonstra a postura do Concílio de apoiar tudo o que corrobore o processo de união entre os batizados, do contrário, parafraseando nosso decreto, seria o mesmo que opor obstáculos aos caminhos da Providência e prejudicar os impulsos do Espírito Santo. (UR 24).

Na exortação Apostólica *Verbum Domini* (30 de setembro de 2010) o Papa Bento XVI chama a atenção para o fato de que os momentos de estudo, diálogo e celebração ecumênicas da Palavra são, realmente, úteis para promover a unidade entre católicos e membros de outras denominações,¹²² uma vez que se tornam oportunidade de aprofundar o papel decisivo do magistério na legítima interpretação dos textos sagrados além de ir criando ambiente para a promoção de traduções em comum da bíblia (VD 46).

¹²² Completa, porém, que momentos como esses não devem ser propostos aos fiéis em substituição à Santa Missa nos dias de receito.

Portanto, a Igreja reconhece entre eles uma vida cristã que produz frutos, uma sincera caridade para com o próximo, o desejo de aderir à palavra de Deus, e um vivo sentido de justiça. Todos esses bens, de algum modo os orienta à Igreja de Cristo haja vista toda essa realidade ser querida por Jesus na comunhão plena do seu corpo místico (CDF, 2007). Destarte, os católicos, instruídos pelos legítimos princípios enunciados no concílio, devem buscar o contato ecumênico com eles mantendo-se fiéis à verdade recebida dos apóstolos e dos Padres ao longo dos séculos, e atuando conforme à fé que a Igreja católica sempre professou, sem descuidar de, ao mesmo tempo, tender àquela plenitude mercê da qual o Senhor quer que cresça o Seu corpo no decurso dos tempos (UR 24).

Ao término do texto conciliar, há um reconhecimento daquilo que nossos precursores católicos do ecumenismo já haviam anunciado. Vem-nos à mente, figuras heroicas como Paul Wattson e Padre Paul Couturier, arautos do ecumenismo espiritual. O propósito de reconciliar todos os cristãos na unidade de uma só e única Igreja excede a capacidade humana. Por isso, o ecumenismo coloca toda a sua esperança na oração de Cristo pela Igreja, no amor do Pai para conosco e na virtude do Espírito Santo (UR 24). Com efeito, ao buscarmos a reunião de todos os seres humanos no único redil do salvador, estamos lidando com realidades psicológicas, histórias, traumas, entre outras realidades subjetivas, que nos escapam. Só Deus em sua onipotência e onisciência pode, em Sua divina providência, agir nos corações, à partir da interioridade de cada um, de modo a, pouco a pouco, conduzir os seres humanos à unidade em torno do Cristo.

4.4 A RECEPÇÃO DO DECRETO UNITATIS REDINTEGRATIO

Uma vez explorado o decreto UR, tendo como pano de fundo o esforço investigativo dos capítulos anteriores, o que nos permitiu uma compreensão mais clara do texto, cabe-nos agora descobrir qual a recepção do decreto UR no pós Concílio, principalmente na América Latina e no Brasil.

Antes de mais nada, recordemos que o Brasil, desde suas origens, foi marcado pelos traços do catolicismo português. Veremos mais à frente que, inclusive, os esforços do protestantismo para fixar-se em solo nacional, foram dificultados pela presença da coroa portuguesa. O fato é que o protestantismo sempre foi visto na terra de Santa Cruz pintado com as piores cores, o que explica em muito a tensão existente

desde então entre as várias confissões religiosas que para aqui vieram e o catolicismo nacional.

De acordo com Oliveira e Campos (2020) com a Proclamação da República (1889) e a consequente separação oficial ente Igreja e Estado sob o ideário de liberdade religiosa, surgiu um sentimento crescente de, dada a nova situação de pertença a um estado não confessional e de tendência agnóstica, fortalecer o poder e a atuação da Igreja católica no mundo temporal.

O crescimento do protestantismo desde a sua chegada, a partir da última metade do século XIX ¹²³- Congregacional (1855), Batista (1859), Presbiteriana (1862), Metodista (1878) e Episcopal (1889) - também motivou esse desejo de "colocar o catolicismo no centro do poder" (GONÇALVES, 2010, p. 153).

Em 1920, seguia avançado o processo de secularização da cultura e de urbanização nacional, o que levou Dom Sebastião Leme (1882-1942), arcebispo do Rio de Janeiro, a liderar um movimento cujo escopo era recatolizar o Brasil com o apoio de lideranças leigas. Influenciados pelo anti-protestantíssimo das autoridades eclesiásticas, os membros da chamada Ação Católica firmaram-se em posicionamentos rígidos quanto a relação da Igreja católica com outras denominações.

Entretanto o clima de intolerância não existia somente por parte do catolicismo. "Os periódicos protestantes criados no Brasil durante as últimas décadas do século XX e primeiros anos do século XX foram os instrumentos pioneiros utilizados como propagadores do ataque ou contra-ataque ao catolicismo." (GONÇALVES, 2010, p. 155).

Nesse clima sociocultural nasce a Revista *A Ordem* (1921) e o Centro Dom Vital (1992), no Rio de Janeiro, sob a direção de seu fundador, o político ultramontano Jakson de Figueiredo Martins (1891-1928), famoso jornalista e advogado converso ao catolicismo. Se no início a revista *A Ordem* esteve impregnada de ultramontanismo, em suas edições posteriores, após o Concílio Vaticano II, percebemos a interação com as propostas do magistério da Igreja:

¹²³ Sabe-se que em 1555 houve a primeira tentativa de instalação do protestantismo no Brasil por parte dos huguenotes franceses (França Antártica). Com efeito, em 1557 ocorreu o primeiro culto protestante em terras brasileiras com apoio do rei Henrique II. Entretanto, a empreitada fracassou. Os holandeses fizeram a segunda tentativa. Organizaram a Primeira Igreja Reformada do Brasil (1625), traduziram o Novo Testamento em língua indígena e publicaram um catecismo em holandês, português e tupinambá. Também fracassaram. Pelos próximos 150 anos não houve incursão protestante no Brasil. (RAIMUNDO, 2006, p. 275-276)

É, realmente ecumênica a preocupação de todas as Igrejas Cristãs no sentido da efetiva realização dos direitos humanos no mundo de hoje em todos os setores, principalmente no econômico e social, acabando com a miséria e o desemprego, a fim de que a criatura humana esteja definitivamente no pleno gozo da sua dignidade, feita à imagem e semelhança de Deus. (ORDEM, A., 1974, p. 86).

No momento em que o então presidente do Brasil, Artur Bernardes, de perfil conservador, levantava o debate acerca da reforma constitucional, Jakson de Figueiredo propunha nos idos de 1925 as emendas que tratavam da obrigatoriedade do ensino religioso e do reconhecimento da religião católica como religião oficial do Brasil.

Sua oposição ao comunismo e postura antiliberal marcaram os passos da revista durante sua vida com forte apoio do padre Leonel Franca (1893-1948), renomado apologista católico. Com a publicação da obra “A Igreja, a Reforma e a Civilização”, Leonel Franca, além da defesa à Santa Sé, demonstrava o posicionamento “unificado” de toda a Igreja contra as críticas de caráter protestante segundo as quais o Catolicismo seria um fator de atraso das nações.

Jakson de Figueiredo dará grande apoio à obra do autor até o seu falecimento; após o qual, Alceu Amoroso Lima (1893-1983), assumida a direção dos trabalhos, muda o perfil da revista, que passa a seguir uma linha muito mais religiosa, filosófica e cultural do que política (Ibidem, 2020, p. 276).

Com a instituição da Liga Eleitoral católica (LEC), criada para influenciar os rumos políticos do país, apoiada por Dom Leme, Padre Leonel Franca e Alceu A. Lima alcançam na promulgação da Constituição de 1934 que a mesma fosse em nome de Deus, com a proibição do divórcio e uma legislação trabalhista pró-católica, entre outras vitórias eleitorais (PCPUC, 2020, p. 285). Tais evidências históricas mostram a força que pode alcançar uma organizada ação publicitária por parte de instituições fundadas em nobres ideais.

Frente a tantos avanços do catolicismo em solo nacional, a reação protestante não se fez esperar. Na década de 1930, da junção do Comitê Brasileiro de Cooperação, CBC (1920), da Federação das Igrejas Evangélicas do Brasil, FIEB (1931), e do Conselho Evangélico de educação religiosa no Brasil, idealizada pelo pastor presbiteriano Erasmo de Carvalho Braga (1877-1932)¹²⁴, foi criada em 1934 a

¹²⁴ Erasmo Braga também organizou a primeira *Conferência Regional no Rio de Janeiro* (1916) para discutir um plano geral para o protestantismo brasileiro.

Confederação Evangélica do Brasil (CEB), entre outros motivos, frente ao fortalecimento do catolicismo no governo de Getúlio Vargas onde o protestantismo era associado ao processo de invasão ideológica e cultural norte-americana (WATANABE, 2012, p. 165; WOLFF, 2002, p. 83-85; RAIMUNDO, 2006, p. 287-289). O movimento de amplitude continental chamado “Igreja e Sociedade na América Latina” - ISAL, por sua vez, foi o fruto de uma nova responsabilidade social crescente e da conscientização religioso-política de esforços ecumênicos do protestantismo.

Após crise de liderança devido à presença de Gustavo Corção (1896-1978), outro respeitado líder católico, que sairá das fileiras do grupo Dom Vital, a revista *A Ordem* seguiu envolvendo-se com questões políticas, apesar de crises financeiras que iam surgindo, até forçá-la a ser extinta em 1990. Finalmente, na mesma época, a criação do Centro Ecumênico de Informações (CEI) exerceria forte apoio para avanço do trabalho ecumênico.

Outro polemista adverso ao protestantismo foi Padre Júlio Maria de Lombaerde, (1878-1944), fundador da revista *O Lutador*, em 1928, de forte teor antiprotestante; hoje, porém, mais aberta às luzes trazidas pelo Concílio Vaticano II. “Sem dúvida, o padre Júlio Maria fez por merecer o dito nome de martelo do protestantismo, pois, foi um dos escritores polemistas que mais publicaram textos de caráter antiprotestante no Brasil.” (GONÇALVES, 2010, p. 158). Ainda hoje, grupos tradicionais, como a SSVM, publicam textos do autor. Tais associações, insistindo em manter, por exemplo, o antigo Rito Romano, preservam também uma literatura de caráter revanchista.

Só mais tarde, com maior diálogo surgido nos espaços acadêmicos, o acesso a espaços plurais de diálogo - como revistas e eventos de grupos ecumênicos (Centro Ecumênico de Documentação e informação CEDI, Comissão de Estudos de História da Igreja na América Latina CEHILA, Instituto Superior de Estudos da Religião ISER) - e a postura das alas progressistas da Igreja Católica pós Vaticano II, em favor da crítica social e do diálogo ecumênico, permitiram aos protestantes, muitos deles perseguidos durante a ditadura militar, e católicos progressistas, a construção de espaços onde se desenvolveu uma numerosa produção de estudos voltados para o fenômeno religioso no Brasil, a defesa dos direitos humanos e da justiça social (WATANABE, 2012, p. 164-165).

Esse histórico ajuda-nos a entender o motivo de, até hoje, haver em meio ao povo brasileiro certa dificuldade de convivência com o diferente. Há, de fato, um

preconceito velado que se mostra também em questões relacionadas à cor (quiçá devido ao fato de os negros praticarem cultos religiosos africanos, também eles demonizados pelo catolicismo nacional e pelo protestantismo).

Entretanto, como vimos, soprava no mundo um vento novo pelos idos de 50 e 60 do século passado, e o Concílio Vaticano II soube canalizar os novos ares na produção de textos que serviram de base para a construção de novas mentalidades. Se avançava no Brasil grupos integristas de caráter conservador, aos poucos padres e religiosos que estudaram na Europa trouxeram, gradativamente, uma nova visão de Igreja mais aberta e encarnada. Com efeito, havia no Brasil grande número de missionários que acabavam influenciando o clero nacional com outras visões de mundo inovadoras provindas do encanto que os movimentos bíblicos, litúrgico, ecumênico, entre outros, causavam nos que os conheciam.

Com o término do Concílio Vaticano II a organização em torno da ideia de promover a causa da unidade fez-se sentir. Refere-nos Goyret e Blanco (2018, p. 110) que findado o Concílio, surge em 1967, através do Pontifício Conselho para a Promoção da Unidade dos Cristãos, o Diretório Ecumênico, reformulado em 1970 e apresentado sob nova versão aos 25 de Março de 1993 como *Diretório para a aplicação dos princípios e normas sobre o ecumenismo*. Dois anos depois, João Paulo II lançará a Encíclica *Ut Unum Sint*, o primeiro documento de um papa dedicado integralmente al ecumenismo em toda a história da Igreja. No mesmo sentido a PCPUC lançou o documento *Ecumenismo e formação Pastoral* (1997) e a CDF lançou a Declaração *Mysterium Ecclesiae* (1973), a carta *Communione Notio*, sobre alguns aspectos da Igreja entendida como comunhão (1992), a nota *Dominus Iesus*, sobre a unicidade e a universalidade salvífica de Jesus Cristo e da Igreja (2000) e as *Respostas a algumas perguntas acerca da doutrina sobre a Igreja* (2007).

Em 2020, foi lançado pelo PCPUC, com a devida aprovação do Papa Francisco, "O bispo e a unidade dos cristãos: Vademecum Ecumênico" com o objetivo de auxiliar os sucessores dos apóstolos no serviço de unidade junto às suas dioceses¹²⁵. Na segunda parte do documento são apresentadas as atuais propostas de relação da Igreja Católica com outros cristãos: 1) O ecumenismo espiritual - oração, conversão e santidade em prol da unidade. 2) O Diálogo de Amor - encontros quotidianos fraternos de cooperação entre batizados. 3) O Diálogo da Verdade -

¹²⁵ CDC (1983) - Can. 383 §3

respeito pela doutrina e 4) O Diálogo de vida - encontro e colaboração ecumênico-pastoral (PCPUC, 2020, p. 16-31).

A Igreja, enquanto unidade de catolicismos nacionais na região da América Latina, também começou a organizar-se após o término do Concílio. Ainda que o Brasil estivesse ocupado em seus conflitos históricos difusos de ojeriza pelo protestantismo nacional, sem deixar, todavia, de ser revidado por ele, pois, também o protestantismo era reativo, surgia um movimento cada vez maior de organização em nível supranacional para trabalhar em prol dos ideais inovadores nascidos no Concílio Vaticano II.

Recorda-nos Wolff (2012, p. 162) que o Conselho Episcopal Latino-Americano - CELAM¹²⁶, não teve em seus primórdios as marcas da busca pela unidade das igrejas cristãs dada a carência histórica de consciência ecumênica reinante nos idos de 1955. Sua preocupação naquele tempo era quase exclusivamente intraeclesial, na linha do Concílio Plenário da América Latina de 1890, realizado em Roma, e afirmava de modo um tanto apologético a Igreja diante do mundo e das outras religiões (SOUZA, 2008, p.130).

A situação começou a mudar em Medellín (1968) onde, à luz do Vaticano II, o espírito ecumênico foi sustentado por uma perspectiva de libertação integral que tomava a teologia e através da percepção positiva dos outros ramos cristãos no continente. Com efeito, na II CELAM houve a presença e a participação ativa de 11 representantes de outras igrejas.

Em contrapartida, o próprio meio protestante deu um forte testemunho de busca pela unidade em torno da década de 70. O espírito de unidade e diálogo mostrou-se irrefragável e persistiu em Puebla (1979). “É a partir de Medellín que surge na Igreja Católica do continente uma teologia que abre espaços para a perspectiva ecumênica [...] As referências concretas de Puebla ao ecumenismo ocupam um espaço mais amplo [...]” (WOLFF, 2012, p. 163).

Vale a pena tomarmos como exemplo uma parcela do episcopado nacional a fim de percebermos como no Brasil não havia ainda um sentimento formado de pertença supranacional ao ideal de ecumenismo, por exemplo. Isso servirá para mostrar que, no Brasil, apesar dos avanços mundiais do ecumenismo, não havia uma

¹²⁶ O Conselho Episcopal Latino-Americano - CELAM foi criado antes do Concílio, no Rio de Janeiro, em 1955 sob o pontificado de Pio XII. Seu objetivo é articular os bispos da igreja católica no continente em torno a causas comuns (SOUZA, 2008).

tomada de consciência em bloco, nacional, do valor das novidades teológicas apresentadas. Pensemos na Igreja da Amazônia.

Os bispos da Amazônia, em seus encontros episcopais anteriores ao Vaticano II,¹²⁷ ressentem-se dos grandes investimentos no meio protestante (por exemplo, transportes motorizados, propaganda moderna e ajuda financeira vinda do exterior) e se assustam com sua expansão, sem, contudo, como é compreensível, planejar modos de aproximação em vista do diálogo.¹²⁸

Até mesmo o famoso Documento de Santarém (1972), cujas diretrizes básicas eram a Encarnação na realidade e a Evangelização Libertadora, não toca no tema do ecumenismo, apesar da força de Medellín. Somente mais tarde, em 1974, propor-se-á, junto ao Conselho Indigenista Missionário - CIMI¹²⁹, entrar em convênio para cooperação “com institutos de outras entidades ou profissões religiosas que tenham finalidade e objetivos comuns.”¹³⁰ No mesmo sentido, em 1997, já sob o influxo de Puebla e Santo Domingo, os bispos da Amazônia propõem como uma das atitudes fundamentais da sua igreja o testemunho do diálogo que “paciente e humilde, baseado na aproximação pessoal, ajuda a superar o fanatismo e o proselitismo.”¹³¹

Cumprir destacar o caráter ecumênico das Comunidades Eclesiais de base - CEBs¹³² onde desenvolve-se na prática a eclesiologia do Povo de Deus e se destaca o sacerdócio comum dos batizados como expressão da novidade conciliar na América Latina (LOPES, 2012, p. 96-97). Elas adquirem um caráter oficial em Medellín e Puebla, o que reverbera, por exemplo, no citado projeto missionário da região amazônica até hoje marcada por forte presença ativa do laicato.¹³³ “Não é difícil verificar o alcance ecumênico da proposta eclesiológica das CEBs. A eclesiologia do Povo de Deus, o sacerdócio comum dos fiéis, a centralidade da Palavra e a inserção social as aproximam da eclesiologia evangélica.” (WOLFF, 2019, p. 272). Foi o

¹²⁷ O Primeiro encontro dos bispos da Amazônia em Manaus ocorreu de 2 a 6 de junho de 1952, antes, portanto, da fundação da própria CNBB, aos 14 de outubro de 1952. Entre os bispos da Amazônia houve uma, como que, intuição geral da colegialidade quase dez anos antes do Concílio e a percepção difusa da pertinência do laicato na missão por força da própria situação de carência eclesiástica no espaço de missão.

¹²⁸ CONFERÊNCIA NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL – CNBB, 2014, p.198 a 200.

¹²⁹ Organismo vinculado à CNBB, criado em 1972, com o objetivo de garantir o direito à diversidade cultural dos indígenas em um mundo pluricultural, igualitário e democrático. (cimi.org.br)

¹³⁰ CONFERÊNCIA NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL – CNBB, ibidem, p. 49.

¹³¹ CONFERÊNCIA NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL – CNBB, ibidem, p. 28.

¹³² DM XV, 10

¹³³ “A criação de Comunidade Cristã de Base tem que ser um dos objetivos primários da Pastoral Amazônica.” DOCUMENTO DE SANTARÉM. In CONFERÊNCIA NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL, ibidem, p. 18.

trabalho de base que começou gerar em meio ao laicato, acompanhado por seus líderes religiosos, uma nova visão religiosa a respeito do “diferente”, presente em meio a sociedade.

A IV conferência episcopal em Santo Domingo (1992), da qual participaram observadores não católicos, traz uma novidade, apesar de não ser expressiva sua abordagem ecumênica tradicional.¹³⁴ A conferência reflete a questão da cultura e da inculturação (DSD 243-251) qual mote para a emergência do diálogo com a diferença e permite a percepção dos vários rostos do único Cristo nas várias realidades e denominações cristãs sem desconsiderar a necessária relação da América latina com a Igreja universal (LOPES, 2012, p. 103-108). A busca pela descoberta do melhor rosto do Cristo (PAULO VI, 21 nov. 1964) torna-se pretexto para o diálogo e a interação entre as diversas orientações (WOLFF, 2002, p. 164).

O avanço do interesse ecumênico por parte das conferências episcopais latino-americanas fez-se sentir também na V Conferência Geral do Episcopado em Aparecida. O texto conclusivo trata diretamente da problemática ecumênica do número 225 ao 239, porém, o tema encontra-se qual pano de fundo em todas três partes que compõem o documento. “Esperamos que a promoção da unidade dos cristãos, assumida pelas conferências episcopais, se consolide e frutifique sob a luz do Espírito Santo.” (DAp. 222).

Frente a esse percurso que assume, passo a passo, os novos ideais ecumênicos do Concílio na América Latina e no Brasil, percebemos, ainda hoje, que o ecumenismo não foi assimilado devidamente pela grande massa dos católicos de forma profunda e transformadora. Devido ao surgimento das mídias sociais todos falam sobre todos os assuntos, o que não significa que certas verdades foram de fato assimiladas. Basta-nos recordar as tensões geradas durante a V Campanha da Fraternidade Ecumênica de 2021, onde grupos leigos ultraconservadores, levantaram-se nas redes sociais para atacar abertamente o esforço pela unidade da CF-2021.

Se ao longo do território nacional, foram surgindo iniciativas pela unidade, também, avolumaram-se grupos defendendo posturas opostas. O texto base da CF-

¹³⁴ No próprio discurso inaugural do papa (12/10/92) não há referência aos observadores. Ademais, nenhuma vez é abordada em Santo Domingo o aspecto ecumênico como parte da “nova evangelização”, entretanto há uma visão ecumênica mais abrangente presente para além da simples relação entre instituições.

2021 afirma em seu manual que a V Campanha Ecumênica foi o resultado de um amplo mutirão ecumênico, que certamente se ampliará e será mais diverso ao longo de sua realização (CONIC/CNBB/ CF-2021, 2020, p.15). Entretanto, isso mostra o esforço da Igreja enquanto hierarquia em prol do Ecumenismo e não sua real assimilação em meio à massa dos cristãos. Principalmente se recordarmos que a campanha deu-se ao longo da Pandemia, o que criou uma nova situação a ser avaliada.

Temos figuras paradigmáticas como Dom Helder Câmara, Leonardo Boff, Dorothy Mae Stang, entre outros que, se não são combatidos por uma parte expressiva da população católica nem por isso são conhecidos quanto ao pensamento mais avançado que propõem. Cristãos como os três citados poderiam ser apresentados como modelos do ideário ecumênico, de boa convivência com o “diferente”, que propõe os amantes do Vaticano II. No tempo da mídia corremos o risco de confundir imagens divulgadas com o conhecimento investigativo ou assimilação de ideias.

O fato é que muitas pessoas desconhecem o conteúdo do documento por nós estudado. Sua riqueza e os amplos horizontes conceituais que propõem, são ignorados por grande parcela dos agentes de pastoral. Nós, presbíteros, que vivemos em meio ao povo e ao clero, somos testemunhas da situação de descaso em que a UR se encontra. É preciso trazer à baila o decreto UR por meio de cursos e divulgações virtuais que alcancem grande parcela da população católica nas paróquias e principalmente nos seminários para formação presbiteral (WOLFF, 2004).

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Após o longo percurso investigativo realizado, ficou clara a existência desde o início da era cristã do desejo de unidade, perceptível, por exemplo, na escolha - por parte dos hagiógrafos - de textos neo-testamentários reveladores da discórdia e divisão nas comunidades cristãs nascentes. Os autores bíblicos não simplesmente relatavam fatos, mas os selecionavam, inspirados por Deus, num esquema pedagógico e ilustrativo a fim de orientar os cristãos em seus conflitos (*Verbum Domini*, VD 29).

É patente como a Igreja Católica, ciente do escândalo das divisões, buscou por vários meios atrair ao seu redil aqueles que, culturalmente dispersos, marcados pelo cisma ou ligados ao paganismo, encontravam-se afastados da Sé petrina. Frente à pouca eficácia dos métodos utilizados, baseados como estavam na ideia de mero *redditus* à estrutura hierárquica romana, ocorreu, ao longo dos séculos, um regresso gradativo às tessituras da Revelação onde a Igreja mostrava o seu rosto original. Sabemos, no entanto, das intempéries desse caminho hermenêutico.

Se com a queda de Roma (sec. IV d.C.) e o consequente aparelhamento da religião cristã, houve uma tendência a supervalorizar seu aspecto visível-institucional, hierárquico e jurídico; em contrapartida, homens de escol ao fitarem a fé nas brumas do passado foram redescobrando o caráter pneumático, mistérico e de comunhão do corpo místico de Cristo (Romanos 12, 4-6; Efésios 5, 23; Colossenses 1, 24); o qual, análogo ao composto humano (VS 50), guarda a mais íntima relação entre visível e invisível na dualidade corpo - alma (*Sínolo*).

Os reveses históricos, as ruínas do império ocidental a solicitar a figura de um poder centralizador, os horrores das invasões bárbaras, as dificuldades de diálogo cultural oriente-ocidente, os novos conchavos políticos com reinos emergentes, o avanço das *cimitarras* muçulmanas, “as preocupações da vida e a ilusão das riquezas” (Mateus 13, 22); tudo isso fez da Igreja - também ela tributária ao seu tempo, condicionada à sua época - uma fortaleza fechada em si mesma, reativa, com muralhas bem definidas, para salvaguardar sua própria existência e *status quo*.

Ao longo do primeiro capítulo, principalmente na exposição referente à questão romana (1861-1929), vimos que a preocupação da Igreja com assuntos temporais colocava-a em conflitos que geravam barreiras na busca pela unidade entre as igrejas. Ao tornar-se inimiga do seu tempo, a modernidade, e rebelar-se contra o ideal político-

liberal-democrático, por exemplo, fechou os olhos para o que havia de positivo no núcleo mais profundo dessas propostas, a saber, o resgate da subjetividade, o esclarecimento (*Aufklärung*), a ideia de justa autonomia e o respeito pelo aspecto da individualidade (VS 40). O extremo oposto implicava a subjugação pela força, a obsessão pela uniformidade, a rudeza frente ao adversário, o “não” ao diálogo entre iguais. “A verdade sem a caridade torna-se intolerante e repele; a caridade sem a verdade é cega.” (BEA, 1964, p. 127).

Com essa mentalidade autossuficiente e triunfalista, perceptível na linguagem autorreferente da *Unam Sanctam* (Bonifácio VIII - 1302), tornava-se difícil ver no outro algo além de um mero receptor passivo. Perante as comunidades cristãs que não aceitavam seu ministério, o romano pontífice proclamou em alta voz que fora da Igreja e sem submissão à sua pessoa não haveria salvação. Também ali, no núcleo mais profundo de seu magistério, havia uma verdade inexplorada. Foi preciso a pedagogia do tempo para desvelar ante os olhos da *ecclesia docens* que para além dos limites visíveis da comunidade Católica, não existe o vazio eclesial (UUS 13).

Investigamos no segundo capítulo do nosso trabalho como precursores do ecumenismo foram pouco a pouco descortinando esse mistério, principalmente - dentro do catolicismo - no rastro da *nova teologia*, fruto em muitos aspectos dos esforços de Leão XIII (*Aeterni Patris* - 1879) em recuperar as riquezas do verdadeiro tomismo, até chegarmos na eclesiologia do Concílio Vaticano II. O fato de o protestantismo ter nascido também de uma crítica à rigidez hierárquica e jurídica do catolicismo, entre eles uma visão mais difusa da Igreja fez-se sentir. Não é de se estranhar que, com o tempo, o contato entre essas duas referências (material e espiritual) da eclesiologia cristã acabassem por gerar algumas sínteses nas mentes mais esclarecidas em meio à turbamulta dos agentes da modernidade.

Ao pesquisarmos a biografia de alguns dos precursores do ecumenismo advindos das mais diversas denominações cristãs, verificamos como ao longo da vida eles criaram interações, as quais, ao lado da solidariedade gerada pela dor e tantos conflitos dispersos pelo ocidente, sem esquecermos a mão da providência, acabaram por equilibrar em suas mentes a necessária relação, de fundo bíblico, entre o caráter visível e invisível da Igreja, sua realidade estrutural e seu aspecto pneumático. Basta-nos recordar as relações de Iohan Adam Möhler ou de Congar com protestantes ao longo de suas vidas, para ficarmos em um único exemplo.

É na atmosfera dessa nova eclesiologia do Concílio Vaticano II, capaz de aquilatar o valor dos múltiplos aspectos da Igreja de Cristo, que nós, no terceiro capítulo, abordamos o decreto UR em suas várias partes como fruto complexo da modernidade. Primeiro, introduzindo-nos na natureza do movimento ecumênico ali apresentada de modo a perceber que “[...] o ecumenismo, o movimento a favor da unidade dos cristãos, *não é só uma espécie de apêndice*, que se vem juntar à actividade tradicional da Igreja. Pelo contrário, pertence organicamente à sua vida e ação” (UUS 20). Em segundo lugar, refletindo sobre os princípios católicos do ecumenismo, para seguir no estudo da prática ecumênica apresentada pela Igreja, até chegarmos no terceiro capítulo do decreto onde tratamos a problemática das igrejas e comunidades eclesiais separadas da sé romana. Toda essa abordagem, tendo como pano de fundo o valor e a necessidade do ecumenismo espiritual, levou-nos a uma compreensão profunda do texto conciliar onde ocorre uma síntese avançada de todo o processo descortinado nos capítulos anteriores.

Finalmente, na conclusão mostramos as reverberações do decreto UR no pós-concílio. Nossa pesquisa evidenciou a situação de retrocesso em que se achava o Brasil quanto à prática ecumênica devido à conjuntura histórica de revanchismo entre protestantes e católicos presentes em solo nacional. Uma investigação no tocante a Medellín, Puebla e Santo Domingo, revelaram a crescente abertura da América latina ao projeto de busca de unidade entre todas as Igrejas; apesar de, em tempos atuais, ainda que validados no mesmo percurso ecumênico pela V Conferência Geral do Episcopado em Aparecida, tenhamos presenciado nas redes sociais o forte ataque de grupos conservadores às propostas ecumênicas do CONIC durante a V Campanha da Fraternidade Ecumênica de 2021. Enfim, terminamos por concluir a necessidade de maior divulgação e promoção do decreto conciliar UR, desconhecido por muitos ou não compreendido em sua beleza e profundidade teológico-pastoral.

REFERÊNCIAS

- ABBAGNANO, Nicola. **Dicionário de Filosofia**. 5. ed. rev. São Paulo: Martins Fontes, 2007.
- ALBERIGO, Giuseppe (org.). **História do Concílio Vaticano II: a formação da consciência conciliar**. Tradução de José Maria de Almeida. Petrópolis: Vozes, 2000.
- ALMEIDA, Antônio José de. João XXIII, o papa do Concílio. "Veio um homem enviado por Deus cujo nome era João." **Rev. Pistis Prax. Teol. Pastor**. Curitiba, v.4, n.2, p.357-393, jul./dez. 2012.
- AMÉRIO, Romano. **Iota Unum** - Um estudo das mudanças na Igreja Católica no século XX. Rio de Janeiro: Permanência, 2020.
- ANDRADE, Weverson Marques de. **Religião, educação e utopia na obra Pampaedia de Jan Amós Comenius**. (Dissertação de Mestrado em Ciência da Religião - Universidade Metodista de São Paulo). São Bernardo do Campo, 2018. Disponível em: <http://tede.metodista.br/jspui/bitstream/tede/1788/2/Weverson%20Marques%20de%20Andrade.pdf>. Acesso em: 14 jan. 2022.
- AQUINO JÚNIOR, Francisco de. A Igreja católica e o movimento ecumênico. Na celebração dos 50 anos de abertura do Concílio Vaticano II. **Revista Eclesiástica Brasileira**, v. 72, n. 285, p. 162-170, 18 fev. 2012.
- BARRETO JR., Raimundo César. O Movimento ecumênico e o surgimento da responsabilidade social no protestantismo brasileiro. **Númen Revista de Estudos e Pesquisa da Religião**, v. 10, n. 1 e 2, 2010, p. 273-323. Disponível em: <file:///C:/Users/Usu%C3%A1rio/Downloads/21824-Texto%20do%20artigo-86203-1-10-20111125.pdf>. Acesso em: 22 nov. 2022.
- BARROS, Marcelo. El ecumenismo y los 50 años del Vaticano II. **HORIZONTE - Revista de Estudos de Teologia e Ciências da Religião**, v. 9, n. 24, p. 1221-1232, 5 jan. 2011.
- BARROS, Marcelo. **O sonho da paz**. A unidade nas diferenças: Ecumenismo religioso e o diálogo entre os povos. Petrópolis: Vozes, 1996.
- BEA, Agostinho. **A união dos cristãos**. Problemas e princípios, obstáculos e meios, realizações e perspectivas. Trad. Otto Engel e Lúcia Thereza Lessa. Petrópolis: Editora Vozes Limitada, 1964.
- BEATO, André Felipe Gomes. **A Igreja Católica e o Movimento Ecumênico: da Conferência de Edimburgo ao II Concílio do Vaticano (1910-1965)**. (Dissertação de Mestrado em Teologia - Universidade Católica Portuguesa, Faculdade de Teologia). Lisboa, 2018. Disponível em: <https://repositorio.ucp.pt/handle/10400.14/25681>. Acesso em: 19 jul. 2022.

BENCKE, Romi Márcia. As organizações de base ecumênica e o fortalecimento das redes de parceria e de cooperação para o desenvolvimento transformador. *In*: BOCK, C. G.; GARCIA, D.; MENEZES, M. N. (Org.) **Fé e transformação**: papel e relevância das organizações de base ecumênica. São Leopoldo: Sinodal; Quito: CLAI, 2016. p. 54-62.

BENTO XV. **Breve Romanorum Pontificum**. 25 de fevereiro de 1916. Disponível em: https://www.vatican.va/content/benedict-xv/it/briefs/documents/hf_ben-xv_briefs_19160225_romanorum-pontificum.html. Acesso em: 17 set. 2021.

BENTO XV. **Carta Encíclica Pacem Dei Munus**, sobre a restauração cristã da paz. 23 de maio de 1920. Disponível em: https://www.vatican.va/content/benedict-xv/en/encyclicals/documents/hf_ben-xv_enc_23051920_pacem-dei-munus-pulcherrimum.html. Acesso em: 15 set. 2021.

BENTO XVI. **Constituição Apostólica Anglicanorum Coetibus, sobre a instituição de ordinariatos pessoais para anglicanos que entram na plena comunhão com a Igreja Católica**. 04 de novembro de 2009. Disponível em: https://www.vatican.va/content/benedict-xvi/pt/apost_constitutions/documents/hf_ben-xvi_apc_20091104_anglicanorum-coetibus.html. Acesso em: 19 set. 2021.

BENTO XVI. **Exortação Apostólica pós-sinodal Verbum Domini**. Sobre a Palavra de Deus na vida e na missão da Igreja. 6 Ed. Número 194. São Paulo, Paulinas, 2011.

BENTO XVI. **Mensagem por ocasião das celebrações para o quinto centenário da ostensão da Túnica sagrada em Trier**, Alemanha. 06 de abril de 2012. Disponível em: https://www.vatican.va/content/benedict-xvi/pt/messages/pont-messages/2012/documents/hf_ben-xvi_mes_20120406_sacra-tunica.html. Acesso em: 02 set. 2022.

BEOZZO, José Oscar. **Padres Conciliares Brasileiros no vaticano II**: Participação e Prosopografia (1959-1965). (Tese de Doutorado em Teologia – Universidade de São Paulo - USP, 2001). Disponível em: <https://teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8138/tde-17092002-124007/publico/tdeOscarbeozzo.pdf>. Acesso em: 3 de fev. 2023.

BÍBLIA SAGRADA. Edição Pastoral. São Paulo: Paulus, 2004.

BOFF, Clodovis. **Teoria do Método Teológico**. 6. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2015.

BONIFÁCIO VIII. **Bula Pontifícia Unam Sanctam**. 18 de novembro de 1302. Disponível em: <https://www.montfort.org.br/bra/documentos/decretos/unamsanctam/>. Acesso em: 17 set. 2021.

BRAKEMEIER, Gottfried. **Preservando a Unidade do Espírito no Vínculo da Paz**. São Paulo: ASTE, 2004.

BRAKEMEIER, Gottfried. Reflexões Teológicas sobre o Ecumenismo Brasileiro. **Rev. Estudos Teológicos**. São Leopoldo - RS, V.31, n. 1, p. 9-19, (1991). Disponível em:

http://periodicos.est.edu.br/index.php/estudos_teologicos/article/view/984/950. Acesso em: 04 set. 2022.

BRIGHENTI, Agenor. A ação pastoral em tempos de mudança: Modelos obsoletos e balizas de um novo paradigma. **Vida Pastoral**, São Paulo, v. 56, n. 302, mar./abr. 2015. Disponível em: <<http://www.vidapastoral.com.br/artigos/temas-pastorais/a-acao-pastoral-em-tempos-demudanca-modelos-obsoletos-e-balizas-de-um-novo-paradigma/>>. Acesso em: 23 dez. 2022.

BRIGHENTI, Agenor. **Do exclusivismo católico ao diálogo ecumênico e inter-religioso**. Ameríndia. 23 de março de 2018. Disponível em: <https://amerindiaenlared.org/contenido/12357/do-exclusivismo-catolico-ao-dialogo-ecumenico-e-interreligioso-em-que-o-vaticano-ii-mudou-a-igreja-10/>. Acesso em: 13 fev. 2023.

BUTELLI, Felipe Gustavo Koch. As organizações de base ecumênica e sua relação com as igrejas históricas. In: BOCK, Carlos Gilberto; GARCIA, D.; MENEZES, M. N. (Org.) Fé e transformação: papel e relevância das organizações de base ecumênica. São Leopoldo: Sinodal; Quito: CLAI, 2016.

CALDEIRA, Rodrigo Coppe. O Concílio Vaticano II como objeto de leitura: a formação das culturas conciliares. **HORIZONTE - Revista de Estudos de Teologia e Ciências da Religião**, v. 17, n. 54 p.1526, 31 dez. 2019.

CALDEIRA, Rodrigo. Coppe. Os baluartes da tradição: a antimodernidade católica brasileira no Concílio Vaticano II. **HORIZONTE - Revista de Estudos de Teologia e Ciências da Religião**, v. 7, n. 15, p. 178, 20 dez. 2009.

CÂMARA, Dom Jaime de Barro. **Apontamentos de História eclesiástica**. 2 ed. São Paulo: Editora Vozes, 1945.

CAMURÇA, Marcelo. Dossiê, Igreja Católica e modernidade contemporânea. **Rev. Estudos de Religião**. V. 27, n. 2; p. 117-122; jul/dez. 2013. Disponível em: <https://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:oPJh4zfrVLUJ:https://dialnet.unirioja.es/descarga/articulo/6342583.pdf&cd=44&hl=pt-PT&ct=clnk&gl=br>. Acesso em: 14 jun. 2022.

CELAM. Documento de Aparecida: Documento conclusivo da V Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano e do Caribe. Brasília-São Paulo: Edições CNBB-Paulus-Paulinas, 2008.

CIPRIANI, Gabriele. Da fraternidade à comunhão: o ecumenismo do papa Francisco. **Caminhos de Diálogo**, [S. l.], v. 6, n. 8, p. 8-18, 2018. Disponível em: <https://periodicos.pucpr.br/caminhosdedialogo/article/view/24603>. Acesso em: 8 set. 2022.

COGGIOLA, Osvaldo. A Historiografia entre modernidade e contemporaneidade. **Intelligere, Revista de História Intelectual**, nº 12, pp. 1-15. 2021. Disponível em: <http://revistas.usp.br/revistaintelligere>. Acesso em: 6 maio 2022.

CONIC/CNBB/ Campanha da fraternidade ecumênica - 2021: Manual, Brasília: Edições CNBB 2020.

COMBLIN, José. **A força da palavra**. Petrópolis: Vozes, 1956.

COMBLIN, José. As grandes incertezas na Igreja atual. **Revista Eclesiástica Brasileira**, [S. l.], v. 67, n. 265, p. 36–58, 2007. Disponível em: <https://revistaeclesiacabrasileira.itf.edu.br/reb/article/view/1539>. Acesso em: 27 out. 2022.

COMBLIN, José. O ressurgimento do tradicionalismo na teologia latino-americana. **Revista Eclesiástica Brasileira**, [S. l.], v. 50, n. 197, p. 44–75, 1990. Disponível em: <https://revistaeclesiacabrasileira.itf.edu.br/reb/article/view/3064>. Acesso em: 10 set. 2022.

COMISSÃO EPISCOPAL PARA A AMAZÔNIA - CNBB. A missão da Igreja na Amazônia. Os desafios de ontem, de hoje e de sempre. *In*: CNBB. Desafio Missionário - Documentos da Igreja na Amazônia. Coletânea. Brasília: Edições CNBB, 2014.

CONGREGAÇÃO PARA A DOCTRINA DA FÉ. **Carta aos bispos da Igreja Católica sobre alguns aspectos da Igreja entendida como comunhão**. 28 de maio de 1992. Disponível em: https://www.vatican.va/roman_curia/congregations/cfaith/documents/rc_con_cfaith_doc_28051992_communionis-notio_po.html. Acesso em: 27 jan. 2022

CONGREGAÇÃO PARA A DOCTRINA DA FÉ. **Respostas a questões relativas a alguns aspectos da doutrina sobre a Igreja**. 29 de junho de 2007. Disponível em: https://www.vatican.va/roman_curia/congregations/cfaith/documents/rc_con_cfaith_doc_20070629_responsa-quaestiones_po.html. Acesso em: 23 nov. 2022.

CONGREGAÇÃO PARA A DOCTRINA DA FÉ. **Comentário às respostas a questões relativas a alguns aspectos da doutrina sobre a Igreja**. 29 de Junho de 2007. Disponível em: https://www.vatican.va/roman_curia/congregations/cfaith/documents/rc_con_cfaith_h_doc_20070629_commento-responsa_po.html. Acesso em: 25 de nov. 2022.

CONGREGAÇÃO PARA A DOCTRINA DA FÉ. **Declaração Dominus Iesus, sobre a unicidade e a universalidade salvífica de Jesus Cristo e da Igreja**. 06 de agosto de 2000. Disponível em: https://www.vatican.va/roman_curia/congregations/cfaith/documents/rc_con_cfaith_doc_20000806_dominus-iesus_po.html. Acesso em: 07 nov. 2021.

CONGREGAÇÃO PARA A DOCTRINA DA FÉ. **Declaração *Mysterium Ecclesiae*. Acerca da doutrina católica sobre a Igreja para a defender de alguns erros hodiernos**. 24 de junho de 1973. Disponível em: https://www.vatican.va/roman_curia/congregations/cfaith/documents/rc_con_cfaith_doc_19730705_mysterium-ecclesiae_po.html. Acesso em: 05 de nov. 2022.

CONGREGAÇÃO PARA A DOCTRINA DA FÉ. **Normas complementares à Constituição Apostólica *Anglicanorum coetibus***. 04 de novembro de 2009. Disponível em: <https://www.vatican.va/content/vatican/pt.html>. Acesso em: 03 ago. 2022.

CONSELHO PONTIFÍCIO PARA A PROMOÇÃO DA UNIDADE DOS CRISTÃOS. **Diretório para aplicação dos princípios e normas sobre o ecumenismo. N. 132.** São Paulo: Paulinas, 2018.

CONSTITUIÇÃO DOGMÁTICA DO CONCÍLIO ECUMÊNICO VATICANO II **Lumen Gentium, sobre a Igreja.** 21 de Novembro de 1964. Disponível em: https://www.vatican.va/archive/hist_councils/ii_vatican_council/index_po.htm. Acesso em: 11 fev. 2021.

CONSTITUIÇÃO PASTORAL DO CONCÍLIO ECUMÊNICO VATICANO II. **Gaudium et Spes, sobre a Igreja no mundo atual.** de Dezembro de 1965. Disponível em: https://www.vatican.va/archive/hist_councils/ii_vatican_council/index_po.htm. Acesso em: 17 set. 2021.

CONTIERO, Tiago Tadeu. **O mundo na Igreja e a Igreja no mundo: reflexões sobre o Concílio Vaticano II e a modernidade.** (Doutorado em Ciência da Religião - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo - PUC SP). São Paulo-SP, 2017. Disponível em: <https://tede2.pucsp.br/bitstream/handle/20827/2/Tiago%20Tadeu%20Contiero.pdf>. Acesso em 10 jun. 2022.

COSTA, Leocelso. A Cruzada Albigense: uma análise Historiográfica. **Revista Horizontes Históricos** [online] 2018, v.1, n.1, p. 68. Disponível em: <https://www.seer.ufs.br/index.php/HORIZONTES/article/view/10404>. Acesso em: 23 ago. 2022.

COUTO, Antônio Sílvia. **A Igreja peregrina à luz da Trindade na eclesiologia de Yves Congar.** Lisboa: Didaskalia, 2004.

CRISTIANI, Monsenhor. **Breve história das heresias.** Tradução de José Aleixo Dellagnelo. São Paulo: Flamboyant, 1962.

CUESTA, Juan Cruz Aranz. **História de la redacción del Decreto.** Diálogo Ecumênico. XXXIX, n.124-125 (2004) 243-271. (Universidad Pontificia de Salamanca). Disponível em: <https://summa.upsa.es/high.raw?id=0000002284&name=00000001.original.pdf>. Acesso em: 7 de dez.2022.

DECLARAÇÃO CONJUNTA DO PAPA PAULO VI E DO PATRIARCA ATENÁGORAS DE CONSTANTINOPLA. 07 de dezembro de 1965. Disponível em: <https://www.veritatis.com.br/declaracao-conjunta-papa-paulo-vi-e-patriarca-atenagoras/>. Acesso em: 07 fev. 2022.

DECLARAÇÃO CONJUNTA POR OCASIÃO DA COMEMORAÇÃO CONJUNTA CATÓLICO-LUTERANA DA REFORMA. 31 de outubro de 2016. Disponível em: <https://www.vatican.va/content/francesco/pt/events/event.dir.html/content/vaticanevents/pt/2016/10/31/dichiarazione-congiunta.html>. Acesso em: 07 fev. 2022.

DECLARAÇÃO DO CONCÍLIO ECUMÊNICO VATICANO II NOSTRA AETATE, SOBRE A IGREJA E AS RELIGIÕES NÃO CRISTÃS. 28 de outubro de 1965. Disponível em:

https://www.vatican.va/archive/hist_councils/ii_vatican_council/index_po.htm. Acesso em: 17 set. 2021.

DECRETO DO CONCÍLIO ECUMÊNICO VATICANO II AD GENTES, SOBRE A ATIVIDADE MISSIONÁRIA DA IGREJA. 7 de dezembro de 1965. Disponível em: https://www.vatican.va/archive/hist_councils/ii_vatican_council/index_po.htm. Acesso em: 12. fev. 2022.

DECRETO DO CONCÍLIO ECUMÊNICO VATICANO II OPTATAM TOTIUS, SOBRE A FORMAÇÃO SACERDOTAL. 28 de Outubro de 1965. Disponível em: https://www.vatican.va/archive/hist_councils/ii_vatican_council/index_po.htm. Acesso em: 17 fev. 2022.

DECRETO DO CONCÍLIO ECUMÊNICO VATICANO II UNITATIS REDINTEGRATIO, SOBRE O ECUMENISMO. 21 de Novembro de 1964. Disponível em: https://www.vatican.va/archive/hist_councils/ii_vatican_council/documents/vat-ii_decree_19641121_unitatis-redintegratio_po.html. Acesso em: 10 de jan. 2021.

DE LUBAC, Henri. **Paradoxo e mistério**. São Paulo: Herder, 1969.

DE MATTEI, Roberto. **O Concílio Vaticano II** - Uma história nunca escrita. São Paulo: Ambientes e Costumes, 2019.

DIAS, Zwinglio Motta. Alonga estrada ecumênica. Suplemento Especial de Tempo e Presença. **Tempo e Presença, revista bimestral de Koinonia**. Ano 22 - n. 309. Jan./fev. 2000. Disponível em: https://kn.org.br/protestantes/uploads/novidades/Tempo-e-Presenca_309.pdf. Acesso em: 22 jun. 2022.

DIAS, Zwinglio Motta. O Movimento Ecumênico: História e Significado. **Numen, Revista de estudos e pesquisa da religião**. Juiz de Fora, v. 1 n. 1 (1998): Numen 01, p. 127-163. Disponível em: <https://periodicos.ufjf.br/index.php/numen/article/view/21763>. Acessado em: 20 ago. 2022.

DISCURSO DE SUA SANTIDADE PAPA JOÃO XXIII NA ABERTURA SOLENE DO CONCÍLIO VATICANO II. 11 de outubro de 1962. Disponível em: https://www.vatican.va/content/john-xxiii/pt/speeches/1962/documents/hf_j-xxiii_spe_19621011_opening-council.html. Acesso em: 26 fev. 2022.

DISCURSO DO PAPA FRANCISCO AOS MEMBROS DA COMISSÃO MISTA INTERNACIONAL PARA O DIÁLOGO ENTRE A IGREJA CATÓLICA E AS IGREJAS ORTODOXAS ORIENTAIS. 23 de junho de 2022. Disponível em: <https://www.vatican.va/content/francesco/pt/speeches/2022/june/documents/20220623-dialogo-teologico.html>. Acesso em: 16 out. 2022.

DISCURSO DO PAPA PAULO VI NA SOLENE INAUGURAÇÃO DA 2ª SESSÃO DO CONCÍLIO VATICANO II. 29 de Setembro de 1963. Disponível em: <http://conciliovaticanoii.com.br/21/>. Acesso em: 07 fev. 2021.

DISCURSO DO PAPA PAULO VI NA ÚLTIMA SESSÃO PÚBLICA DO CONCÍLIO ECUMÊNICO VATICANO II. 7 de dezembro de 1965. Disponível em: https://www.vatican.va/content/paul-vi/pt/speeches/1965/documents/hf_p-vi_spe_19651207_epilogo-concilio.html. Acesso em: 25 ago. 2022.

EGG, Tucco. **Igreja entre aspás**: somos pedra ou gente? Joinville: Grafar, 2011.

FEDELI, Orlando. **Antropoteismo**. São Paulo: Flos Carmeli, 2018.

FEDELI, Orlando. **Carta a um Padre**. Considerações acerca do Concílio Vaticano II. São Paulo: Veritas - Martins Fontes, 2018.

FERREIRA, Antônio Luiz Catelan. A noção de comunhão nos escritos eclesiológicos de Yves Congar no período pré-conciliar. **Revista Eclesiástica Brasileira**, v. 77, n. 307, p. 577-597, 7 ago. 2017.

FRANCISCO. Carta Encíclica Fratelli Tutti, sobre a fraternidade e a amizade social. 03 de outubro de 2020. Disponível em: https://www.vatican.va/content/francesco/pt/encyclicals/documents/papa-francesco_20201003_enciclica-fratelli-tutti.html. Acesso em: 21 set. 2021.

FRANCISCO. Carta Encíclica Laudato Si, sobre o cuidado da casa comum. 24 de maio de 2015. Disponível em: https://www.vatican.va/content/francesco/pt/encyclicals/documents/papa-francesco_20150524_enciclica-laudato-si.html. Acesso em: 18 set. 2021.

FRANCISCO. Exortação Apostólica Evangelii Gaudium, sobre o anúncio do evangelho no mundo atual. 24 de novembro de 2013. Disponível em: https://www.vatican.va/content/francesco/pt/apost_exhortations/documents/papa-francesco_esortazione-ap_20131124_evangelii-gaudium.html. Acesso em: 17 set. 2021.

FRANGIOTTI, Roque. História das Heresias - (Séculos I-VII). São Paulo: Paulus, 1995.

GALVÃO, José Maykel André; ANJOS, Leonys Cristyan de Macedo dos; OLIVEIRA, Ítalo Mateus Dutra de. **O ecumenismo em Yves Congar: Uma compreensão de reforma e tradição**. In: I Semana Nacional de Teologia, Filosofia e Estudos de Religião e I Colóquio Filosófico, MOSSORÓ - RN, 2020. Disponível em: <https://www.doity.com.br/anais/semana-nacional-teo-filos-e-cr-simp-filos/trabalho/126540>>. Acesso em: 28 nov. 2022.

GONÇALVES, Carlos Barros. As Polêmicas Antiprotetantisimo nas primeiras Décadas do Século XX: Cuiabá 1926, 1927. Fronteiras, Dourados, MS, v. 12, n. 21, p. 151-178, jan./jun. 2010. Disponível em: <file:///C:/Users/Usu%C3%A1rio/Downloads/eduufgd,+Art+8+-+Carlos+Barros.pdf>. Acesso em: 13 fev. 2023.

GOYRET, Philip; BLANCO, Pablo. Llamados a la unidad. Teologia Ecumênica. Madrid: Ediciones Palabra, 2018.

GOPEGUI, Juan A. Ruiz de. O Concílio Vaticano II quarenta anos depois. **Revista Perspectiva Teológica**, [S. l.], v. 37, n. 101, p. 11, 2005. Disponível em:

<https://www.faje.edu.br/periodicos/index.php/perspectiva/article/view/412>. Acesso em: 7 maio 2022.

GREGÓRIO XVI. Carta Encíclica *Mirari Vos*, sobre os principais erros do seu tempo. 15 de agosto de 1832. Disponível em: <https://www.vatican.va/content/gregorius-xvi/it/documents/encyclica-mirari-vos-15-augusti-1832.html>. Acesso em: 16 ago. 2021.

HÄRING, Bernard. Minha participação no Concílio Vaticano II. **Revista Eclesiástica Brasileira**, v. 54, n. 214, p. 380-400, 30 jun. 1994.

HILLMAN, Eugene. *As Várias moradas. Os católicos diante do pluralismo religioso*. São Paulo: Loyola, 1997.

HORTAL, Jesus. *E haverá um só rebanho. História, doutrina e prática católica do ecumenismo*. São Paulo: Edições Loyola, 1989.

IGREJA CATÓLICA. Documentos de Gregório XVI e de PIO IX (1846- 1878). Org. Geral Lourenço Costa. Trad. Darci L. Marin. São Paulo: Paulus, 1999. (Coleção Documentos da Igreja, vol. 6)

IULIANELLI, Jorge Atílio Silva. O dom da unidade: Passos ecumênicos da Igreja Católica Romana. Suplemento Especial de Tempo e Presença. **Tempo e Presença, revista bimestral de Koinonia**. Ano 22 - n. 309. Jan./fev. 2000. Disponível em: https://kn.org.br/protestantes/uploads/novidades/Tempo-e-Presenca_309.pdf. Acesso em: 22 jun. 2022.

JOÃO PAULO I. **Homilia do papa João Paulo I durante a Missa celebrada na praça de São Pedro**. 03 de setembro de 1978. Disponível em: https://www.vatican.va/content/john-paul-i/pt/homilies/documents/hf_jp-i_hom_03091978.html. Acesso em: 03 jun. 2022.

JOÃO PAULO II. **Carta apostólica Orientale Lumen, no centenário da Orientalium Dignitas de Leão XIII**. 02 de Maio de 1995. Disponível em: https://www.vatican.va/content/john-paul-ii/pt/apost_letters/1995/documents/hf_jp-ii_apl_19950502_orientale-lumen.html. Acesso em: 15 ago. 2022.

JOÃO PAULO II. **Carta Encíclica Ut Unum Sint, sobre o empenho ecumênico. 25 de maio de 1995**. Disponível em: https://www.vatican.va/content/john-paul-ii/pt/encyclicals/documents/hf_jp-ii_enc_25051995_ut-unum-sint.html. Acesso em: 12 fev. 2021.

JOÃO PAULO II. **Carta Encíclica Veritatis Splendor. Sobre algumas questões fundamentais do ensinamento moral da Igreja**. São Paulo: Paulinas, 1993.

JOÃO PAULO II. **Constituição Apostólica Pastor Bonus, sobre a cúria romana**. 28 de junho de 1988. Disponível em: https://www.vatican.va/content/john-paul-ii/pt/apost_constitutions/documents/hf_jp-ii_apc_19880628_pastor-bonus-index.html. Acesso em: 13 fev. 2021.

JOÃO XXIII. **Carta Apostólica em forma de Motu Proprio Superno Dei, para a para a constituição das camissões preparatórias do Concílio Ecumênico**. 05 de

junho de 1960. Disponível em: https://www.vatican.va/content/john-xxiii/es/apost_letters/1960/documents/hf_j-xxiii_apl_19600605_superno-dei.html. Acesso em: 04 jan. 2023.

JOÃO XXIII. **Carta encíclica Ad Petri Cathedram, sobre o conhecimento da verdade, restauração da unidade e da paz na caridade**. 29 de junho de 1959. Disponível em: https://www.vatican.va/content/john-xxiii/pt/encyclicals/documents/hf_j-xxiii_enc_29061959_ad-petri.html. Acesso em: 07 fev. 2022.

JOÃO XXIII. **Carta apostólica sob forma de motu próprio, Consilium. 02 de fevereiro de 1962**. Disponível em: https://www.vatican.va/content/john-xxiii/pt/motu_proprio/documents/hf_j-xxiii_motu-proprio_19620202_concilium.html. Acesso em: 14 dez. 2022.

JOÃO XXIII. **Constituição Apostólica Humanae Salutis, para a convocação do Concílio Vaticano II**. 25 de dezembro de 1961. Disponível em: https://www.vatican.va/content/john-xxiii/pt/apost_constitutions/1961/documents/hf_j-xxiii_apc_19611225_humanae-salutis.html. Acesso em: 04 set. 2022.

KASPER, Walter Cardeal. **Guia para uma espiritualidade ecumênica**. São Paulo: Paulinas, 2007.

KEHL, Medard. **A Igreja. Uma eclesiologia católica**. São Paulo: Loyola, 1997.

KLOPPENBURG, Boaventura. **Concílio Vaticano II**. v. I. (Documentário preconiliar). Petrópolis: Vozes, 1962.

KLOPPENBURG, Boaventura. **Concílio Vaticano II**. v. II. (Primeira Sessão). Petrópolis: Vozes, 1963.

KLOPPENBURG, Boaventura. **Concílio Vaticano II**. v. III. (Segunda Sessão). Petrópolis: Vozes, 1964.

KLOPPENBURG, Boaventura. **Concílio Vaticano II**. v. IV (Terceira Sessão). Petrópolis: Vozes, 1965.

KORNER, Konrad. A loucura e o escândalo da cruz de Cristo na religião atual. **Revista de Cultura teológica**. São Paulo, v.15 - N. 58 - jan./mar. 2007.

LEPARGNEUR, Hubert. Impactos eclesiológicos do “Filioque”. **Revista Eclesiástica Brasileira**, [S. l.], v. 63, n. 251, p. 555–569, 2003. DOI: 10.29386/reb.v63i251.1776. Disponível em: <https://revistaeclesiasticabrasileira.itf.edu.br/reb/article/view/1776>. Acesso em: 12 Jun. 2023.

LEÃO XIII. **Breve Provida Matris, sobre a devoção ao Espírito Santo**. 15 de maio de 1895. Disponível em: https://www.vatican.va/content/leo-xiii/it/briefs/documents/hf_l-xiii_brief_18950505_provida-matris.html. Acesso em: 10 ago. 2021.

LEÃO XIII. **Carta Apostólica Apostolicae Curae, sobre as ordenações inglesas.** 13 de setembro de 1896. Disponível em: https://www.vatican.va/content/leo-xiii/la/apost_letters/documents/litterae-apostolicae-apostolicae-curae-13-septembris-1896.html. Acesso em: 17 set. 2021.

LEÃO XIII. **Carta apostólica Orientalium Dignitas, sobre a preservação e proteção da disciplina oriental.** 30 de novembro de 1894. Disponível em: https://www.vatican.va/content/leo-xiii/la/apost_letters/documents/hf_l-xiii_apl_18941130_orientalium-dignitas.html. Acesso em: 20 fev. 2021.

LEÃO XIII. **Carta Apostólica Unitatis Christianae, aos Coptas.** 11 de junho de 1895. Disponível em: https://www.vatican.va/content/leo-xiii/la/apost_letters/documents/hf_l-xiii_apl_18950611_unitatis-christianae.html. Acesso em: 19 nov. 2021.

LEÃO XIII. **Carta Encíclica Divinum illud múnus, sobre a presença e virtude admirável do Espírito Santo.** 09 de maio de 1897. Disponível em: https://www.vatican.va/content/leo-xiii/es/encyclicals/documents/hf_l-xiii_enc_09051897_divinum-illud-munus.html. Acesso em: 22 dez. 2021.

LEÃO XIII. **Carta Encíclica Inscrutabili Dei Consilio, sobre os males da sociedade moderna, suas causas e seus remédios.** 21 de abril 1878. Disponível em: https://www.vatican.va/content/leo-xiii/pt/encyclicals/documents/hf_l-xiii_enc_21041878_inscrutabili-dei-consilio.html. Acesso em: 7 set. 2021.

LEÃO XIII. **Carta Encíclica Aeterni Patris, sobre a restauração da filosofia cristã conforme a doutrina de Santo Tomas de Aquino.** 04 de agosto de 1879. Disponível em: https://www.vatican.va/content/leo-xiii/es/encyclicals/documents/hf_l-xiii_enc_04081879_aeterni-patris.html. Acesso em: 12 set. 2021.

LE GOFF, Jacques. **A História deve ser dividida em pedaços?** São Paulo: Unesp, 2015.

LIBÂNIO, João Batista. A Igreja que sonhamos construir. **Revista Eclesiástica Brasileira**, [S. l.], v. 65, n. 260, p. 787–816, 2005. DOI: 10.29386/reb.v65i260.1625. Disponível em: <https://revistaeclesiasticabrasileira.itf.edu.br/reb/article/view/1625>. Acesso em: 12 nov. 2022.

LIBÂNIO, João Batista. Concílio Vaticano II: Em busca de uma primeira compreensão. São Paulo, Loyola, 2005.

LOPES, Leandro José. A teologia do laicato na Constituição Dogmática Lumen Getium e nas conferências gerais do episcopado da América latina. (Dissertação de Mestrado- PUCRS). Porto Alegre, 2012. Disponível em: <https://tede2.pucrs.br/tede2/bitstream/tede/5856/1/438775.pdf>. Acesso em: 5 fev. 2023.

MANOEL, Ivan Aparecido. **O pêndulo da história: tempo e eternidade no pensamento católico (1800-1960).** Maringá: Eduem, 2004.

MANSFIELD, Patti Gallagher. **Como um novo Pentecostes: Relato histórico e testemunhal do dramático início da Renovação Carismática Católica**. 3. ed. Rio de Janeiro: Edições Louva-a-Deus, 1995.

MATEUS, Odair Pedroso. **Crepúsculo: Pequenos escritos ecumênicos**. São Paulo: Emblema, 2008.

MAUTI, Ricardo Miguel. El significado ecuménico de la obra de Johann Adam Möhler [en línea]. **Gregorianum**. Ano 2021, 102 (2); Disponível em: <https://repositorio.uca.edu.ar/handle/123456789/11558>. Acesso em: 5 de jun. 2022.

MENDONÇA, Antônio G. Protestantes, pentecostais e ecumênicos. São Bernardo do campo: UESP, 1997.

MIKUSZKA, Gelson Luiz. A Reforma Protestante e a ação evangelizadora da Igreja católica. **Revista Eclesiástica Brasileira**, v. 77, n. 305, p. 55-73, 8 ago. 2017.

MOSCONI, Pe. Luis. As duas cartas de Pedro. São Paulo: Paulinas, 2002. (Coleção Estudos Bíblicos)

MOURA, Ana Maria da Silva; SANTOS, Cláudia. **História Moderna**. Vol. 1 - Rio de Janeiro: Fundação CECIERJ, 2010.

NAVARRO, Juan Bosch. **Para compreender o ecumenismo**. São Paulo: Edições Loyola, 1995.

OESTERREICHER, John. O povo judeu diante do concílio. In: IDOC-C/4. Ecumenismo das religiões. O catolicismo obrigado a sair do seu gueto. Petrópolis: Vozes limitada, 1971.

OLIVEIRA, Plínio Corrêa de. Revolução e Contra-Revolução. (Edição comemorativa dos 50 anos de publicação). São Paulo: Artpress Gráfica e Editora Ltda., 2009.

OLIVEIRA, Natalia C. de; CAMPOS, Nêvio de. Padre Leonel Franca: articulações religiosas no Centro Dom Vital e na Liga Eleitoral Católica. *Intellèctus*, ano XIX, n. 2, 2020, p. 267-291. Disponível em: <file:///C:/Users/Usu%C3%A1rio/Downloads/53856-196351-1-PB.pdf>. Acesso em: 17 mar. 2023.

OLIVEIRA, Pedro Rubens Ferreira; LIMA, Degislano. Nóbrega. de. O papa Francisco na agenda do Concílio Vaticano II: por uma Igreja servidora e pobre, a serviço do Evangelho e do Reino. **HORIZONTE - Revista de Estudos de Teologia e Ciências da Religião**, v. 19, n. 59, p. 582, 31 ago. 2021.

ORDEM, A. Órgão do Centro Dom Vital. V. 71, n. 2 Julho/Setembro, 1974. Disponível em: http://memoria.bn.br/pdf/367729/per367729_1974_00002.pdf. Acesso em: 25 fev. 2022.

PASTOR, Felix Alexandre. Deus e a Práxis. **Perspectiva Teológica**, [S. l.], v. 17, n. 42, p. 179, 1985. Disponível em: <https://www.faje.edu.br/periodicos/index.php/perspectiva/article/view/1927>. Acesso em: 9 maio 2022.

PASSOS, Paulo. Neopentecostalismo na mentalidade do povo brasileiro: um deslocamento da fé para o mercado. **HORIZONTE - Revista de Estudos de Teologia e Ciências da Religião**, v. 7, n. 15, p. 167-177, 20 dez. 2009.

PAULO VI. Carta Encíclica *Ecclesiam Suam*, sobre os caminhos da Igreja. 06 de agosto de 1964. Disponível em: https://www.vatican.va/content/paul-vi/pt/encyclicals/documents/hf_p-vi_enc_06081964_ecclesiam.html. Acesso em: 14 nov. 2021.

PAULO VI. Constituição Apostólica *Regimini Ecclesiae Universae*. 15 de agosto de 1967. Disponível em: https://www.vatican.va/content/paul-vi/la/apost_constitutions/documents/hf_p-vi_apc_19670815_regimini-ecclesiae-universae.html. Acesso em: 09 dez. 2021.

PAULO VI. DISCURSO DO PAPA PAULO VI NA CLAUSURA DA TERCEIRA SESSÃO DO CONCÍLIO ECUMÊNICO VATICANO II. 21 de Novembro de 1964. Disponível em: https://www.vatican.va/content/paul-vi/pt/speeches/1964/documents/hf_p-vi_spe_19641121_conclusions-iii-sessions.html. Acesso em: 27 dez. 2022.

PEREGRINAÇÃO ECUMENICA DO PAPA FRANCISCO A GENEVRA POR OCASIÃO DO 70º ANIVERSÁRIO DA FUNDAÇÃO DO CONSELHO MUNDIAL DAS IGREJAS. 21 de junho de 2018. Disponível em: https://www.vatican.va/content/francesco/pt/speeches/2018/june/documents/papa-francesco_20180621_pellegrinaggio-ginevra.html. Acesso em: 22 dez. 2022.

PEREIRA, Ricardo da Silva. A beatificação de John Henry Newman: Há 20 anos da Ex Corde Ecclesiae. **Razão e Fé**, Pelotas, 13(1): 61-76, Jan. Jul./2011. Disponível em: <file:///C:/Users/Adm/Downloads/2611-Texto%20do%20artigo-8426-1-10-20190724.pdf>. Acesso em: 17 set. 2022.

PIAZZA, Waldomiro. *Religiões da Humanidade*. 2. ed. São Paulo: Loyola, 1991.

PINHEIRO, Fernando Filinto Machado. A doutrina da predestinação em João Calvino e suas conotações agostinianas: reflexos no elã missionário presbiteriano no Brasil no século XIX. (Dissertação de Mestrado em Ciências da Religião - Universidade Federal de Sergipe), São Cristóvão, SE, 2017. Disponível em: <https://ri.ufs.br/handle/riufs/6678>. Acesso em: 27 ago. 2022.

PIO IX. Carta Encíclica *Quanta Cura*, sobre os principais erros da época. 08 de dezembro de 1864. Disponível em: <https://www.vatican.va/content/pius-ix/it/documents/encyclica-quanta-cura-8-decembris-1864.html>. Acesso em: 10 jan. 2021.

PIO IX. *Syllabus Errorum, Contendo os Principais Erros da Nossa*. 08 de dezembro de 1864. Disponível em: <https://www.montfort.org.br/bra/documentos/enciclicas/silabo/>. Acesso em: 05 set. 2021.

PIO X. Carta Encíclica *Pascendi Dominici Gregis*, sobre as doutrinas modernistas. 08 de setembro de 1907. Disponível em:

https://www.vatican.va/content/pius-x/pt/encyclicals/documents/hf_p-x_enc_19070908_pascendi-dominici-gregis.html. Acesso em: 19 nov. 2021.

PIO X. Decreto Lamentabile Sane Exitu, sobre as proposições dos modernistas condenadas pela Igreja. 03 de julho de 1907. Disponível em: <https://www.montfort.org.br/bra/documentos/decretos/lamentabili/>. Acesso em: 02 dez. 2021.

PIO XI. Carta Encíclica Mortalium Animus, sobre a promoção da verdadeira unidade de religião. 06 de janeiro de 1928. Disponível em: https://www.vatican.va/content/pius-xi/pt/encyclicals/documents/hf_p-xi_enc_19280106_mortalium-animos.html. Acesso em: 27 out. 2021.

PIO IX. In Suprema Petri. 06 de janeiro de 1848. In: **IGREJA CATÓLICA. Documentos de Gregório XVI e de PIO IX (1846- 1878).** Org. Geral Lourenço Costa. Trad. Darci L. Marin. São Paulo: Paulus, 1999. (Coleção Documentos da Igreja, vol. 6).

PIO XII. Carta Encíclica Humani Generis, sobre opiniões falsas que ameaçam a doutrina católica. 12 de agosto de 1950. Disponível em: https://www.vatican.va/content/pius-xii/pt/encyclicals/documents/hf_p-xii_enc_12081950_humani-generis.html. Acesso em: 17 jun. 2021.

PIO XII. Carta Encíclica Mystici Corporis, sobre o Corpo Místico de Cristo. 29 de junho 1943. Disponível em:

https://www.vatican.va/content/pius-xii/pt/encyclicals/documents/hf_p-xii_enc_29061943_mystici-corporis-christi.html. Acesso em: 09 fev. 2022.

PONTIFÍCIO CONSELHO PARA A PROMOÇÃO DA UNIDADE DOS CRISTÃOS. O Bispo e a Unidade dos Cristãos: Vademecum Ecuménico. 5 de junho de 2020. Disponível em: <http://www.christianunity.va/content/dam/unitacristiani/Documentazione%20generale/2020Vademecum/Vademecum-PT-GARAMOND.pdf>. Acesso em: 15 de dez. 2022.

PIKAZA, Xavier; SILANES, Nereo. **Dicionário teológico:** o Deus cristão. São Paulo: Paulus, 1998.

POULAT, Émile. **Jesus a Galáxia.** Um evangelho e muitas Igrejas, dois milênios de expansão cristã. São Paulo: Paulinas, 1999.

RAIMUNDO, César Barreto Jr. O Movimento Ecumênico e o Surgimento da Responsabilidade Social no Protestantismo Brasileiro. **Numen:** revista de estudos e pesquisa da religião, Juiz de Fora, v. 13, n. 1 e 2 (2006), p. 273-323. Disponível em: [file:///C:/Users/Usu%C3%A1rio/Downloads/21824-Texto%20do%20artigo-86203-1-10-20111125%20\(1\).pdf](file:///C:/Users/Usu%C3%A1rio/Downloads/21824-Texto%20do%20artigo-86203-1-10-20111125%20(1).pdf). Acesso em: 17 jan. 2022.

RASCHIETTI, Estevão. **Ad gentes:** Texto e comentário. São Paulo: Paulinas, 2011. (Coleção visitar o Concílio).

REGINA, Pe. Giuseppe. **O Anglicanismo** - Panorama histórico e síntese doutrinária. Tradução: Pe. Jorge I. Loureiro Maissiat, SJ. São Paulo: Paulinas, 1960.

SANTA ANA, Júlio H. de. **Ecumenismo e libertação**. Tradução: Jaime A. Clasen. Petrópolis, RJ: Vozes, 1987.

SANTOS, João Alves dos. Cristianismo e Gnosticismo: Uma avaliação de sua incompatibilidade ao ensejo da publicação do “Evangelho de Judas”. **Fides Reformata**, XI, nº 1 (2006): p. 51-81. Disponível em: <https://cpaj.mackenzie.br › uploads › cristianismo-e-gnosticismo.pdf>. Acesso em: 27 ago. 2022.

SOUZA, Pe. Ney de. Do Rio de Janeiro (1955) à Aparecida (2007). Um olhar sobre as Conferências gerais do episcopado da América Latina e do Caribe. **Revista de Cultura Teológica** - v. 16 - n. 64 - JUL/SET 2008. Disponível em: <file:///C:/Users/Usu%C3%A1rio/Downloads/15533-Texto%20do%20artigo-37797-1-10-20130618.pdf>. Acesso em: 17 nov. 2022.

SCHILSON, Arno; KASPER, Walter. **Cristologia, abordagens contemporâneas**. Tradução: Luiz João Baraúna. São Paulo: Loyola, 1990. (Coleção “Jesus e Jesus Cristo” – 6)

SILVA, Ana Rosa Cloclet da; COSTA, Estela Maria Frota da. A Igreja Católica perante a Modernidade: uma análise das encíclicas papais no século XIX. **Revista Estudos de Religião**; v. 35, n. 2, p. 331-358; mai-ago/2021. Disponível em:

<file:///C:/Users/Adm/Downloads/1035794-41674-1-PB.pdf>. Acesso em: 05 jul. 2022.

SILVA, José Antunes da. O Encontro de Assis: Marco simbólico do diálogo inter-religioso. **Revista THEOLOGICA**. 2.^a Série, 41, 2; p. 273-297 (2006). Disponível em: <https://repositorio.ucp.pt/bitstream/10400.14/13124/1/13124.pdf>. Acesso em: 10 dez. 2022.

SOUZA, João Bosco de. **Ecumenismo e diálogo inter-religioso**. Goiânia-GO, 2011. (Dissertação de Mestrado em Ciências da Religião - Pontifícia Universidade Católica de Goiás, PUC-GO). Disponível em: <http://tede2.pucgoias.edu.br:8080/handle/tede/813>. Acesso em: 16 jun. 2022.

SOUZA, Salmo Caetano de. A Santa Sé e o Estado da cidade do Vaticano: distinção e complementaridade. **Revista da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo**; v. 100 p. 287-314 jan./dez. 2005. Disponível em: <file:///C:/Users/Adm/Downloads/67675-Texto%20do%20artigo-89104-1-10-20131125.pdf>. Acesso em: 27 dez. 2022.

STEPHANINI, Valdir; BROTTTO, Julio Cezar de Paula. Os batistas brasileiros e o ecumenismo: avanços e retrocessos. **Caminhos de Diálogo**, [S. l.], v. 9, n. 14, p. 110–127, 2021. DOI: 10.7213/cd.a9n14p110-127. Disponível em: <https://periodicos.pucpr.br/caminhosdedialogo/article/view/28285>. Acesso em: 21 jul. 2022.

SUESS, Paulo. **Introdução à teologia da missão**. Convocar e enviar: servos e testemunhas do Reino. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.

SWIDLER, Leonard. **Cristãos e não-cristãos em diálogo**. Tradução: José W. de Andrade. São Paulo: Paulinas, 1988.

SWIDLER, Leonard. **Jesus Histórico**. Cristologia - Ecumenismo. Tradução: Thereza Christina F. Stummer. São Paulo: Edições Paulinas, 1993.

VATTIMO, Gianni. **O fim da modernidade**: Niilismo e hermenêutica na cultura pós-moderna. Trad. Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

VILLAR, José Ramón. **La Iglesia de Cristo subsistit in la Iglesia Católica** (Lumen Gentium 8). Debates Eclesiológicos: v. 42 n. 2 (2012); Universidad de Navarra. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/teo/article/view/12304>. Acesso em: 10 de jun. 2020.

WATANABE, Tiago Hideo Barbosa. Ecumenismo e militância religiosa: o protestantismo como objeto de estudo. **PLURA**, Revista de Estudos de Religião, vol. 3, nº 2, 2012, p. 159-176. Disponível em: <file:///C:/Users/Usu%C3%A1rio/Downloads/589-Texto%20do%20artigo-2181-2290-10-20130204.pdf>. Acesso em: 13 fev. 2023.

WOLFF, Elias. **Caminhos do Ecumenismo no Brasil**. História e Teologia Pastoral. São Paulo: Paulus, 2018.

WOLFF, Elias. **Ministros do Diálogo**. O diálogo ecumênico e inter-religioso na formação presbiteral. São Paulo: Paulus, 2004.

WOLFF, Elias. O Contexto ecumênico da Conferência de Puebla e suas contribuições para a unidade cristã, in **ATeo**, Rio de Janeiro, v. 23, n. 62, p. 253-277, mai./ago.2019. Disponível em: <https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/46108/46108.PDF>. Acesso em: 23 dez. 2022.

WOLFF, Elias. O ecumenismo no horizonte do Concílio Vaticano II, in **Atualidade Teológica**, Ano XV, n. 39 (setembro a dezembro de 2011). Disponível em: <https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/20406/20406.PDF>. Acesso em: 26 set. 2022.

WOLFF, Elias. **Unitatis Redintegratio, Dignitatis Humanae, Nostra Aetate**: textos e comentários. São Paulo: Paulinas, 2012. (Coleção Revisitar o Concílio)

WOLFF, Elias. Vaticano II. **50 anos do ecumenismo na Igreja Católica**. São Paulo: Paulus, 2015.

ZAK, Lubomir. O Vaticano II e a teologia: Entre história e atualidade. **Teocomunicação**, Porto Alegre, v. 43, n. 1, p. 5-25, jan./abr. 2013. Disponível em: <file:///C:/Users/Usu%C3%A1rio/Downloads/admin,+Teo+v43n1+-+01+final+1.pdf>. Acesso em: 13 nov. 2022.

ANEXO

ÚLTIMAS EMENDAS AUTORITATIVAMENTE IMPOSTAS AO DECRETO UNITATIS REDINTEGRATIO

“Estava assim o texto pronto para a prescrita votação global final quando, inesperadamente, no dia 19-11-64, 126º Congregação Geral, o Secretário Geral leu uma lista de 19 correções introduzidas “por autoridade superior” no texto. Eis as mais notáveis:

— No n. 1 se dizia que “os discípulos do Senhor têm pareceres diferentes”; agora se diz: “Todos na verdade se professam discípulos do Senhor e têm ...” — No mesmo n. 1, alínea 2, se dizia: “Todos, porém ... aspiram a uma Igreja”; agora se diz: “Quase todos.

— No fim da terceira alínea do n. 3 se dizia: “Tudo isso, que de Cristo provém e a Cristo conduz, pertence à única Igreja de Cristo”; agora se diz: “[...] pertence de direito à única Igreja de Cristo”.

— Na alínea seguinte se falava da graça e verdade “confiada à Igreja”; agora se diz: “confiada à Igreja Católica”.

— Na alínea seguinte se falava do Povo de Deus, “ainda que sujeito ao pecado”; agora se diz: “ainda que nos seus membros sujeito ao pecado”.

— No fim da alínea 4 do n. 4 se dizia da ação ecumênica e do apostolado de conversão que “ambas são obras inspiradas pelo Espírito Santo”; agora se diz: “ambas procedem da disposição admirável de Deus”.

— Na alínea 8 do mesmo n. 4 se dizia antes que “é digno e salutar reconhecer as riquezas de Cristo e os dons do Espírito Santo na vida dos outros”; agora se diz: “... as riquezas de Cristo e as obras das virtudes na vida dos outros”.

— Na alínea seguinte se dizia antes que não se passe por alto “o que o Espírito Santo realiza nos corações dos irmãos separados”; agora se diz: “o que a graça do Espírito Santo realiza nos irmãos separados”.

— No n. 14 se dizia antes que no Oriente não poucas Igrejas particulares “se originam dos próprios Apóstolos”; agora se diz: “... se gloriam de ter origem nos próprios Apóstolos”.

— Na alínea 4 do n. 15 se recomendava aos católicos “que se acheguem a estas riquezas espirituais dos Padres Orientais”; agora se recomenda “que se acheguem com mais frequência. [...]”

— No n. 16 se dizia que as Igrejas do Oriente “têm o direito e o ofício de se governar segundo as disciplinas próprias”; agora se diz que “têm a faculdade de se governar.

— No n. 17 se dizia que as várias fórmulas teológicas do Oriente e do Ocidente “mutuamente mais se completam do que se opõem”; agora se diz: “não raras vezes mutuamente.”

— No n. 21, alínea 2, se dizia antes dos protestantes: que “pela moção do Espírito Santo, nas próprias Sagradas Escrituras eles encontram a Deus que lhes fala em Cristo”; agora se diz: “Invocando o Espírito Santo, nas próprias Sagradas Escrituras eles procuram a Deus que como que lhes fala em Cristo.

— No n. 22, alínea 2, se dizia que as comunidades eclesiais separadas (do Ocidente), “embora não tenham conservado a plena realidade da Eucaristia...”; agora se diz: “embora não tenham conservado a genuína e íntegra substância do Mistério eucarístico ...”

Estas correções não foram submetidas a nenhum sufrágio especial dos Padres Conciliares. Mas o texto votado globalmente no dia 20-11-64, 127» (e última) Congregação Geral, já vinha com essas emendas “auctoritative expressas” (palavras do Secretário Geral) e assim no conjunto teve que ser votado. Sobre 2.129 votantes houve 2.054 *placet*, 64 *non placet* e 11 votos nulos.

No dia seguinte, 21 de novembro de 1964, durante a solene Sessão Pública perante o Papa e as câmeras da televisão, o documento recebeu 2.137 *placet* e 11 *non placet*. E Paulo VI também aprovou e determinou que fosse promulgado.”

FONTE: KLOPPENBURG, Boaventura. **Concílio Vaticano II.** Vol. IV. Terceira sessão. São Paulo: Editora Vozes, 1965. p. 443.